

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE PSICOLOGIA COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA TEREZA SANTOS PAIVA

DA CANCELA DA FAZENDA PARA OS HOSPITAIS: O TRABALHO NO CAMPO E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS

ANA TEREZA SANTOS PAIVA

DA CANCELA DA FAZENDA PARA OS HOSPITAIS: O TRABALHO NO CAMPO E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz

Salvador 2019

ANA TEREZA SANTOS PAIVA

DA CANCELA DA FAZENDA PARA OS HOSPITAIS: O TRABALHO NO CAMPO E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 28 de Novembro de 2019.

Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz – Orientadora
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Ana Maria Ferreira Cardoso – Examinadora
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel – Examinadora

Universidade Federal da Bahia

A minha avó materna, Tereza Santos (*in memoriam*) trabalhadora rural no Caminho 14 no bairro do Tomba, Feira de Santana – BA.
A minha mamãe, Antônia de Jesus Santos.
A extraordinária mulher que me deu a vida e transformou toda a minha caminhada em luz.

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Deus, por esse momento de finalização de mais um ciclo e por toda a proteção divina emanada nesse processo.

Gostaria de deixar registrado a minha total gratidão aos meus familiares, especialmente, a Antônia Santos, minha mãe, mulher de fibra e guerreira, mãe solteira, que apostou na fé, na resiliência e no amor que tem a mim e garantiu uma vida fomentada de risadas, lucidez e força, sou o resultado de sua batalha, saiba que hoje eu sou uma mulher forte porque fui criada por uma mulher forte. Você é fantástica, mamãe.

Agradeço também as minhas tias, Ana Maria e Esmeralda, as quais foram fundamentais em minha formação pessoal desde a infância até a tão sonhada vivência da universidade, pois sempre estiveram dispostas a me auxiliar e garantir um futuro decente.

Além de minha afilhada que com apenas 10 anos de idade apresentou-se bastante atenciosa e preocupada ao acompanhar o meu processo de conclusão de curso, obrigada Luiza, por todas as massagens matinais que me ofereceu como forma de amenizar o cansaço excessivo devido as longas madrugadas de produção textual e também a minha prima, Jamile Anjos, estou/sou muito grata pelos incentivos e frases motivacionais nos momentos mais difíceis. Muitíssimo obrigada a todas vocês, mulheres guerreiras e inspiradoras.

Aos trabalhadores rurais que são os verdadeiros responsáveis pela construção desse projeto e são sinônimos de luta, perseverança, resistência e força, sigamos em luta constantemente, pois "o amanhã pertence a nós trabalhadores!".

À Adriana Freire Pereira Férriz, cidadã incrível, uma orientadora cuidadosa, compreensiva e querida, jamais esquecerei seus esforços em manter as orientações durante a vivência e enfrentamento do luto. Sua força é admirável.

À Geyse Clea Silva de Miranda, a qual foi muito mais do que uma docente que contribuiu e reforçou o meu amor pela área da saúde, na realidade se tornou uma verdadeira amiga, principalmente, nos momentos de turbulência, ouvinte atenciosa, uma conselheira com palavras sucintas e doces. Gratidão!

Às companheiras de graduação que tornaram a caminhada da vida acadêmica muito mais leve, as minhas "Garotas da Laje" Anamélia Cerqueira, Camila Villaça, Cleina Malena Britto, Helen Marques, Katarina Brunhilde, Milena Lima, Gleide Fraga, e Mayara Lima, saibam que sou feliz pelo nosso encontro, pelos nossos momentos de troca, aconselhamentos, apoio, risos e reuniões no bar de Silvinha em São Lázaro.

Além das discussões de pautas políticas, sociais e pessoais que foram fundamentais para a minha evolução, enquanto mulher negra, e também enquanto Assistente Social, pois assim estou me concretizando. Vocês são maravilhosas.

Aos amigos da vida que sempre estiveram por perto e possuem a consciência de que contribuíram imensamente para que eu finalizasse a graduação saboreando os grandes sucessos acadêmicos e também os pessoais durante essa longa caminhada, mas para, além disso, me ensinaram como lidar diariamente com os tropeços que a vida nos proporciona, mas sem cogitar jamais, em tempo algum a hipótese da desistência. Portanto, Júlia Elen Santos, Gabriel Morbeck e Pedro Fernandez, eu lhes garanto que irei seguir a linha que vocês me auxiliaram a construir, a qual tenho trilhado, a da paciência, do cuidado e do afeto e lhes digo mais, tudo permanecerá como tem sido, leve, fluído, adocicado e transformador.

Jamais esquecerei de como me trouxeram forças e me acalentaram com gestos e palavras simples como as quais: "E o TCC, como vai?", "Está precisando de algo?", "Calma, você vai conseguir", "Tê, você está fazendo um excelente trabalho", "A UFBA tá produzindo mais uma profissional competente que é você". Obrigada.

No mais, muito obrigada a todos que me acompanham, inclusive, os que não consegui citar aqui, mas que sabem da fundamental importância por terem contribuído nessa experiência enriquecedora de fortíssima importância para a minha vida pessoal e profissional.

Quem te dará a terra se não forem tuas mãos?

Quem te dará a terra se não forem teus braços?

Quem te dará a terra?

Se não fores tu trabalhador do campo que

semeias com suor e sangue

O silêncio que geme na terra

O teu canto?

Quem?

Carlos Pronzato (2009)

PAIVA, Ana Tereza Santos. **Da cancela da fazenda para os hospitais:** O trabalho no campo e as implicações na saúde dos trabalhadores rurais. 110 fls. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

O presente trabalho analisa as consequências que o trabalho rural pode trazer para a saúde, em específico dos trabalhadores rurais. Além de captar as circunstâncias que podem contribuir para o agravo das condições da saúde, mas também do bem-estar físico dessas pessoas em seu ambiente de trabalho. A temática é discutida através da pesquisa bibliográfica e para além do que já foi citado, pretende trazer contribuições para o campo do Serviço Social sobre a situação de vulnerabilidade que os trabalhadores se encontram, os enfrentamentos da Questão Social no campo e por fim, analisar historicamente como se deu o processo de redistribuição terras no Brasil e os rebatimentos que permanecem até os dias atuais e que possuem forte relação com as pautas da categoria profissional, principalmente, se tratando do combate a injustiça social, submissão de condições precárias de vida e trabalhista. Ademais, o texto possui a finalidade também de discutir as problemáticas por trás da força do capitalismo com base nas contribuições do filósofo Karl Marx com relação à acumulação primitiva, podendo assim discutir sobre o campo, os conflitos que envolvem as classes antagônicas tanto a trabalhadora quanto a burguesa no que tange a posse de terras que é a fonte principal para o enriquecimento de empresários rurais, fazendeiros e indústrias, enquanto para os trabalhadores rurais caracteriza-se como o seu espaço de manutenção de vida, subsistência e resistência, já que lutam incansavelmente pela Reforma Agrária, mas que permanecem subordinados ao agronegócio e aos proprietários rurais evidenciando a perpetuação das desigualdades sociais. Através da análise dos textos constatou-se que a saúde do trabalhador rural e o acesso aos servicos de saúde têm sido cada vez mais debatidos, além disso, apresentou-se nos textos discussões a cerca da questão agrária no Brasil, mas não houve aprofundamentos de como esse processo estabeleceu a exploração dos trabalhadores rurais desde o período colonial até o século XXI. Ademais, verificou-se que não há nenhuma associação da questão agrária com o Serviço Social, evidenciando que ainda é necessário ampliar essa discussão no campo profissional.

Palavras-chaves: Trabalho rural; capitalismo; questão social; assentamentos; saúde do trabalhador.

PAIVA, Ana Tereza Santos. De la ferme aux portes de l'hôpital: le travail sur le terrain et les conséquences sur la santé des travailleurs ruraux. 110 Ps. 2019. Document de conclusion du cours (premier cycle) - École collégiale de travail social de premier cycle, Université fédérale de Bahia, Salvador, 2019.

RÉSUMÉ

Ce document analyse les conséquences que le travail rural peut avoir sur la santé, en particulier pour les travailleurs ruraux. En plus de saisir les circonstances qui peuvent contribuer à la détérioration des conditions de santé, mais également au bien-être physique de ces personnes dans leur environnement de travail. Le sujet est discuté à travers une recherche bibliographique et au-delà de ce qui a déjà été mentionné, il vise à apporter des contributions au domaine du travail social sur la vulnérabilité des travailleurs, des confrontations de problèmes sociaux sur le terrain et enfin à analyser historiquement, comment s'est déroulé le processus de redistribution des terres au Brésil et les rebonds qui subsistent jusqu'à présent et qui sont étroitement liés aux directives de la catégorie professionnelle, notamment dans la lutte contre l'injustice sociale, la soumission de conditions de vie et de travail précaires. De plus, le texte a également pour but de discuter des problèmes liés au pouvoir du capitalisme sur la base des contributions du philosophe Karl Marx à l'accumulation primitive, et peut ainsi traiter du champ, des conflits impliquant les classes ouvrières et antagonistes. les bourgeois en ce qui concerne le régime foncier, qui est la principale source d'enrichissement des entrepreneurs, des agriculteurs et des industries ruraux, tandis que pour les travailleurs ruraux, il est considéré comme un espace pour maintenir la vie, les moyens de subsistance et la résistance, alors qu'ils luttent sans relâche. Réforme agraire, mais restent subordonnés à l'agroalimentaire et aux propriétaires fonciers, ce qui témoigne de la perpétuation des inégalités sociales. L'analyse des textes a permis de constater que la santé du travailleur rural et l'accès aux services de santé étaient de plus en plus discutés. De plus, les textes ont présenté des discussions sur la question agraire au Brésil, mais il n'y a pas eu d'approfondissement. comment ce processus a établi l'exploitation des travailleurs ruraux de la période coloniale au 21ème siècle. En outre, il a été constaté que la question agraire n'était pas associée au service social, ce qui montre qu'il est toujours nécessaire d'élargir cette discussion dans le domaine professionnel.

Mot-clé: travail ruraux; capitalisme; problème social; règlement; la santé des travailleurs.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCS – Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CIATS - Centros de Informação e Assistência Toxicológica

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil

CONITEC– Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias

CPT- Comissão Pastoral da Terra Plano Nacional de Reforma Agrária

CRIE – Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais

DORT - Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

DPM – Distúrbios Psiquiátricos Menores

DSFIS – Distritos Sanitários Especiais Indígenas

DTA – Doenças transmitidas por alimentos

EPI – Equipamentos de Proteção Individual

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LER – Lesões por Esforço Repetitivo

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MRT – Movimento Revolucionário de Trabalhadores

MPS - Ministério da Previdência Social

MS - Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NTEP – Nexo-Técnico Epidemiológico Previdenciário

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan Americana da Saúde

PAIS- Programa de Ações Integradas de Saúde

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIN – Programa de Integração Nacional

PLANSAT – Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho

PMM – Programa Mais Médicos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNI – Programa Nacional de Imunização

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

PNSIPCFA – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e Águas

PNST- Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPA – Plano Plurianual

PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do

Norte e Nordeste

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SBMFC - Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas

SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

SUS – Sistema Único de Saúde

TCU - Tribunal de Contas da União

UBS - Unidades Básicas de Saúde

LISTAS DE QUADROS

QUADRO	1: Informações	gerais sobre o	s textos selecionados e	e analisados89)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O CAPITALISMO EM MEIO A DISPUTA PELA TERRA	17
2.1 A GÊNESE E OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO CAPITALISMO	
EUROPA	
2.1.1 A discussão da terra pela perspectiva Marxista: Reflexões sobre a acumul	
primitiva	
2.2 A ADESÃO DO NEOLIBERALISMO EM UM ESTADO CAPITALISTA E OS S	EUS
IMPACTOS NO CAMPO	
	20
3 A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA	21
3.1 A PRIMEIRA LEGISLAÇÃO DE TERRA DO BRASIL	21
3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	
3.2.1 Serviço Social e Questão Agrária: O vínculo que perpassa pela questão social	
3.3 SAÍDA DO CAMPO PARA OS CENTROS URBANOS: BREVE REFLEXÃO SO	
A DÉCADA DE 1930 E 1940	
3.4 A LUTA PELA TERRA NAS DECÁDAS DE 1960 E 1970: OS ENFRENTAMEN	
FRENTE À DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
3.5 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO UM PUNHADO DE ESPERAL	
PARA O POVO DO CAMPO	
3.6 A LUTA É CONTÍNUA: O DEBATE SOBRE A TERRA NO PERÍODO	
REDEMOCRATIZAÇÃO, DECÁDA DE 1990 E OS ANOS 2000	
4 O TRABALHADOR RURAL E A SAÚDE	64
4.1 A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL	64
4.1.1 A saúde do trabalhador rural	
4.2 AS IMPLICAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NA SAÚDE DO TRABALHAI	DOR
RURAL	
4.2.1 As principais doenças que acometem os trabalhadores rurais	75
4.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O M	1EIO
RURAL	82
4.3.1 A saúde do trabalhador rural através de análises de textos	
4.3.2 O acesso da população rural ao Sistema Único de Saúde: Análise sob	
perpetuação da desigualdade entre as áreas rurais e urbanas	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	.103
REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

A proposta inicial para o presente estudo é debater sobre as implicações que o trabalho rural pode trazer para a saúde, em específico dos trabalhadores rurais, além de compreender as circunstâncias que podem contribuir para o agravo das condições da saúde, mas também do bem-estar físico em seu local de trabalho. Além disso, esse trabalho possui um viés denunciativo e ao mesmo tempo esclarecedor com relação à problemática advinda dos antepassados históricos sociais que interferem diretamente na não efetivação ao acesso básico desses trabalhadores a saúde.

A escolha pelo tema se deu inicialmente por conta de laços familiares, pois a minha avó materna, Tereza Santos (*In Memorian*) foi uma trabalhadora rural na cidade de Feira de Santana – BA e faleceu muito jovem, por conta de complicações em seu quadro de saúde que não foram solucionados, justamente, por falta de acesso aos serviços médicos. Posteriormente o fascínio pela temática do trabalho no campo intensificou-se durante os primeiros semestres da graduação após uma docente ter exibido em sala de aula o documentário "Terra para Rose" (1987).

Tal interesse despertou a vontade em ler sobre os trabalhadores rurais e consequentemente passei também a acompanhar atividades externas como a, Feira Agroecológica de Reforma Agrária que ocorre todas às quartas feiras na Praça das Artes na Universidade Federal da Bahia no campus de Ondina, e até mesmo participei da ACCS: Ação Interdisciplinar em Áreas de Reforma Agrária (EDC456) com a docente Celi Taffarel, a qual tem vasto conhecimento com relação à reforma agraria e atua efetivamente nos movimentos sociais.

Além de que, durante o período de estágio supervisionado obrigatório pude vivenciar a experiência de atuar no campo da saúde, o que intensificou a atenção e admiração pela área, sem contar que a instituição era pública e, portanto, tive contato diário com cidadãos de diversas camadas sociais e diversificadas profissões, inclusive, lavradores.

A partir disso, surgiram inquietações individuais com relação às problemáticas em torno da vida de trabalhadores rurais no país, objetivando compreender as circunstâncias que esses cidadãos se encontram devido ao trabalho exaustivo, exposição a fatores de risco e que podem afetar a sua saúde, para além dos problemas com relação ao trabalho, esses cidadãos enfrentam também os dilemas das ocupações, buscam seu lugar e lutam arduamente pelo seu pedaço de terra em meio ao sistema capitalista.

Sem contar que é de grande relevância discutir a função do capitalismo sobre a terra, a propriedade privada e as principais ações que esse sistema econômico exerce e como o mesmo interfere diretamente sobre o trabalho no campo, o direito da população sem terra sobre o campo, as discussões com relação à efetividade da reforma agrária, analisando esse contexto tanto pelo víeis político, mas também econômico e, sobretudo social.

Outrossim, há o intuito de pesquisar os tipos de adoecimento acometem os trabalhadores rurais do assentamento e compreender de que forma as principais políticas públicas voltada para o campo podem contribuir para o acesso integral e bem assistido no que tange a saúde dos mesmos.

Ademais, faz-se latente a necessidade de um estudo específico sobre a deteorização da saúde do trabalhador rural frente à fragilização do trabalho para torna-se passível a percepção e a importância da identificação de dados científicos para captar quais os reais condicionantes que impossibilitam diretamente o processo de concretização das legislações voltadas para o âmbito da saúde, principalmente, ao discutir sobre o papel do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS que se constitui como descentralizado entre, a União, o Estado e o Município, mas que tem as duas últimas como as que menos investem no setor referido, conforme divulgado pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), o qual afirma que o Estado da Bahia investe na saúde apenas o exigido por lei, o que contribui para uma maior ocorrência de situações como as divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2007 em que "As famílias brasileiras financiam a maior parte das despesas de saúde no país, sendo 128 bilhões de reais (57,4%) diretamente dos bolsos dos cidadãos.".

O objetivo geral que orientou este trabalho foi analisar as implicações do trabalho no campo na saúde dos trabalhadores rurais. Os objetivos específicos foram: desvelar as consequências do agronegócio na saúde do trabalhador rural; identificar quais os principais tipos de adoecimento acometem os trabalhadores rurais; e, analisar a perpetuação da desigualdade entre as áreas rurais e urbanas no acesso da população rural ao Sistema Único de Saúde.

Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso visa desenvolver subsídios para o exercício profissional do Serviço Social na atualidade, especificamente, na área da saúde com as suas demandas e perspectivas, contribuindo então para a realização de novas abordagens, considerando a trajetória histórica da profissão e a sua capacidade de renovação

diante das exigências e desafios postos na sociedade em que a política de saúde é marginalizada e excludente.

Com relação à metodologia utilizada, cabe destacar que o presente trabalho direcionou-se a abordagem de pesquisa exploratória, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, enquanto a pesquisa teórica permeou pela perspectiva Marxista. A amostra teve foi composta de quatro textos os quais foram encontrados na livraria científica eletrônica conhecida como "Scielo", na Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS) e na Revista "Serviço Social em Revista".

Com base nos textos encontrados, as leituras realizadas foram delimitadas entre: a) a busca do contexto histórico com relação à luta pela terra no Brasil; b) a análise sobre o acesso dos trabalhadores ao Sistema Único de Saúde; c) a relação entre o Serviço Social e a questão agrária; d) o debate sobre a questão agrária no Brasil desde a colonização até os anos 2000 e as implicações na vida do trabalhador rural.

Sobre a estrutura do trabalho, o mesmo está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro voltado para a introdução composta por uma breve apresentação da pesquisa ressaltando a estrutura, os objetivos e também os resultados do trabalho.

O segundo tem como função inicializar as discussões sobre a questão agrária através da perspectiva Marxista, retratando a gênese do capitalismo na Europa e seus rebatimentos para a zona rural, bem como destrincha o processo de acumulação primitiva, utilizando a obra "O Capital: Crítica da economia política" de Karl Marx, além disso, aborda a introdução do sistema neoliberal no Brasil. Já o terceiro capítulo versa sobre a luta pela terra e a estruturação da agriculta por parte dos trabalhadores rurais no Brasil frente às ações do Estado, retratando o período colonial, a primeira legislação de terra do país e como essa relação foi construída ao longo das décadas (1930 até 2000), frisado a relação entre a questão agrária e o Serviço Social.

Por fim, o quarto e último capítulo retrata a saúde do trabalhador rural e as suas especificidades, perpassando pela politica nacional de saúde, as politicas públicas voltadas para essa população, o agronegócio como ocasionador de doenças. Ademais, é neste capítulo em que ocorre a apresentação da análise dos textos encontrados sobre o foco da pesquisa que é a discussão de como se dá o acesso aos serviços de saúde por parte dos camponeses.

2 O CAPITALISMO EM MEIO A DISPUTA PELA TERRA

Este capítulo objetiva verificar e compreender como se dá o processo de disputa pela posse de terra com ênfase no Brasil. Para tal, é de extrema relevância captar as contribuições de Karl Marx com relação ao processo de acumulação primitiva, o qual destaca o surgimento do capitalismo que posteriormente tornou-se o responsável pelo estabelecimento da terra como propriedade privada passível de investimentos e consequentemente uma fonte de lucro. Sendo assim, se faz necessário discutir a expropriação da terra, as principais características da acumulação primitiva, além de identificar como esse sistema permanece em pleno funcionamento, mas se tratando do Brasil o mesmo ganha novas roupagens de funcionamento mantendo a sua soberania à custa da subordinação dos proletários, tal situação se torna ainda mais exposta com a adesão do Neoliberalismo no país e a evolução do Agronegócio.

2.1 A GÊNESE E OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO CAPITALISMO NA EUROPA

Para discutirmos sobre o atual sistema econômico que rege mundialmente a politica financeira, se faz necessário compreender como se deu o seu surgimento, a ascensão e estabelecimento, já que atualmente é considerado o modelo ideal a ser seguido. De antemão cabe ressaltar que para a terra se tornar o principal meio de obtenção de propriedade privada e consequentemente os seus respectivos bens, instrumentos e a força de trabalho empregada nesses espaços, foi necessário realizar modificações estruturais na sociedade.

Anteriormente ao Capitalismo¹, o sistema econômico que prevalecia na sociedade (importante frisar que teve permanência na Idade Média e substituiu o Império Romano), era o Feudalismo, essa organização política, econômica, cultural e social estruturava-se na possessão da terra, além disso, toda a sociedade feudal era composta por camadas sociais, entre nobres, cleros e servos e por conta dessa composição não havia viabilidade de mudanças ou ascensão de posição, pois a estrutura foi construída de modo que cada um permanecesse em uma única posição. Dentro desse sistema, os nobres detinham o poder sobre as propriedades de terra, eram os verdadeiros responsáveis pela legislação, organização administrativa, pela justiça, concessão de privilégios e dentre outros, evidenciando assim que tratava-se de um sistema monopolista.

¹ Sistema econômico que tem como base para o seu desenvolvimento constante capitalismo a utilização da propriedade privada e a acumulação de capital.

Já o clero ganhou destaque por conta da igreja católica (esta se tornou a instituição mais poderosa no sistema feudal, pois era proprietária de extensas propriedades), ou seja, o clero era composto pelo papa, padres, cardeais, bispos e os arcebispos.

Com relação aos servos, é possível perceber as suas respectivas funções através da titulação que recebiam. O feudalismo era fundamentado na servidão, pois os trabalhadores estavam subordinados aos proprietários da terra e tinham que trabalhar para garantir o seu sustento, sem contar com as altas taxas de impostos e também de serviços fazendo com que o servo gastasse os poucos recursos que adquiria.

Para Marx (1998) durante o período compreendido como Baixa Idade Média² foi o momento em que se criaram as bases para a construção do capitalismo, para o autor, "[...] Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que "por toda parte enchiam inutilmente os solares." (MARX, 1998, p. 831).

Nota-se que a expansão populacional é uma das motivações cruciais para as modificações do sistema feudal, pois com a ampliação no quantitativo de habitantes em toda a Europa, houve aumento também no desenvolvimento comercial que passou a ser concretizado pelo trabalho livre e assalariado e como consequência ampliou-se as fontes de renda, resultando no surgimento de novas camadas sociais como é o caso da burguesia. A docente Bezerra (2017, pp. 3-4), afirma que:

À medida que crescia a população, aumentava a necessidade de ampliar a área de produção e desenvolver novas técnicas agrícolas. Muitos senhores feudais, pretendendo enriquecer com a comercialização do excedente produzido no feudo, aumentaram, por meio de força e opressão, a exploração dos servos. O excesso cometido pelos senhores feudais resultavam na fuga de servos de uma aldeia e em violentas revoltas camponesas. O abandono dos feudos e as revoltas camponesas obrigaram a maioria dos senhores feudais a mudar seu comportamento em relação aos servos.

Com o fim do período feudal, a sociedade é encaminhada para um novo sistema, o qual diverge do feudalismo em diferentes aspectos, a exemplo disso, temos a produção no campo, durante o sistema feudal, os camponeses detentores de terras tinham direitos sobre tudo o que produziam, outra exemplificação que diferencia o feudalismo do capitalismo é com relação à posse, pois o servo, por exemplo, detinha a propriedade de onde residia, mas também tinha a possibilidade de ser sócio em terras comuns.

_

² A professora de História (PUC-RJ), Juliana Bezerra, o classifica como "o segundo período da Idade Média, compreendido entre os séculos XI e XV, que correspondeu à desagregação do sistema feudal e a consequente transição para o sistema capitalista." (BEZERRA, 2017, p.1).

A transição para o sistema capitalista não ocorreu em modo simultâneo e nem mesmo com rapidez em toda a Europa, todo o processo contou com variáveis que envolvem tempo histórico, moldes de mão de obra utilizada, as relações sociais e de produções desenvolvidas e dentre outros.

A partir do final do século XIV período em que Marx (1998, p. 830) afirma que "[...] a servidão tinha praticamente desaparecido da Inglaterra³", os trabalhadores enfrentam a expropriação demarcada pela intensa violência, transformando-se da noite para o dia de camponeses para trabalhadores assalariados, mas permanentemente servos dos que detém a posse das terras que anteriormente eram suas. Ainda de acordo com Marx (1998, p. 848),

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta — esse proletariado sem direitos — não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação.

Perante esse cenário, muitos dos antigos camponeses se transformaram em mendigos, desempregados (por conta do excesso de mão de obra no mercado), e até mesmo ladrões, pois nessa transição se viram obrigados a se tornarem assalariados, já que a única posse que lhes restaram foi a da força de trabalho. Todo esse processo que desenvolve o sistema capitalista é intitulado por Marx como "a chamada acumulação primitiva" (1998, p. 828), a qual é definida pelo autor como "o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista" (MARX, 1998, p. 828).

Ou seja, o desenvolvimento da acumulação primitiva que se deu a partir do século XV, ocorreu através da elevada centralização de recursos financeiros nas mãos de uma pequena parte da população (a burguesia), junto com o desapossamento de terras dos camponeses que posteriormente tornaram-se uma massa de cidadãos sem recursos e bens matérias e assim foram obrigados a vender a sua força de trabalho (caracterizando-se como proletário) aos burgueses.

-

³ O processo descrito por Marx no capitulo XXIV da obra "O Capital: Crítica da economia política" é totalmente voltado para o que ocorreu na Inglaterra.

Ainda com relação ao violento processo de expropriação dos camponeses, Marx destaca a violência aplicada contra os camponeses, o qual ele chama de "Legislação sanguinária contra os expropriados, a partir do século XV." (MARX, 1998, p. 848).

Essa legislação foi desenvolvida no final do século XV, durante a construção da acumulação primitiva, o processo conhecido por transformar a vida de milhares de camponeses, como muitos deles devido às circunstâncias não se tornaram trabalhadores assalariados, porém, a classe que estava em ascensão (a burguesa) compreendia esse processo como se fosse proposital por parte dos antigos camponeses. Por conta desse contexto, segundo Marx (1998, p. 848), durante o reinado de Henrique VII, foi desenvolvida a lei 153 que dispõe:

Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar tem direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitado até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida, prestarão juramento de voltar a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos, "para se porem a trabalhar.

Já no reinado de Eduardo VI a severidade contra os desempregados ganha ainda mais força e a caracterização de inimigos da sociedade obtém a naturalidade que permite que atrocidades sejam cometidas. Conforme explanado por Marx (1998, pp. 848-849)

Uma lei do primeiro ano do seu governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusar a trabalhar, será condenado como escravo da pessoa que o tenha denunciado como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebidas fracas e restos de carne, conforme achar conveniente. Tem o direito de forçá-lo a executar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja, flagelando-o e pondo-o a ferros. [...] Se o escravo tentar qualquer coisa contra seu senhor será também enforcado.

Entretanto, com o passar do tempo excessivas queixas foram realizadas, afinal, além de perder as suas posses, os camponeses passaram a viver sobre uma forte marginalização, presenciaram a destruição de grandes lavouras em pastos improdutivos, além de ter que lidar com os senhores feudais que agora passaram a serem os donos das terras sobre uma nova roupagem, a do burguês.

No intuito de amenizar as insatisfações, Henrique VII, instaurou legislações que visavam à conservação da residência de camponeses, mesmo que com algumas limitações, entretanto, o grande destaque é a renovação da legislação, a qual é abordada por Marx (1998) que traz um breve trecho do que foi desenvolvido durante essa atualização. Para Henrique VII:

Muitos arrendamentos e grandes pastagens, especialmente de ovelhas, estão concentrados em poucas mãos; por isso, muito aumentou a renda da terra, decaindo a lavoura; casas e igrejas foram demolidas, e um número imenso de pessoas ficaram impedidas de prover seu próprio sustento e o de suas famílias (MARX, 1998, p. 833).

Verifica-se que todo o progresso da expropriação camponesa foi legitimado por meio do apoio popular, através das legislaturas e de práticas violentas e desumanas contra as minorias, pondo em risco a vida de milhares de cidadãos que perderam uma estrutura de vida, composta por costumes, trabalho livre, liberdade e ascensão financeira.

Tudo o que foi construído pelos pequenos camponeses foram tomados e incorporados a um novo sistema como se fosse uma grande inovação, entretanto, o que de fato ocorreu foram mortes, roubos de identidades e consecutivas penalizações.

Desde os primórdios da humanidade sabe-se que a vida humana foi demarcada por conflitos, desigualdades, linchamento físico, social e psicológico, no período de adesão do capitalismo não foi diferente, independente das queixas por parte da população camponesa, da crescente onda de violência, do empobrecimento obrigatório de uma parte da população sem qualquer tipo de ressarcimento, o fluxo da ascensão capitalista permaneceu em pleno funcionamento.

Não houve reduções no desenvolvimento agrícola, o monopólio garantiu cada vez mais a luxúria para alguns cidadãos em detrimento da miséria de trabalhadores assalariados que precisaram se adequar a uma realidade em que até os meios de subsistência se tornaram mercadoria econômica⁴, além de os tornarem totalmente dependentes dos novos modos de produção e as suas técnicas inovadoras.

O sistema capitalista desde a sua inicialização foi proposto e pensado para realizar a manutenção das desigualdades entre as classes que compõe a sociedade, imperando o seu modo de agir nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

_

⁴ Marx (1998, p. 861) destaca que: "[...] Antes, a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias - primas, que eram, na sua maior parte, consumidos por ela mesma. Esses meios de subsistência e matérias - primas transformam- se agora em mercadorias; o arrendatário vende - se no mercado gerado pelas manufaturas."

2.1.1 A discussão da terra pela perspectiva marxista: reflexões sobre a acumulação primitiva

Karl Marx em sua obra intitulada de "O Capital: Crítica da economia política" dedicase a escrever sobre a construção, funcionamento e consolidação do Capitalismo, sistema econômico fundamentado na propriedade privada em busca de fins lucrativos. O autor compreende o surgimento desse sistema a partir de uma gama de fatores que são destacados no capítulo 24 do Livro 1, nomeado de "A chamada acumulação primitiva", o qual já foi discutido no item anterior.

A partir dos elementos centrais discutidos em "A gênese e os elementos fundamentais do capitalismo na Europa" pode-se compreender que o advento do capitalismo se deu por meio de um processo de violência brutal contra a população camponesa, já que para a obtenção de mão de obra disponível, meios de produção adequados e em grande quantitativo, o sistema utilizou-se da expropriação de famílias camponesas, artesãs e dentre outras.

Ou seja, o capitalismo não se constitui apenas pela divisão do trabalho, mas também de um processo que perpassa pela perca dos direitos dos camponeses as suas terra e consequentemente dos meios de produção.

Esse processo foi o responsável pelo estabelecimento histórico das classes antagônicas, diante da sociedade capitalista, emergiu assim a burguesia e o proletariado. Para o autor a servidão havia sido quase totalmente extinguida no final do século XIV, principalmente, durante o século XV em que grande parte dos cidadãos era composta por camponeses livres proprietários de suas próprias terras.

Ainda perante aos resquícios do feudalismo, tais camponeses em toda a Europa deteve o seu direito a terra, pois a produção feudal é construída para Marx (1998, p. 831) por meio da "[...] repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de seus súditos, ou melhor, do número de camponeses estabelecidos em seus domínios".

Porém, a partir do final do século XV e inicio do século XVI, o senhor feudal encantou-se por uma nova produção, a manufatura da lã, o poder trazido pelo dinheiro provocou consequentes ataques violentos aos antigos camponeses, em decorrência disso, essas famílias sofreram com as expulsões de sua própria terra, casas foram derrubadas para a ampliação da área de pastagem e etc. Segundo William Harrison (1587) conforme citado por Marx (1998, p. 832),

[...] Os velhos inventários dos senhores, verificamos que desapareceram inúmeras casas e pequenas lavouras, de modo que a terra alimenta muito menos gente, muitas cidades decaíram, embora floresçam algumas novas. [...] Poderia falar de cidade e de aldeias transformadas em pastos de ovelhas e onde apenas se encontram as mansões senhoriais. (MARX *apud* HARRISON, 1998, p. 832).

Nesse processo não havia importância se os antigos donos detinham direitos integrais, pois com a ocupação dos senhorios a única opção dos trabalhadores eram aceitar a sua atual condição, como consequência desse descaso criou-se uma legião desproporcional de cidadãos sem casa, sem terra para lavrar, e assim, sem meios de prover o seu próprio sustento.

Além disso, havia também o cerceamento e a forte pressão para submeter-se aos burgueses em modo de servidão que se realizariam com a venda das suas forças de trabalho, tornando-se trabalhadores remunerados, embora o quantitativo fosse muito menor do que estavam acostumados a lucrar com as colheitas em suas terras.

A partir disso, passaram a gerar uma grande produtividade ao mercado econômico, construindo aos poucos o sistema capitalista, esse ciclo construído por táticas de expropriação e exploração foram às verdadeiras responsáveis pela formação do capitalismo.

Importante ressaltar que a ascensão capitalista em alta velocidade bem como o seu estabelecimento, só foi possível devido aos próprios capitalistas que emergiram nesse cenário a partir do declínio dos agricultores rurais, já que automaticamente tornaram-se "[...] grandes proprietários de terras." (MARX, 1998, p. 856). Junto com os possuidores de terras revelouse também os arrendatários que conquistaram o seu espaço ao longo dos séculos, mas que obtiveram a consolidação a partir do século XVI devido a Revolução Agrícola.

O arrendamento rural consiste em um contrato agrário, o qual o proprietário do imóvel rural cede a sua terra para o arrendatário utiliza-la para fins de exploração agrícola, entretanto, isso só ocorre mediante o pagamento de aluguel da terra a ser utilizada, além disso, o acordo pode ter tempo determinado ou não, em alguns casos poderiam durar até 99 anos, com isso o seu posicionamento no meio rural foi modificado, já que propiciou um aumento nas pastagens e consequentemente ampliou o seu gado garantindo produtividade e aquisição de lucro.

Apesar de os arrendatários terem enfrentado condições de servidão no período feudal como bem destaca Marx (1998, p. 856) "Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado.", todavia, esse sistema foi transformado socialmente, uma vez que os valores dos produtos agrícolas aumentaram de modo desenfreado, enquanto o custo do aluguel da terra permanecia fixo, portanto, recebiam mais e custeavam alugueis com valores abaixo do mercado, como resultado, os arrendatários enriqueceram.

Nota-se que o capitalismo em todo o seu processo de construção, aprimoramento e consolidação acarretou transformações severas para a população, desabrigou cidadãos, converteu a terra e a produção agrícola que anteriormente tratava-se de trabalho familiar habitual e passou a ser um âmbito de exploração incontido a fim de garantir o monopólio da propriedade e assim assegurar o pleno funcionamento do capitalismo. Assim como Marx explicita em um trecho de "O Capital":

Assim, a expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre elas e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo de dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção. (MARX, 1998, p. 861).

As modificações realizadas na agricultura familiar arruinaram as produções agrícolas que ocorriam de modo tradicional, as terras que anteriormente eram cultiváveis tornaram-se um amplo espaço de pastagens, não havia grandes produções alimentícias.

Ou seja, o sistema econômico que estava apenas no início aniquilou as diversas formas de existência da agricultura, pois as atividades industriais apropriaram-se da fabricação dos alimentos.

Conclui-se que as irregularidades contidas no processo do surgimento do capitalismo contribuíram e assim permanecem no que tange as problemáticas do meio rural, é notório que a perpetuação do modo de produzir atualmente é tão semelhante quanto no século XVI, ainda há expropriação de terras, os monopólios de terras não obtiveram um fim.

Estamos vivenciando o século XXI, mas ainda assim existem poucos proprietários privados de terras e um excedente de camponeses em busca de seu espaço no campo tanto para trabalha, quanto para estabelecer sua moradia.

2.2 A ADESÃO DO NEOLIBERALISMO EM UM ESTADO CAPITALISTA E OS SEUS IMPACTOS NO CAMPO

Na década de 1970 com a instabilidade de preços o petróleo entrou em colapso formando assim uma nova crise para o capitalismo, resultando, inclusive, na queda da bolsa de valores de Londres. Por conta da desestabilização econômica as discussões com relação ao Estado de Bem-Estar Social voltaram à tona, surge nesse período também debates sobre o Neoliberalismo, modelo econômico o qual surgiu politicamente com o intuito de barrar as teses do Keynesianismo sendo que esta foi desenvolvida após a crise de 1929.

Com a grande depressão de 1929 a crise do Capitalismo alastrou-se e surgiram consequências como, o desemprego em massa, redução das exportações e importações, houve colapso na produção básica de alimentos e matérias-primas por conta da queda dos preços destes produtos, além das falências de bancos e empresas.

Perante a esse grave cenário, o economista John Maynard Keynes, empenhou-se em compreender e obter soluções para a crise de 1929, a sua teoria econômica tinha como base a defesa de uma maior intervenção do Estado na economia, opondo-se ao Liberalismo, tendo com o objetivo a conquista do pleno emprego e o retorno do desenvolvimento econômico.

Ademais, o Keynesianismo defendia ações políticas voltadas para o protecionismo econômico, havia também a defesa do papel fundamental que o Estado deveria desenvolver ao estimular as economias em momentos de crise e recessão econômica.

Behring e Boschetti (2008, p. 86) destacam que:

O Estado [...] passa a ter um papel ativo na [...] produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças.

No intuito de barrar o estabelecimento do Keynesianismo, mas também de impedir a série de crises cíclicas do capital, o Neoliberalismo foi instaurado renovando a esperança dos âmbitos político e econômico como o principal instrumento de reorganização financeira mundial. Esse modelo ficou conhecido a partir do governo de Margaret Thatcher em 1979 adotado pela Inglaterra.

O Neoliberalismo no Brasil foi introduzido por meios dos presidentes, os Fernandos (Collor de Mello e Henrique Cardoso), embora Collor tenha iniciado o processo, foi FHC que de fato implementou o sistema econômico no país.

Havia um forte discurso de que o Brasil necessitava enquadrar-se nas tendências mundiais e que o Brasil precisava adotar a globalização.

No documentário "Privatizações: A Distopia do Capital" o professor Carlos Lessa afirma que: "Os Fernandos, comprometem o Brasil num projeto de inserção na globalização mundial e ao mesmo tempo subpriorizando o desenvolvimento das forças produtivas internas.".

Compreende-se o Neoliberalismo como um processo político/econômico que tem como principal objetivo a liberação do comercio nacional e para tal, utiliza-se de estratégias que reconfiguram a ação do Estado diante dos interesses do capital. O modelo neoliberal prega a abertura do mercado ao capital estrangeiro, a precarização de bens, serviços e patrimônios públicos associados diretamente a logica da privatização (consiste na venda do que é estatal para a iniciativa privada) e a flexibilização do trabalho no intuito de reforçar a garantia de lucro para a classe burguesa, por meio da exploração da classe "oponente", a trabalhadora.

A riqueza socialmente produzida é apropriada exclusivamente pela burguesia, detentora dos meios de produção, portanto, os trabalhadores vendem a sua força de trabalho (garantindo a manutenção da mais-valia) para garantir a sua sobrevivência.

O Brasil em toda sua história não viveu um momento de pleno emprego isso porque o Estado de bem estar nunca ocorreu, apenas, pequenos ensaios, o que ocorreu e permanece ocorrendo é a discordância entre um quantitativo alto de trabalhos disponíveis, mas com uma grande parte de trabalhadores sem emprego, gerando assim uma grande reserva de trabalhadores (exercito industrial de reserva) garantindo, portanto, a submissão da classe trabalhadora e as renovações das más condições de trabalho.

A perspectiva do Estado mínimo era a grande esperança de progresso do país para tal utilizava-se das privatizações que consistem no processo de vendas de órgãos ou empresas estatais (públicos) para a iniciativa privadas, um exemplo disso foi à venda da Companhia Vale do Rio Doce em 1997. As sequentes privatizações ocorridas no país contribuíram para desmantelar os serviços brasileiros, trazendo aumento de impostos nas contas dos brasileiros.

Além disso, a privatização trouxe como consequência também a precarização do trabalho, pois com o desenvolvimento do capitalismo cresceu também o setor tecnológico e industrial, com isso progrediu a substituição da mão de obra humana.

Com isso passou a ser necessária uma maior e melhor qualificação para suprir as vagas de emprego que são poucas e quando isso ocorre, a população que não possuem critérios

suficientes para ocupar a vaga de emprego, encontra a oportunidade de manter o seu próprio sustento em meio à informalidade, resultando na precarização.

O desemprego também se trata de uma consequência, já que as medidas tomadas encolheram os gastos públicos e por isso, foi retirando a capacidade do Estado de contratar mão-de-obra. O economista Marcio Pochmann (2014) ao conceder uma entrevista para o documentário "Privatizações: A distopia do capital" diz:

Um processo de desconstrução do estado, não foi uma reorganização, não houve um planejamento estratégico, na verdade foi uma interpretação de que o Estado era o problema do país e a resolução desse problema passava pela destruição, desconstrução do Estado. Nesse sentindo, nós tivemos um processo de privatização que, segundo os nossos estudos, foi o segundo maior processo de privatização da década de 90 que foi apenas menor quando comparado com a desconstrução da União Soviética, da transição do regime socialista para o regime de mercado.

Dentro dessa lógica, não há perspectiva de sobrevivência para a classe trabalhadora em meio ao ramo da competitividade, pois sem conseguir garantir a própria subsistência vê-se necessitado de politicas sociais.

O sistema neoliberalista faz com que haja restrições nos gastos públicos que são voltados para a área social tornando as politicas públicas medidas seletivistas e focalizadas, delimitando o acesso da população empobrecida, fazendo com que as politicas sociais percam o seu caráter universal.

Ademais, entende-se essas politicas como focalizadas e fragmentadas porque para que isso ocorra é necessário condições de vulnerabilidade socioeconômico para que garanta o acesso, a exemplo disto, a falta de bens ou uma renda abaixo de um valor estipulado, transformando os direitos sociais como um modelo de exclusão para que o cidadão seja incluído, de acordo com Netto e Braz (2011, p.237) trata-se de um "Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro". Ou seja, para estar inserido no mercado de trabalho é preciso estar excluído de programas e politicas sociais.

Behring (2003) afirma que há uma tendência de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção, causando cortes bruscos em políticas sociais, além do mais, é feito um apelo à sociedade para que seja solidária, fazendo um apelo ao voluntariado, desqualificando o trabalho técnico, isso contribui para acumulação do capital, visto que não precisará pagar pela força de trabalho, sem contar que algumas empresas por assumirem uma responsabilidade social, acabam por ser desoneradas do pagamento de impostos.

Os serviços e programas anteriormente fornecidos pelo Estado passaram a ser privatizados, sobretudo com a abertura para o capital internacional. Com isto, os serviços necessários para reprodução na sociedade deixam de ser direitos dos cidadãos e passam a ser mercantilizados, cabendo aos cidadãos pagarem para terem acesso a estes.

Ainda de acordo com a autora, esse processo, comumente denominado de "reforma" do Estado, configura-se como uma verdadeira contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988. Trata-se de uma contrarreforma no sentido contraditório do discurso vigente de que a reforma traria melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, sendo que a reforma ampliou os problemas e sendo assim, a mudança proposta nunca foi efetivada, se transformando assim em contra reforma.

Ademais a reforma não trouxe avanços na garantia dos direitos sociais, visto que os ajustes estruturais tornaram as políticas sociais cada vez mais focalizadas aniquilando o princípio da universalidade destas e a desresponsabilização do Estado, passando seu papel para a sociedade civil, ponto fundamental para o aumento das desigualdades sociais.

O governo de Fernando Henrique Cardo seguiu os passos da moderna política econômica mundial no intuito de obter pleno desenvolvimento econômico, porém esse processo se deu de modo acelerado o que resultou em graves consequências citadas anteriormente. Outro âmbito que sofreu com o sistema neoliberal foi o do campo, a política agrária durante a gestão de FHC espelhou-se no modelo agrário desenvolvido pelos Estados Unidos. De acordo com Klítia Loureiro (2002, p. 3) esse modelo de agricultura detinha características básicas, tais como:

a) abertura para o mercado externo, com aumento das exportações de *comodites*, aumento das importações dos mais diferentes produtos; b) ausência do setor público na agricultura, ou seja, a nacionalização do mercado; c) o estímulo às grandes fazendas; d) a integração seletiva dos pequenos agricultores na agroindústria; e) o desaparecimento da agricultura familiar de subsistência; f) maior atenção ao capital e à tecnologia, menos preocupação com a terra, entre outras.

Ao aderir tais particularidades o governo não analisou detalhadamente às consequencias que poderiam trazer aos campos brasileiros, o que era intitulado de Reforma Agrária pelo governo na realidade não visavaqualquer tipo de mudança estrututral que propiciasse a democratização da terra como de fato é proposto pela reforma.

Como já explanado, a terra universalmente é conhecida por sua utilidade e os beneficios economicos que as mesmas trazem, especificamente no Brasil, nota-se que a terra jamais foi voltada para a perspectiva social, ao contrário desde o descobrimento do país no século XV, a terra foi cultivada para favorecer uma pequena parcela da população para garantir a manutenção de suas respectivas riquezas.

Atualmente, no século XXI, o cenário não teve tantas modificações, como é destacado pelo economista Thomas Piketty, o qual realizou uma pesquisa sobre a desigualdade mundial (2018) com dados coletados entre o período de 2001 a 2015, de acordo com as informações quase 30% da renda do Brasil está concentrada nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, sendo este tipo a maior concentração já registrada no mundo.

A desigualdade social exposta em seu modo mais cruel e violento, evidenciando que o conflito entre maiorias e minorias ultrapassa o espaço rural, afinal, o quadro de exploração da classe trabalhadora é perpetuada em todos os âmbitos. No caso da população do campo a disputa por sua terra os coloca em um cenário de degradação social e miséria absoluta.

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 1985,1995 e 2006, os locais com mais de mil hectares ocupavam 43% da área total dos âmbitos agropecuários do país, já os com menos de 10 hectares ocupavam 2,7% da área total.

Sendo assim, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, evidenciando a permanência da concentração da posse da terra existente historicamente no Brasil. Nitidamente a adesão do Neoliberalismo por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso intensificou a desigualdade social, principalmente, no campo. Para Loureiro (2002, p. 3) os anos em que FHC presidiu o Brasil foram voltados para:

[...] um conjunto de políticas agrícolas que estimularamm a concentração da terra, a oligapolização da produção, a marginalização econômica e social da agricultura familiar, o desemprego rural crescente, a dependência do país aos produtos agrícolas importados, a prioridade para a produção de produtos de exportação como grãos e carne bovina, a compra de terras pelo capital estrangeiro, a devastação da floresta tropical e dos cerrados.

Para além da adesão de políticas neoliberalista os dois mandatos de FHC foi marcado pela assustaora ampliação da violência no espaço rural, foi durante o governo de FHC que ocorreram dois dos maiores massacres agrário do país, o de Corumbiara e o de Eldorado dos Carajás.

Em 15 de Julho de 1995, as 514 famílias ocuparam a Fazenda Santa Elina, todas elas eram lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, em Rondônia, entretanto, no dia 19, policiais militares sobre a ordem do juiz substituto do Colorado d'Oeste tentaram despejar todos eles, mas não obtiveram sucesso. De acordo com informações contidas no site do Movimento Sem Terra (2014, p.11),

No dia 8 de agosto, 300 policiais militares chegaram à fazenda e montaram acampamento. Os trabalhadores pediram trégua de 72 horas para encontrar uma saída pacífica. No entanto, por volta das 4h do dia seguinte, quando a maioria ainda dormia, invadiram o acampamento, com bombas de efeito moral e de gás lacromonegeneo, disparando para todos os lados. A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 Sem Terra. [...] Segundo o laudo do legista, os acampados foram executados com tiros dados pelas costas e a curta distância. Um dos mortos foi uma menina de 7 anos, Vanessa dos Santos Silva, que fugia de mãos dadas com a mãe.

Em setembro do mesmo ano, 3.500 (três mil e quinhentas) famílias coordenadas pelo MST acamparam próximo a Fazenda Macaxeira objetivando reivindicar a desapropriação daquela área que era considerada improdutiva. Entretanto, havia denúncias por parte dos ocupantes de que o laudo de improdutividade na realidade teria sido falsificado. Em Março de 1996, as famílias optaram pela ocupação da fazenda, iniciando negociações, mas que não obtiveram êxito, então no dia 17 de abril, as famílias foram cercadas por 155 (cento e cinquenta e cinco) policiais, conforme divulgado pelo MST (2014, p.15),

[...] morreram 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. Outros dois morreram dias depois. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas. Ficaram nos corpos dos mortos 17 balas e 12 deles apresentaram cortes profundos com foices e facões, provavelmente instrumentos retirados dos próprios trabalhadores rurais. Um teve a cabeça estraçalhada.

A partir da análise de todo o processo da adesão do neoliberalismo no país e as suas consequências para a população como um todo partindo da perspectiva social, mas principalmente, da população rural pode-se perceber que, sobretudo o que move o capitalismo, é a concentração da propriedade da terra, independente de como a mesma será tratada, tanto pelo viés político ou social, a terra é fundamental para a manutentação econômica do país.

3 A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA

Historicamente, o Brasil, é conhecido por uma vasta natureza e pela extensa quilometragem de terra. Desde o descobrimento do país, o Brasil enfrenta problemáticas que envolvem a posse do solo brasileiro, portanto, esse capítulo objetiva descrever e discutir todo o processo que o país enfrentou até chegar a primeira legislação sobre terras do país e o que se sucedeu posteriormente, já que o envolvimento do capitalismo acirrou a disputa pela posse de terras e encaminhou o Brasil para uma dinâmica que vai de contra a mão ao que poderia ser benéfico para todos, portanto, houve intensificações e percalços vivenciados pela correlação de forças entre capital e trabalho em meio ao sistema capitalista, visto que o direito a posse da terra impede a acumulação do capital e dessa forma os trabalhadores, especificamente, os rurais, permanecem condicionados a exploração.

3.1 A PRIMEIRA LEGISLAÇÃO DE TERRA DO BRASIL

As expedições portuguesas chegaram ao solo brasileiro em 22 de Abril de 1500 concretizando o redescobrimento⁵ do Brasil. Inicialmente a rota a ser realizada pelo navegador Pedro Álvares Cabral tinha como principal objetivo adquirir ainda mais especiarias (conjunto de condimentos, temperos, ervas e plantas obtidos pelos europeus no Sudeste asiático, na África e Índia).

Entretanto, as terras vastas, deslumbrantes e ricas em fertilidade, alimentos, plantações, os rios, mares e lagos, despertaram velozmente o interesse econômico na "Terra de Santa Cruz" o que resultou na colonização do país posteriormente, pode-se notar então que o Brasil emergiu e ganhou visibilidade para o mundo a partir dos interesses financeiros.

No dia 2 de maio do mesmo ano do "descobrimento", Pedro Álvares Cabral dividiu a sua equipe e permaneceu em busca de suas especiarias nas Índias, enquanto o Gaspar de Lemos retornou imediatamente para Portugal com a carta de Pero Vaz de Caminha, a qual continha um relato detalhado e preciso com informações importantes sobre a nova terra, principalmente, com relação a uma árvore (Ibirapitanga, termo em tupi que faz referência a madeira vermelha) que chamou a atenção dos portugueses.

⁵ De acordo com historiadores há indícios de seres humanos no Brasil datados em 16.000 a.C., que foram encontrados em escavações arqueológicas de Lagoa Santa (MG), portanto, a chegada de Cabral ao Brasil deve ser referida como a data de posse das terras brasileira pela coroa portuguesa, já que indígenas já povoavam o país antes mesmo da chegada dos portugueses, portanto, não há lógica em referir-se a esse período como descobrimento, mas sim como redescobrimento.

A árvore em questão chama-se Pau-brasil (termo que deu origem ao nome do país), a mesma possui características especificas dentre elas, uma espécie de corante em tom avermelhado que de imediato tornou-se o foco dos portugueses, pois era possível ser utilizado para tingir tecidos, substituindo especiarias caras e de difícil acesso.

Além disso, a madeira servia também para confecções de móveis e instrumentos musicais por conta de sua resistência, sendo assim, iniciou-se com intensidade a exploração dessa matéria-prima, principalmente, por conta da disponibilidade da madeira vermelha em abundância no solo brasileiro e com um quantitativo incontável por ser riqueza natural.

De acordo com os autores Francismar Aguiar e Reinaldo Pinho (2007), a partir de 1503, os portugueses já haviam estabelecido um complexo de exploração do Pau-brasil. Todo o trabalho braçal de extração da matéria-prima foi realizado pelos indígenas que já habitavam o país, por meio de muita violência e da modalidade de escambo (conhecido pela troca de mercadorias e/ou serviços sem utilizar necessariamente o dinheiro).

O sistema tornou-se lucrativo a ponto de a coroa portuguesa conceder permissões para explorar a árvore mediante algumas exigências. Tais como: todo interessado tinha como obrigatoriedade contribuir na exploração da terra encontrada, era necessário custear todo o processo de extração e por fim o explorador deveria empenhar-se em manter todo o território em segurança, já que a região recém-descoberta por possuir riquezas naturais chamaria constantemente a atenção do resto do mundo gerando disputas econômicas pela terra.

Apesar das restrições, pode-se notar que as mesmas eram irrisórias, já que mesmo diante de esquemas de segurança, o Pau-brasil foi explorado ilegalmente até a exaustão. A raridade das maravilhas concedidas pela árvore foi altamente valorizada, mas exatamente por conta disso em meados do século XIX, essa matéria- prima tornou-se praticamente inexistente devido à exploração desenfreada.

Com o intuito de amplificar a exploração econômica do Brasil e consequentemente adentrar nos terrenos desconhecidos do novo território, os portugueses adotaram as capitanias hereditárias, para que garantissem a manutenção da colonização, pois possuíam o objetivo de manter o domínio sobre todo o território da América.

As capitanias hereditárias tratam-se de um modelo desenvolvido durante o período feudal da Idade Média, esse modelo funciona basicamente a partir do título permanente, pois os representantes da monarquia portuguesa confirmavam a posse (na maioria das vezes as terras eram doadas a nobres portugueses) dos donatários aos seus respectivos descendentes.

No cenário brasileiro, historicamente a primeira doação de terra conhecida foi realizada a Fernando de Noronha em 1504.

Durante os séculos XVI e XVII foram criadas 18 capitanias, entretanto, no que se refere à economia, as mesmas não foram rentáveis, principalmente, por conta do espaço ganho pela França, pois embora houvesse o Tratado de Tordesilhas ⁶que manteve o afastamento dos espanhóis sobre o território brasileiro, não ocorreu o mesmo com os franceses que exploraram ilegalmente o Pau-brasil por longos anos.

Sendo assim, D. João III iniciou uma nova fase para a colonização, a partir de 1548 quando resolveu unificar politicamente o país e pôs Salvador como a capital. Outra prática bastante similar às capitanias hereditárias já vinha sendo realizada em Portugal desde 1375 quando o rei português Dom Fernando I, criou a Lei de Sesmarias⁷. Essa legislação trata-se de mais um marco histórico com relação à expropriação da terra, a mesma passou a integrar um conjunto de medidas do governo com o intuito de combater uma crise de abastecimento fazendo com que o direito a terra tivesse ligação direta a sua real cultivação.

Desde a instauração da lei, a terra passou a ser utilizada como moeda de troca, pois uma das principais finalidades era obrigar os donos de terras a cultivarem o seu solo e caso o mesmo não ocorresse, o reino então passaria a ter o direito de anular a utilização da terra e doa-la em sesmaria a outro cidadão. Para Mônica Diniz (2005, p. 2),

No contexto das descobertas marítimas, Portugal almejou ampliar suas fontes de riqueza. A obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição de terras, que se configurava como o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de promover a cobiça das riquezas de exportação.

Embora essa legislação possuísse um caráter arcaico a mesma perpetuou-se ao longo dos anos, sofrendo algumas modificações, mas mantendo o seu principal foco que era o cultivo da terra, tanto é que essa legislação foi implementada no Brasil a partir de 1530, pois a coroa portuguesa detinha a pretensão de incentivar a colonização do país através das sesmarias.

_

⁶ O Tratado de Tordesilhas foi um documento assinado entre Portugal e Espanha, em 1494, em Tordesilhas (vila espanhola), o tratado foi criado no intuito de delimitar as regiões da América do Sul as quais cada país teria direito a posse e assim encerrar as disputas territoriais do continente que havia sido descoberto recentemente.

⁷ Intitulam-se como Sesmarias terras abandonadas e que pertenciam a Portugal, a legislação foi desenvolvida em Portugal e durante a colonização do Brasil foi incorporada no país, a Sesmarias tinha como objetivo distribuir essas terras, delimitar critérios específicos para a divisão e garantir a cultivação dessas áreas para adquirir lucro ao reino.

Com a instauração das capitanias hereditárias no país, a Sesmarias contribuíram na perpetuação de concessão de terras, sendo esse sistema um modo de propiciar ocupações da terra sem sobrecarregar financeiramente o reino, já que os gastos eram de inteira responsabilidade dos donatários. Segundo Diniz (2005, p. 3) "A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização".

Entretanto, os donatários não tinham a possibilidade de transferir terras para os seus familiares e/ou herdeiros, ou seja, tal condição inviabilizava o auto beneficiamento dos donatários, além de que esses só poderiam adquirir uma sesmaria por compra.

Em 17 de Julho de 1822, por meio da Resolução n. 76 assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva a concessão de terras foi terminantemente proibida, como consta na resolução "Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa". (BRASIL, 1822, p. 1). No mesmo ano da suspensão da lei Sesmarias, o Brasil em 7 de Setembro tornou-se independente da corte portuguesa, mas até isso ser aplicada na prática perdurou por longos anos, sendo o país demarcando por consequentes atrasos em sua emancipação no que se refere a um país colonizado, sendo perceptível até mesmo no quesito de terras, pois somente 28 anos depois o Brasil promulgou a legislação de terras.

A primeira legislação de terras do Brasil ocorreu em 1850, período em que a coroa portuguesa recebia forte pressão dos ingleses em mudar o tipo de mão-de-obra, pois o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, enquanto a Inglaterra já tinha o feito desde 1833, sendo que em 1807 já havia sido instituída a proibição do tráfico de escravos no país.

A assinatura da Aliança e Amizade em 1810 entre a Inglaterra e Portugal propiciou ao Brasil o ingresso de novos produtos ingleses, pondo fim ao pacto colonial e reduzindo o custeio de vida, garantido benefícios aos ingleses (aumento de lucro e autonomia no Brasil), caracteriza-se como uma etapa prévia para o fim da escravidão, já que constava no tratado a imposição da Inglaterra ao governo brasileiro o engajamento da abolição de maneira gradual. Com a independência do Brasil em 1822 as pressões com relação à escravidão aumentaram de acordo com o tempo, precisamente em 1826 a Inglaterra impôs ao país a abolição.

Tais medidas como o Tratado de Aliança e Amizade e as pressões constantes dos ingleses em busca de aprimoramento nas relações comerciais resultaram na Lei Feijó de 1831, essa legislação tornou proibido o tráfico de pessoas e tinha como objetivo a libertação de todos os escravos que chegassem ao Brasil.

A partir desse mesmo ano, a medida caracterizou-se como ineficiente, pois não libertava a todos que já se encontravam escravizados, sendo uma legislação apenas para demonstrar aos ingleses o comprometimento (parcial) do país com o acordo assinado entre Portugal e Inglaterra, tal legislação ficou conhecida nacionalmente como "lei para inglês ver", já que na realidade não houve grandes efeitos para de fato concretizar o fim da escravidão.

Ao longo dos anos as pressões dos ingleses se intensificaram, pois havia a pretensão em substituir a escravidão pelo trabalho assalariado no intuito de garantir que os futuros exescravos não tomassem posse das terras existentes, além de garantir a concentração e centralização da riqueza, sendo esta essencial para a acumulação capitalista, portanto, antes mesmo de abolir a escravidão o país antecipou a Lei de Terras configurando-se como um grande marco jurídico para o período.

A legislação fez com que o país se adaptasse ao sistema econômico vigente e também conseguisse se preparar para a crise no mundo do trabalho, pois uma grande parte dos países adeptos a mão-de-obra escrava estava em processo de abolição ou já tinha o feito.

Portanto, a Lei n° 601 de 1850 tinha como objetivo principal instituir pela primeira vez na história do país a incorporação de terras ao capital por meio da propriedade privada da terra, como dispõe o primeiro artigo, "Art. 1º Ficam proibidas as acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra." (BRASIL, 1850, p. 1).

De acordo com a cartilha Programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, escrita para o VI Congresso Nacional, "A água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada." (MST, 2014, p. 36). Assim como a água e as florestas, a terra também se enquadra como um bem natural, portanto não deveriam se encaixar como uma mercadoria de valor ou ser apossada como instrumento privativo.

A partir da normatização da lei, toda a perspectiva com relação aos bens da natureza foi aniquilada, nesse caso em especifico foi a terra. Ainda de acordo com o MST, "A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras." (2014, p.35).

Com a legislação estabelecida todo e qualquer cidadão brasileiro poderia vim a tornarse proprietário privado de terras, mas para que isso ocorresse deveria converter a sua concessão de uso da terra com a adição de direito tanto de compra quanto de venda, somente se pagasse o valor estipulado pelo governo vigente no período.

Como consta nos artigos abaixo,

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o dominio publico do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução ás autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiaes, os quaes procederão administrativamente, fazendo decidir por arbitros as questões e duvidas de facto, e dando de suas proprias decisões recurso para o Presidente da Provincia, do qual o haverá tambem para o Governo. [...] Esses titulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$ de feitio, sem mais emolumentos ou sello. (BRASIL, 1850, p. 3).

Sendo assim, nota-se que tal medida tinha como principal objetivo impedir que os futuros ex-escravos viessem se tornar possíveis proprietários de terras, pois ao não conseguirem recursos suficientes não poderiam comprar suas próprias terras porque assim se tornariam oficialmente emancipados, trabalhando como camponeses podendo plantar, colher, vender e comer. Por isso, Paulo Nakatani, Rogério Faleiros e Neide Vargas (2012, p. 219) afirmam que "Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso a terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra.".

Já que com o direito a terra a população escravizada conseguiria sobreviver dignamente, mas ao serem libertos e sem direito a terra, os ex-escravos seriam obrigados a permanecer trabalhando como assalariados para fazendeiros, embora recebessem pelos trabalhos prestados, os pagamentos não eram suficientes para o sustento do trabalhador.

Para João Pedro Stédile (2012, p. 25), "A Lei n. 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil". Somente em 1888 houve a abolição de escravatura com a promulgação da Lei Áurea assinada pela princesa Isabel após fortes repressões como já foram supracitadas, sem contar que o trabalho escravo não trazia a mesma rentabilidade como anteriormente, pois todo o mercado mundial estava se modificando, sendo o Brasil o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão.

Após a Lei n. 601, foi somente a partir de 1930 que houve mais uma inovação com relação ao histórico da terra no Brasil. Esse período foi demarcado pela intensificação do modelo industrial nos grandes centros urbanos durante a gestão de Getúlio Vargas, o que propiciou a saída de muitas pessoas do campo que foram para as cidades em busca de emprego.

Esse período foi demarcado pela agroindústria (indústria beneficiava-se dos produtos agrícolas com a terra expropriada), portanto, ainda havia submissão econômica da agricultura para a indústria, nesse período houve ampliações com relação à exploração agrícola, pois a oligarquia rural permaneceu vigente, detentoras de terras e produtoras para o mercado exterior.

Diante desse cenário, a perspectiva de industrialização brasileira atraiu milhares de cidadãos já que havia uma forte promessa deque os mesmos receberiam salários suficientes para a sua sobrevivência, além de direitos como saúde, educação e habitação, mas na prática isso não ocorreu. Os cidadãos que conseguiram seus respectivos empregos tornaram-se apenas uma mão-de-obra barata para as grandes indústrias, não tinham acesso a nenhum dos direitos que imaginaram que teriam, a exemplo disso, a falta de infraestrutura para receber um alto quantitativo de pessoas nos centros urbanos resultou na favelização, já que não havia espaços para novas construções, portanto, as pessoas migraram para as favelas urbanas.

A população que enfrentou o êxodo rural pode rapidamente perceber os efeitos da pobreza estrutural que se encontravam exploração da mão-de-obra, vulnerabilidade e crescimento da massa burguesa que se mantinha como a classe dominante e pondo os trabalhadores em regime de subserviência. Nesse período de industrialização os únicos trabalhadores que tinham os direitos assegurados eram os trabalhadores das grandes indústrias devido à legislação trabalhista.

A junção da reforma trabalhista proposta por Vargas, o êxodo rural e a marginalização dos camponeses foram algumas medidas que se perpetuaram até da década de 1960, no período da ditadura militar, mesma época em que a agricultura modernizou-se ao ter se submetido ao mercado industrial. De acordo com o portal do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (2014, p. 2),

[...] A ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura.

A população camponesa ganhou grande visibilidade a partir de 1981 quando a população sem terra foi às ruas de Porto Alegre e protagonizaram um ato político com mais de 15 mil cidadãos, conhecida nacionalmente como a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul. A partir dessa mobilização a população sem terra ampliou-se por todo o país e ganhou apoiadores contra a ditatura militar.

No Brasil, especificamente, é possível perceber que desde o processo de colonização até os dias atuais, a maioria das terras de todo o país ainda permanecem a uma pequena parcela da população, ou seja, propriedades da classe dominante, os quais são chamados no século XXI de latifundiários.

De acordo com os resultados encontrados pelo Censo Agropecuário de 2017, as propriedades rurais com até 50 (cinquenta) hectares (propriedade de altíssima extensão) os quais equivalem a 70 (setenta) campos de futebol cada, representam 81,3% do total de estabelecimentos agropecuário do país, chegando a equivaler a 12,8% do total da área rural produtiva do Brasil. Por outro lado, 2,4 mil fazendas com mais de 10 mil hectares ou 14 mil campos de futebol cada, equivalem apenas 0,04% das propriedades rurais do país.

Com isso, constata-se que o Brasil permanece com uma alta incompatibilidade em relação à distribuição de terras, já que um quantitativo mínimo da população possui altos quantitativos de terras, enquanto os outros possuem muito pouco ou nem sequer uma, evidenciando assim a política de concentração fundiária do Brasil.

O "latifúndio" refere-se a uma propriedade agrícola extensa e que normalmente pertence a um único dono, empresa ou família, o latifúndio caracteriza-se também improdutividade, servindo apenas para especulação imobiliária, porém, quando se trata de uma terra produtiva é utilizada para a cultivação de um único produto (monocultura), tem sua produção voltada para a exportação e é caracterizada também pela ampla exploração dos seus recursos. Diferindo do Minifúndio, o qual é demarcado pela baixa extensão rural, é geralmente voltado para a agricultura familiar, sem contar que trabalha corriqueiramente com a política de importação, abastecimento interno e também para a subsistência.

A pauta sobre o latifúndio passou a ser discutida no Brasil a partir de sua inserção na legislação do Brasil, precisamente, através do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de 1964), que surgiu para tratar questões com relação à distribuição de terras, o uso social e a sua produtividade, mas também estabeleceu que:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se: [...] V - "Latifúndio", o imóvel rural que: exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural. (BRASIL, 1964, p. 2).

Para, além disso, há outras categorizações do próprio latifúndio como o Latifúndio por dimensão que se refere a uma área que possui dimensões pequenas e que servem para assistir as necessidades de uma família camponesa, podendo ser explorada em modos adequados.

Há também o Latifúndio por Exploração, conhecido por sua improdutividade e o qual serve basicamente para manter as terras na esperança de que o valor de mercado aumente com o tempo (especulação mobiliária).

Esse alto índice de acumulação de terras tem sua origem desde o período de Sesmarias e Capitanias Hereditárias, mas que atualmente ganhou uma nova roupagem a qual se intitula de expropriação de terras, a qual faz referência à vendagem de pequenas propriedades rurais para os grandes latifundiários.

Esse processo geralmente ocorre por ser um meio mais viável em pagar dívidas adquiridas com empréstimos de bancos, já que os pequenos proprietários enfrentam a forte concorrência tecnológica dos grandes latifúndios, os custos elevados para realizar a manutenção da propriedade e consequentemente não adquirem uma importante produtividade, sendo assim, não obtém lucro por não conseguir competir no mercado financeiro.

Sem lucro não há formas de manter o pleno funcionamento da pequena propriedade e muito menos pagar os empréstimos cedidos, por isso, um dos principais meios de sanar o problema é vendendo o seu pequeno espaço de terra.

Além da venda da terra, é importante discutir também qual a função social que a terra passa a exercer a partir dessa transferência de proprietários. A Função Social da Terra é definida pela Constituição Federal de 1988 como:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; I - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988, p. 115).

A definição constitucional da função social evidencia que a terra deverá ser destinada a produção de bens que possam vim beneficiar o trabalhador rural e o seu empregador, a utilização adequada deve abranger os interesses da sociedade em geral, visando uma articulação que contribua para o equilíbrio entre o capitalismo e a política social trazendo desse modo à redução das desigualdades, promoção da equidade e dignidade humana.

3.2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

As discussões a cerca da "questão agrária" ⁸ no Brasil, tem sua inicialização a partir da chegada dos portugueses no território nacional em 1500, período que é conhecido como o princípio do povoamento no território nacional. João Pedro Stédile (2005, p. 21), no entanto, destaca que "há diversas teses e registros históricos de que missões de outros povos, seja de fenícios, dos árabes, dos africanos e até mesmo de europeus, haviam chegado ao nosso continente antes de 1500."

O autor busca frisar também que os portugueses obtiveram liberdade o suficiente para se apossar das terras brasileiras por ter tido apoio econômico advindo do sistema capitalista europeu que acabara de nascer. Com relação à vinda dos portugueses, Stédile (2005, p. 21) afirma:

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalista comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa. [...] adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão.

A política de permanência territorial só foi possível com a exploração dos bens naturais aqui encontrados, João Pedro revela que "todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender as necessidades de sobrevivência social do grupo." (STÉDILE, 2005, p. 21). Ou seja, tudo que era produzido no Brasil tinha a funcionalidade em tornar-se mercadoria que posteriormente seria exportada para Portugal para concretizar o processo de "[...] realização e de acumulação capital" (STÉDILE, 2005, p. 22).

Conforme relatado por historiadores, sabe-se que o objetivo principal da coroa portuguesa era o enriquecimento, ao chegarem ao Brasil à busca central era pelo ouro, com o passar do tempo observaram que havia outros meios de enriquecimento e essa nova forma de ascensão econômica se deu pela abundância das terras e o potencial para a cultivação por trás delas. Stdélie (2005, p. 22) reitera que "os colonizadores, então organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava.".

40

⁸ João Pedro Stédile (2015, pp.17-18) a define como: "[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira."

A produção era voltada para o suprimento do mercado europeu, para tal, os portugueses adotaram o modelo agroexportador ⁹evidenciando a influência direta que o capitalismo exercia sobre toda a Europa. A produção era realizada nos moldes da monocultura (modelo focalizado na fabricação de um único produto) com a utilização de mãos de obra escrava, incialmente, as dos indígenas que aqui já habitavam e que posteriormente foram substituídos pela população africana que foi trazida a força em um contexto extremamente violento e que se perdurou ao longo de 300 (trezentos) anos, sendo findada em 1888. Stédile (2005, p. 26) então resolve abordar os resultados do período pós-abolicionista:

Com a liberação dos trabalhadores escravizados — oficialmente pela Lei Áurea, de 1888 — e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo "livremente" sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navio. E, pela mesma lei de terras, eles foram impedidos de se apossar de terrenos e, assim, de construir suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piore terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas nas cidades brasileiras.

Para de fato concretizar o processo de agroexportação, a coroa portuguesa, instaurou o sistema de monopólio territorial, ou seja, a propriedade da terra era pertencente de forma única e exclusiva da coroa portuguesa, mas no intuito de adotar o sistema de exportação agrícola e atrair os investimentos do setor capitalista para que esses pudessem investir na produção das mercadorias. Por isso, a coroa portuguesa escolheu realizar a "concessão de uso", a qual garantia o direito a heranças (descrito por João Pedro Stédile como direito hereditário), entregando "[...] enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos." (STÉDILE, 2005, pp. 23-24).

Deste modo é que o Brasil se constitui enquanto país, construindo sua perspectiva econômica, politica e social com base no sistema latifundiário e com o auxilio da mão de obra escrava e majoritariamente negra, um país demarcado pelo derramamento de sangue, altos índices de violência e com focalização no capital contribuindo para o enriquecimento de minorias.

_

⁹ Consiste na exportação de produtos agrícolas para outros países.

Ao final da escravidão, junto com a decadência do modelo colonial e consequentemente o encerramento da hegemonia portuguesa no Brasil, o país passou pela transição que instalou a República como a nova forma de governo. A partir disso emergiram grandes modificações que transformaram os rumos do país, por exemplo, o surgimento e o respectivo desenvolvimento da indústria no Brasil entre 1808 a 1930, a qual anos mais tarde obteve destaque devido com a revolução industrial brasileira durante o governo varguista.

O fim da escravidão aliado à crise do modelo agroexportador¹⁰ fizeram com que a burguesia pensasse em diferentes alternativas sobre a mão de obra a ser utilizada, cabe citar João Pedro novamente, pois ele revela que "a saída encontrada pelas elites para substituir a mão-de-obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa." (STÉDILE, 2005, p. 27).

A propaganda de fato funcionou, os cidadãos estrangeiros (lê-se camponeses) que aqui chegaram traziam consigo a esperança de um padrão de vida melhor, principalmente, pela notoriedade que o Brasil obteve desde o seu "descobrimento" pelas extensas áreas de terra, a riqueza contida na fertilidade do solo que consequentemente garantia a produção em massa, entretanto, ao chegarem ao Brasil não receberam as terras prometidas e ainda se viram obrigados a trabalhar para prover o seu próprio sustento evidenciando também como o sistema econômico vigente é construído a base de ciclos viciantes que deterioram as possibilidades de ascensão da classe trabalhadora.

Alguns imigrantes conseguiram comprar lotes de terra, Stédile (2005, p. 27) revela que eram "lotes de 25 a 50 hectares; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigadas a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado colonato". O colonato é a nome vinculado ao processo histórico de importação da mão de obra estrangeira.

Esse cenário possibilitou a criação do campesinato no Brasil, para Stédile (2005) o campesinato sucedeu-se por meio de duas vertentes, a primeira está relacionada com a vinda dos camponeses europeus, já o segundo víeis originou-se "[...] nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes" (STÉDILE, 2005, p. 29).

42

¹⁰ Stédile (2005, p. 26) revela que esse modelo tem uma brusca redução no que tange as exportações dos produtos agrícolas devido à "[...] eclosão da I Guerra Mundial, de 1914-1918, que interrompeu o comércio entre as Américas e a Europa." Sendo assim, o modelo se tornou cada vez mais desgastante, caro e sem retorno lucrativo.

A população que nascera em solo brasileiro, recusava-se a trabalhar em condições desumanas da escravidão, entretanto, não possuía terras (por conta da primeira legislação de terras do Brasil) e as terras que sobraram e tinha condições ideais para a população produzir de uma maneira mais adequada já estava sobre o domínio dos capitalistas, a alternativa encontrada foi direcionar-se ao interior do país. Então, o autor descreve como ocorreu o processo de formação do campesinato:

[...] A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. (STÉDILE, 2005, p. 29).

Nota-se que a história da luta pela terra é demarcada desde o período da colonialidade até o século XXI pela força e resistência da população que ainda sofrem com expropriações, pessoas que tem que lidar cotidianamente com a negação de seus direitos e também dos meios necessários para a manutenção de sua sobrevivência.

A luta existe e a sua principal função é justamente no combate as problemáticas que envolvem os empecilhos postos pela burguesia no intuito de barrar os avanços políticos, econômicos, sociais propostos pelos camponeses, o que pode ser observado ao longo das décadas desde o advento industrial no país na década de 30 até os anos 2000.

3.2.1 Serviço Social e questão agrária: o vínculo que perpassa pela questão social

Sendo a "Questão Social¹¹" o objeto fundante da profissão, logo é também o foco principal de atuação dos Assistentes Sociais, portanto, se faz necessário debater a associação que há entre a profissão e a questão agrária, e para isso é imprescindível analisar a coligação entre ambas.

naturaliza a realidade, trazendo efeitos desastrosos nas dimensões sociais, políticas e econômicas.

_

¹¹ Para Marilda Vilela Iamamoto (2010, p. 27) a questão social é compreendida como: "[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura". No Brasil, as expressões da questão social se apresentam e se agravam em decorrência da hegemonia capitalista, já que é no bojo da relação entre capital e trabalho que ocorre a pauperização e marginalização da classe trabalhadora ao passo em que a sociedade

Sabe-se que com o aprofundamento da industrialização no Brasil, houve uma crescente urbanização no país, com isso percebe-se que as desigualdades sociais também aumentaram, pois, a riqueza produzida socialmente pela classe que vive do trabalho, foi totalmente produzida em condições degradantes, como por exemplo, ao vender a sua força de trabalho arduamente nas indústrias aos capitalistas, os trabalhadores recebiam baixos salários que não condiziam com o que fora trabalhado.

Para, além disso, o alto desenvolvimento econômico gerado pelo advento industrial proporcionou o êxodo rural que se expandiu de modo exacerbado, já que a população estava em busca de melhores condições de vida e creditavam essa expectativa no crescimento da industrialização, porém o excesso de contingente populacional trouxe graves consequências como, o processo de favelização, é possível observar que nos locais de grandes acumulações humanas houve um notável acúmulo de lixo que expos a população a doenças.

Geralmente esses locais não possuem saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica ou segurança pública, ou seja, a urbanização junto com a industrialização deu origem ao desproporcional empobrecimento da classe proletária o que propiciou a desigualdade social já que não havia equilíbrio no padrão de vida da sociedade e devido a esse cenário, a partir disso surge um forte movimento por parte da população em prol da resolução desse grave problema.

Portanto, a partir da articulação dos poderes dominantes da época e com forte influência da igreja católica (principalmente a europeia), emerge no Brasil, o Serviço Social, tendo o seu marco inicial a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo (1936).

A profissão tinha como objetivo controlar as insatisfações populares que estavam cada vez mais revoltados com as regras do mercado Capitalista e buscavam incansavelmente por direitos sociais, civis e políticos, portanto, para apaziguar os movimentos de insubmissão por parte da classe trabalhadora, o Estado interveio por meio da institucionalização de um profissional capaz de lidar com a principal e única vítima da "Questão Social", os trabalhadores.

Esperava-se que os profissionais fossem capazes de responder as questões oriundas da má apropriação de riquezas, de diferentes maneiras, mediante ao que possuem de conhecimento, já que a "Questão Social" trata-se do resultado das desigualdades ocasionadas pelo modo de produção capitalista e que posteriormente se intensificaram cada vez mais devido às modificações no âmbito do trabalho durante as últimas décadas.

Outrossim, o processo de urbanização foi se expandindo evolutivamente e com isto, inevitavelmente ocorreu a implementação de leis trabalhistas, enquanto alguns trabalhadores se viam com direitos assegurados, alguns migrantes do campo estavam em situação marginalizada. Em detrimento dos trabalhadores braçais, era possível enxergar que, quem estava no poder – latifundiários – não olhavam em prol destes, visto que as explorações sem regulamentação lhe beneficiavam de forma mais lucrativa.

Ao analisar esse contexto histórico é possível notar que o processo de modernização da agricultura intensificou as desigualdades sociais no Brasil, já que ampliou-se a exploração do trabalho, os empregos temporários, houve aumento também na concentração de terras.

Para José Filho Araújo Santos (2018, p. 3) "A questão agrária, exprimi refrações da questão social quando demonstra o volume fundiário de concentração de terras, o domínio político e econômico de instâncias do capital financeiro, agrário e industrial, bem como, o latifúndio.".

Com relação aos camponeses é importante frisar que essa população não sofreu somente com o êxodo rural, as expressões da Questão Social se evidenciam de múltiplas formas, tais como é destacado por Duarte (2015, p. 36) como a:

Pobreza, fome, trabalho infantil, violência, [...], desemprego e diversas outras formas de pauperismo, se materializarão em sujeitos reais. São homens e mulheres empobrecidos pelas relações capitalistas no campo que vão demandar cada vez mais a constituição de políticas sociais para o atendimento de suas necessidades básicas de reprodução social.

A "Questão Social" possui uma visível associação com a questão agrária, desde o período da invasão dos portugueses ao solo brasileiro.

A colonização foi demarcada por múltiplas expressões da "Questão Social", expressas a partir do cenário político e econômico que o Brasil enfrentava - o qual foi demarcado pela utilização das sesmarias e posteriormente das capitanias hereditárias -, a partir delas, os portugueses se apoderaram das terras e as dividirem do modo que lhes favoreceu. Porém ainda assim o debate da relação entre a questão agrária e a questão social só veio à tona em meio ao século XX após o processo de industrialização brasileiro.

Segundo Martins (2013, p. 47), conforme citado por Santos (2018, p. 4): "se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.".

Vale ressaltar que a coligação que a questão agrária tem com o Serviço Social pode ser notada também a partir da perspectiva teórica da profissão, já que o projeto profissional da(o)

Assistente Social defende sobretudo a luta da classe trabalhadora, assim como consta nos princípios fundamentais III e IX do Código de Ética da profissão, os quais deliberam a:

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as. (CFESS, 2014, pp. 23-24).

Mas também é de grande relevância extrair a criticidade da teoria e leva-la para o cotidiano e consequentemente para a vivência da prática profissional, pois de acordo com Iamamoto (2012, p. 116),

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos (das) trabalhadores (as), do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, marcado pelo compromisso com a afirmação da democracia [...]. Nessa direção, a luta pela afirmação dos direitos, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte de um processo de acumulação de forças em direção à superação histórica das desigualdades.

Daniele Gomes Lima (2014, p. 8) reitera que há abertura para o Serviço Social no âmbito da questão agrária:

[...] uma aproximação do Serviço Social com a problemática da questão agrária, visto que, as demandas que se põem a profissão a partir dos efeitos gritantes da questão social no campo têm possibilitado a ampliação do espaço sócio-ocupacional do assistente social em políticas e serviços sociais nesta área. Por isso entender os determinantes que envolvem todo esse processo é fundamental.

Já Sant'Ana e Masson (2018, pp. 212-213) propõem um aprofundamento por parte dos profissionais ao exercer a profissão a qual consistem em [...] uma atuação permanente junto aos movimentos sociais oriundos da classe trabalhadora, pois o Serviço Social é uma profissão que historicamente não só construiu e consolidou seu compromisso profissional junto aos interesses da classe trabalhadora, como também é parte classe trabalhadora.

Notoriamente o Serviço Social possui conexões com a questão agrária e pode ser facilmente notada a partir das particularidades que a questão social deixa em evidencia, que são as características que a demarcam, a exemplo disso, temos a pauperização, exclusão, violência, fome, desemprego etc., ou seja, a questão social manifesta-se de diversificados modos, variando conforme o contexto histórico, político e econômico que está inserido, podendo se atualizar-se de acordo com a realidade de cada país.

A conexão entre os dois polos está evidentemente associado pela força de trabalho, e esta historicamente desde o período colonial, foi à fonte principal do desenvolvimento econômico. Séculos depois, o trabalho permaneceu sendo o meio ideal para garantir as forças produtivas, mas a partir do sistema fordista¹², houve a adesão da precariedade/flexibilidade do trabalho, os quais sempre foram utilizados como o principal meio de estruturação dos postos de trabalho e amplificou as disputas no meio do trabalho.

Todo esse processo contribui para a adesão da classe trabalhadora no cenário político do país no intuito de garantir a legitimidade por parte dos empregadores e, principalmente, pelo Estado e é em meio a esse contexto que as (os) Assistentes Sociais são requisitadas (os) para atuar como interventor em prol da intermediação de conflitos gerados pelo sistema capitalismo que dividem as classes antagônicas e propiciam a perpetuação das desigualdades sociais entre elas.

3.3 A SAÍDA DO CAMPO PARA OS CENTROS URBANOS: BREVE REFLEXÃO SOBRE A DÉCADA DE 1930 E 1940

O Brasil alcançou em passos lentos o desenvolvimento industrial, pois desde 1500, a base econômica do país sustentou-se na agricultura, plantando apenas a cana de açúcar, somente, a partir do século XIX com a adesão do café na produção agrícola os rumos econômicos tomara novos rumos em direção à indústria, pois a mesma contribuiu para novos investimentos com a ampliação da produção fazendo com que emergissem grandes empresários em diversos setores, desde a própria exportação do café, aos novos meios de transporte e demais suportes que o país necessitava para alavancar o seu desenvolvimento.

Desde 1800 com o boom do desenvolvimento cafeeiro no Brasil, o café, tornou-se a principal fonte de riqueza do país, inclusive, foi apelidado de "Ouro verde brasileiro" por conta da sua alta produção e consequentemente rentabilidade.

O café brasileiro ficou conhecido internacionalmente, entretanto, o auge do seu sucesso teve uma pausa a partir da crise mundial de 1929, já que com a quebra da bolsa de valores de "New York" as exportações cessaram devido à baixa procura, já que o mercado internacional estava com os recursos financeiros esgotados, dificultando a possibilidade de compra.

47

¹² Sistema de produção desenvolvido pelo industrial e fabricante de automóveis, Henry Ford, em 1914, sendo o principal objetivo a superprodução em massa, com redução de custos e preços dos seus produtos para que assim obtivesse extensa lucratividade.

Notoriamente, a crise se alastrou mundialmente e o Brasil não ficou de fora desse contexto, mas a partir de 1930 o então presidente do país, Getúlio Vargas, tentou superar o período de fragilidade econômica e para tal objetivou realizar algo diferente do que vinha ocorrendo no Brasil (desde a colonização). De acordo com Laire José Giraud (2008, p.m2) "[...] O Brasil, que possuía 60% do mercado internacional do café, não podia exportar o produto, e acumulava grandes estoques (o que comprometeu os preços), nos diversos armazéns gerais da cidade [de São Paulo].".

Por conta disso, a medida principal do governo brasileiro foi queimar toda a sua produção, pois não havia compradores suficientes, portanto, para não acabar perdendo o café em estoque, optou-se em queimar as sacas, como é descrito por Giraud (2008, p. 2):

No período recessivo, o preço da saca de café caiu violentamente, a solução encontrada pelo Governo Getúlio Vargas, foi a queima de milhões de sacas, o que forçou a elevação dos preços. [...] A solução encontrada pelo Governo de Getulio Vargas foi a compra de 18 milhões de sacas de café estocadas em Santos e no interior. O intuito foi o de queimar grande parte delas.

Tal feito foi feito amenizou as altas taxas do preço e consequentemente normalizou a situação dos cafeicultores. A busca pela melhoria desse cenário foi encontrada em solo nacional, pois a redução exacerbada de exportações levou o governo a trabalhar a favor do que Vinícius Silva de Moraes (2015, p. 2) chama de nacionalização da economia e que só foi possível devido a uma série de medidas tais como é destrinchado pelo autor:

[...] Foi adotado o modelo de Substituição das Importações, criando as chamadas indústrias de base necessárias para o impulso de outros ramos industriais. Foram criadas neste período a Companhia Siderúrgica Nacional, importante centro de produção de aço, a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, empresa responsável pela exploração dos diversos minerais utilizados pelas indústrias e criou a Petrobras, importante produtora de energia. Cabe lembrar, também, a sistematização da Consolidação das Leis Trabalhistas, necessária para a organização das relações de trabalho que vinham sendo estabelecidas no país.

É possível observar que o advento industrial foi bastante inovador para o período, o qual ficou conhecido como a inicialização da agroindústria do país, que se trata da implantação da indústria de benefícios de produtos agrícolas, além disso, nota-se que esse novo modelo não rompeu com os moldes do passado de monocultura, pois as oligarquias rurais advinda das elites dominantes permaneceram donas das terras e contribuindo para a exportação. Segundo Kamilla Alves Duarte:

A questão da concentração fundiária passa incólume pela Revolução de 1930 quando se dá a substituição do modelo agrário-exportador pelo urbano-industrial. O processo nacional desenvolvimentista que se inicia com o governo Vargas vai se concretizar mediante um conjunto de alianças entre classes rurais tradicionais e as novas classes burguesas emergentes, já que o setor agrário estava em desgaste pela crise do café e a indústria nascente não tinha pernas para alavancar o processo de industrialização do país. (DUARTE, 2015, p. 319).

O seguimento do progresso econômico do país ocasionaram mudanças estruturais em toda a sociedade brasileira proporcionada pelo vínculo das relações comerciais, com isso, as migrações se intensificaram desde a internacional até mesmo o êxodo rural, os deslocamentos ocorriam principalmente para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, já que eram as principais regiões de expansão financeira. Para Brito e Souza (2005, p.48-49)

A partir dos anos 30 e 40, a urbanização incorporou-se às profundas transformações estruturais por que passavam a sociedade e a economia brasileira. Ela assume, de fato, uma dimensão estrutural: não é só o território que acelera o seu processo de urbanização, mas é a própria sociedade brasileira que se transforma cada vez mais em urbana. Essa grande transformação urbana acompanhará o acelerado processo de industrialização da economia brasileira.

A partir das mudanças significativas no campo social e econômico do país, em meio aos anos 1940, pode-se, observar os resultados dessas transformações no âmbito do trabalho com a expansão de empregos formais caracterizando novos moldes econômicos do país, pois a transição das atividades agroexportadoras para o ramo industrial inaugurou novos métodos lucrativos perpassando para a área dos salários e deixando para trás as altas taxas de juros acumuladas durante o processo de produção intensa da atividade agrícola que acompanha o país desde o seu descobrimento.

Entretanto, as grandes modificações trouxeram problemáticas muito maiores do que a crise econômica do café, para os autores Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p. 222):

[...] um dos processos de migração mais violentos do século XX, sendo esta a origem dos graves problemas urbanos hoje verificados nas grandes cidades brasileiras. [...] constituindo mão de obra excedente que, ao lado da legislação trabalhista vigente, pressionou de forma negativa os salários solapando qualquer possibilidade de uma relação capital/trabalho minimamente aceitável.

De acordo com Censo Demográfico 1940/2000 do IBGE, a população que ocupava o meio rural em 1940 contabilizava no total de 28. 288,531 milhões, evidenciando que cerca de 70% da população ocupava o campo, porém com a crise ocorrida no campo e o surgimento da indústria, o trabalho rural passou a ter sua imagem negativada, enquanto, o âmbito urbano

emergiu como o bojo de fartas oportunidades por contas das ações governamentais de Getúlio Vargas como a consolidação das leis trabalhistas por meio da Lei n. 5. 452 em 1° de maio de 1943.

Tal feito trouxe benefícios aos trabalhadores como, por exemplo, carteira de trabalho, jornada de trabalho, férias, salário, convenções coletivas, justiça do trabalho, fiscalização, categorias especiais de trabalhadores, turnos de descanso e dentre outros, o que atraiu a população para as grandes cidades. Para Dedecca e Baltar (1992, *apud* SOARES, 2012, p. 435) é durante a "industrialização restringida" que ocorre entre 1030 e 1956 em que ocorre de fato a consolidação do mercado de trabalho no Brasil e afirmam:

Nesse período [...] se inicia a constituição da base de trabalho assalariado necessária para a estruturação do movimento sindical. [...] é a partir do momento que ganha expressão o processo de industrialização é que vai se formando um mercado de trabalho urbano-industrial que abre perspectivas para a estruturação de um movimento sindical [em] nível nacional. A industrialização ao avançar vai delineando um mercado nacional de bens, serviços e trabalho com uma dinâmica cada vez mais determinada pela indústria de transformação, bem como por uma crescente concentração das atividades no meio urbano.

Ou seja, com a exacerbada migração os grandes empresários industriais detinham alto quantitativo de cidadãos disponíveis e dispostos a trabalhar fazendo assim com que a mão de obra se tornasse extremamente barata, independente, das condições trabalhistas que fossem disponibilizadas, pois a concorrência para ocupar vagas nas indústrias era disputada, já que todos precisavam de recursos financeiros, mesmo que fosse ofertado o mínimo porque ainda sim auxiliaria na manutenção do seu próprio sustento.

Com isso, observa-se que durante o século XX que é bastante reconhecido por seus avanços importantes nos quesitos econômicos, trabalhistas e tecnológicos, mas também foi demarcado pela não priorização do social. Para Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p. 436) "O fato é que historicamente, seja em governos autoritários e militares, seja em governos marcados pela democracia eleitoral (a que nos resta), a estrutura da propriedade da terra pouco se alterou no Brasil.". Esse cenário alavancou diversos manifestos em prol de melhorias no mundo rural, como é o caso das Ligas Camponesas¹³.

As Ligas emergiram durante o processo de intensificação da industrialização na década de 1950, por conta da insatisfação da população camponesa nordestina com relação às

_

¹³ Sabe-se que a primeira liga foi construída em 1954, em Pernambuco, nomeada de "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco" (SAPPP). Octavio Ianni (2005, p.141) afirma que posteriormente passou a ser chamada de "Liga Camponesa da Galiléia".

consequências¹⁴ da excessiva produção agrícola e dos abusos e violências por parte dos latifundiários contra os camponeses, as "Ligas Camponesas" foi organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) sob a direção de Francisco Julião, advogado e que, posteriormente, tornou-se deputado federal.

As ligas camponesas tratam-se então de um movimento popular de luta em prol da reforma agrária no Brasil, as quais conseguiram o feito de organizar milhares de trabalhadores rurais a unirem-se em prol do objetivo comum.

É possível compreender que o Brasil evoluiu, entretanto, a base que deveria sustentar as estruturas dessa evolução não foi lograda, pois a fome e a seletividade trabalhista, ocasionada pelo exacerbado êxodo rural foram também os principais destaques do período, a população camponesa que criou esperanças de melhorias em suas respectivas condições de vida, em sua maioria, os quais ficaram longe do mercado de trabalho, se viram distantes também de seus lares, terras e da oportunidade de crescer financeiramente e assim conseguir garantir sua estabilidade tanto financeira, quanto social.

Paulo, Rogério e Neide (2012) afirmam que ao analisar todo o contexto histórico do país, fica evidente que desde o século XX até o período presente (2019) ocorre:

Mudança na estrutura fundiária não está colocada como projeto no governo e na sociedade brasileira a longo prazo. A opção parece ser a de "congelar" a estrutura fundiária com políticas de compensação que garantam a viabilidade das pequenas propriedades, mas que não as ampliem, ou as ampliem até o ponto em que não ameacem a preponderância absoluta da grande propriedade ligada ao agronegócio de exportação. Políticas como o Pronaf — Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Ater — Assistência Técnica e extensão Rural, o Bolsa Verde (que inclui um benefício de R\$ 300,00 mensais, sementes e cisternas), e o próprio Bolsa-Família, que acaba abarcando parcelas da população rural, são exemplos dessa estratégia. (NAKATANI, FALEIROS, VARGAS, 2012, p. 236).

Constata-se então que durante todo o processo de êxodo rural, mesmo com a adesão tecnológica e o advento da industrialização, o país seguiu os rumos da perpetuação das desigualdades sociais, os grandes centros urbanos não detinham infraestrutura suficiente que abarcasse o contingente populacional que passou a ocupar a zona urbana, sendo assim, na realidade o êxodo rural ampliou e aprofundou as desigualdades que já existiam em todo o país, mas que a partir dela ganhou visibilidade, deixando exposta a ferida da questão social.

-

¹⁴ Verificar o item 3.1 que busca descrever detalhadamente o processo de desigualdades que atingem historicamente os trabalhadores rurais.

3.4 A LUTA PELA TERRA NAS DECÁDAS DE 1960 E 1970: OS ENFRENTAMENTOS FRENTE À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

As décadas de 1960, 1970 e inicio de 1980 foram demarcadas pela ditadura militar que teve inicio com uma série de eventos a partir de 31 de Março de 1964 os quais resultaram no encerramento do governo do então presidente, João Goulart (Jango) e no golpe militar que teve inicio em 1 de abril do mesmo ano.

Com a instauração do golpe de imediato os militares estabeleceram o Ato Institucional nº1, o AI-I, que continha apenas 11 artigos, mas que dispunha sobre a liberdade dos militares em poder modificar a constituição, interromper direitos políticos por 10 anos, sem contar que poderia haver também determinações sobre eleições indiretas para a presidência da República.

Após o período de renovação do sistema industrial no Brasil, a partir de 1960 esse modelo econômico ganhou novos rumos e passou a ser voltado para a agricultura, incorporando as atividades agrícolas nos moldes industriais. Com a intensificação no ramo da indústria, as produções de fertilizantes químicos, equipamentos agrícolas, medicamentos e dentre outros passaram a ser o foco da produção, por isso, é um período conhecido por grandes transformações na economia brasileira, desde a modernização industrial até a abertura para o capital estrangeiro.

A industrialização da agricultura bem como todos os outros modos de produção no capitalismo tinha como intuito acumular o capital, para isso, houve modificações que envolveram a força de trabalho, a exemplo disso, a intensificação na carga horaria e nos dias de trabalho, ou seja, crescimento econômico sobre a exploração da classe trabalhadora.

A população rural foi diretamente afetada pelo crescimento desenfreado da indústria, visto que enquanto produziam para prover a sua própria subsistência e também vendiam os produtos excedentes, os grandes produtores rurais investiram os seus capitais e consequentemente obtiveram a ampliação de seu negócio.

O êxodo rural também esteve presente nessa fase de desenvolvimento econômico do país, já que não era mais rentável manter pequenas propriedades rurais, as quais tinham que competir com grandes empresas que forneciam produtos agrícolas também, diante desse cenário, a solução encontrada pelos camponeses foi à saída dos campos para os centros urbanos, no intuito de garantir melhores condições de vida, porém o que de fato ocorreu foi totalmente ao contrário, pois não havia espaço para abranger a todos e assim gerir oportunidades igualitárias.

Além de gerar problemáticas que envolvem o subemprego ou o desemprego, ampliação da violência e criminalidade, o afastamento da população rural de sua cultura devido à evasão rural etc.

Diante do esgotamento da população rural com relação ao descaso para com eles, conscientes dos seus direitos enquanto trabalhadores rurais e é claro sendo o elo primordial para a manutenção econômica do país passaram a lutar intensivamente clamando a favor de suas respectivas reinvindicações.

Para Octavio Ianni (2005, p. 141) ao passo em que os trabalhadores rurais lutam por resoluções, "[...] se desenvolvem os antagonismos, as tensões e os conflitos entre esses trabalhadores e os fazendeiros ou os seus representantes. Nesse processo, entram com ação a polícia, o advogado, o deputado, o governador, etc.".

A título de exemplo sobre a análise de Ianni (2005), temos o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que ocorreu em Belo Horizonte, em 1961, as pautas permeavam entre a reforma agrária e a ampliação dos direitos trabalhistas voltadas para o trabalhador rural, três anos mais tarde, as contestações feitas pelos camponeses obtiveram apoio e suporte durante a gestão de Jango e as reformas de base, entretanto, essa associação configura-se até os dias atuais como um dos principais motivos incentivadores para que os militares junto com o conservadorismo que estava cada vez mais vigente no país concluíssem o golpe de estado em 1964.

As ligas camponesas sofreram forte repressão por parte do Estado (representado pela polícia) e também por parte dos proprietários de terras, resultando na extinção – temporariamente, já que retornam as atividades no período de redemocratização – das ligas camponesas. Cabe salientar também que durante esse período antidemocrático do país os camponeses enfrentaram percalços, como é destacado pelo MST:

[...] os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. [...] a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura. (MST, 2014, p. 2).

Se faz necessário frisar alguns acontecimentos importantes que antecederam o golpe militar. Em 11 de Outubro de 1962, foi implementada pelo governo de João Goulart a Superintendência da Política Agrária – SUPRA através da lei delegada de nº 11 e regulamentado pelo Decreto n. 1.878-A, de 21 de dezembro de 1962.

Essa legislação reuniu em um único órgão o Serviço Social Rural, o Conselho Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização conhecido como INCRA, além do estabelecimento rural de Tapajós. Essa união tinha como principal função contribuir para o desenvolvimento da política agrária do Brasil para posteriormente concretizar a reforma agrária, assim como é descrito em seu artigo 2°:

Art. 2º Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subseqüente. (BRASIL, 1962, p. 1).

E continua a afirmar o comprometimento do Estado com relação às funções da SUPRA, contidos no parágrafo único em que diz: "Para o fim de promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem estar social são delegados à SUPRA podêres especiais de desapropriação, na forma da legislação em vigor." (BRASIL, 1964, p.1).

Uma outra medida desenvolvida durante a gestão de Jango foi a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n. 4.214, essa legislação foi amplamente inspirada na Consolidação das Leis do Trabalho a CLT, o estatuto versa sobre condições politicas, econômicas e sociais com relação ao trabalho na agricultura brasileira. A legislação dispõe que "Art. 2º – Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro." (BRASIL, 1963, p. 1).

Algumas das disposições inclusas na legislação refere-se sobre a obrigatoriedade da carteira profissional aos trabalhadores rurais maiores de 14 anos, há o estabelecimento de oito horas como jornada de trabalhado e também referente à remuneração dos trabalhadores, no artigo 28 consta que "qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado, poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional" (BRASIL, 1963, p. 4).

Em 1963, o projeto de lei de reforma agrária foi apresentada pelo deputado Leonel Brizola, o projeto de Lei n. 120 de 16 de abril de 1963 tinha como missão o estabelecimento da reforma agrária, mas também "Art. 1º [...] disciplina o uso da propriedade imóvel rural, em função do bem-estar social, e assegura o acesso a terra, para fins de exploração econômica."

A cartada final para a concretização da reforma agrária se deu por meio da Reforma de Base¹⁵ propostas por João Goulart em 1961, mas que passaram a ganhar notoriedade em grandes comícios, o maior deles ocorreu na Central do Brasil no Rio de Janeiro, contando com a presença de cerca de 150 mil pessoas, as quais apoiavam fielmente as propostas do governo e almejavam juntos melhores condições de vida, mas esse cenário não agradou a todos e foi o estopim para os militares instaurarem a ditadura militar no Brasil.

Durante o período inicial da ditadura, a reforma agrária e a luta dos trabalhadores rurais junto com os movimentos sociais eram taxados como agressivos e acreditava-se que estavam agindo contra a paz e ordem social, além de ser considerado um afronte direto aos fazendeiros e ao próprio Estado o simples ato de manifestar-se.

Durante a gestão do militar Castelo Branco, o primeiro presidente do ciclo ditatorial, o qual governou entre 1964 e 1967. Anna Claúdia Polinski e Larissa Bastos Pinto (2009, p. 2), afirmam que nesse período, o governo tratava o problema social da terra como "[...] contido por meio de soluções empresariais e econômicas que não produzissem dano ao direito de propriedade".

As autoras analisam que posteriormente esse cenário foi modificado a partir de 1969 com a intensificação da violência militar em todo o país, já que um ano antes foi implementado o AI-5, o ato institucional mais rígido e demarcado por cassação de mandatos, o encerramento de garantias que envolvessem flexibilidade no âmbito prisional, a exemplo isso, houve a extinção do habeas-corpus, aposentadoria de juízes e intensificação na repressão militar. "[...] a partir de então, ministérios-chaves caíram das mãos de ministros favoráveis a medidas de reforma agrária, para as mãos de ministros contrários à reforma e favoráveis unicamente à instalação da grande empresa no campo." (POLINSKI; PINTO, 2009, p. 2).

Já a década de 70 foi marcada por políticas que visavam incentivar projetos do setor agropecuário através de incentivos fiscais ¹⁶a fim de garantir a substituição da reforma agrária, em 1970, durante a gestão de Emílio Médici, o governo lançou o Programa de Integração Nacional – PIN (1970), instituído pelo decreto de Lei n. 1.106 pretendendo efetivar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país.

Benefícios que podem ocorrer em formatos de isenção, descontos, compensações etc., os quais são concedidos pela administração pública a algumas empresas objetivando a estimulação de atividades econômicas.

¹⁵ Trata-se de um conjunto de reformas estruturais que envolvem os setores bancário, o fiscal, administrativo, fiscal, universitário e fundamentalmente o agrário. Para Marieta de Moraes Ferreira (2017, p.1) "[...] sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.".

Como disposto no artigo 2 que dispõe: "Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.". (BRASIL, 1970, p. 1). Um ano depois houve a criação também do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, "Art. 1º É instituído o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) com o objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprêgo de mão-de-obra e fomentar a agro-indústria.". (BRASIL, 1971, p. 1).

Dentre os objetivos havia a desapropriação ou aquisição de terras; empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais; assistência financeira a organização de propriedades rurais; financiamento e projetos voltas a expansão da agroindústria; redução de preços dos produtos a serem exportados e etc. Outro programa que merece ser destacado é o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE desenvolvido no governo Geisel em 1974 com a função de promover a modernização de atividades agropecuárias em áreas específicas do Nordeste.

Diante do contexto em que o Brasil encontrava-se, principalmente, no que tange a política agrária no Brasil que estava cada vez mais voltada para o ramo de exportação deixando de lado a perspectiva social que envolve o campo, a Igreja Católica como um método de ação, colocou-se a favor da questão agrária, tanto que em 1975, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo esta a principal impulsionadora de resistência, denúncias, havia fornecimento de espaços para realizar reuniões.

Nos anos finais da década de 70 emergiram grupos políticos, movimentos sociais, personalidades de diversificadas áreas a favor de um Brasil democrático, somado a isto, as manifestações se tornaram cada vez mais intensas e recorrentes. Conforme explanado no portal do MST, "[...] em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino". (MST, 2014, p. 3).

A encruzilhada natalino ganhou visibilidade e tornou-se um verdadeiro símbolo da luta de resistência à ditadura militar, desde então as ocupações passaram a ser uma das principais formas de expressão contra as forças autoritárias do país, mas para além das ocupações havia resistência por parte da população do campo, principalmente, os sem terras.

Outro modo de manifestar-se ficou conhecido como a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, esse foi um ato político público que contou com a participação popular de mais de 15 mil pessoas.

De acordo com MST (2014, p. 3) a partir disso, "em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo."

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam as lutas a favor da democracia como regime a ser seguido pelo Estado, mas também visava à democracia com relação à posse de terras, reuniram-se no 1° Encontro Nacional no Paraná e decidiram fundar ali um movimento nacional camponês, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, focando em três objetivos: "[...] lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país". (MST, 2014, p. 5).

Nota-se que os últimos anos da década de 1970 e início de 1980 a situação foi se modificando, já que o país almejava e acirrava a luta contra o regime militar, o deterioramento do sistema somado com a força e pressão da população a favor da abertura democrática para com a população rural, mas também com a sociedade de modo geral fez com que toda a população se unisse em prol de causas que trariam benefícios à nação e a ascensão do poder popular, com isso, o Brasil venceu o militarismo e passou a focar na redemocratização do país.

3.5 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO UM PUNHADO DE ESPERANÇA PARA O POVO DO CAMPO

As discussões acerca de trabalhadores rurais que estavam enfrentando o processo de expropriação e condições desumanas nos espaços de trabalho e em suas vidas sociais tornouse um debate a nível nacional a partir de 1960, pois o Brasil chega nessa década em meio a um cenário de agricultura modernizada, capitalista, e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial.

Em 1961, ocorre à primeira proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil em 1961, dois anos mais tarde, em 1963, houve a inicialização do projeto de lei de reforma agrária proposta pelo então deputado Leonel Brizola e defendida, inclusive, pelo presidente do período, João Goulart que apresentou publicamente o projeto de

reforma agrária no Comício na Central do Brasil (região central do Rio de Janeiro) em 13 de março de 1964.

Em seu discurso para cerca de 150 mil pessoas presente na Central do Brasil e transmitido também por rádios de todo o país, o presidente declarou: "A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida.". (GOULART, 1964, pp. 16-17), e conclui o seu discurso afirmando que:

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil.

Nota-se pelo teor das palavras do presidente que o pilar da política para o campo era justamente a reforma agrária, o objetivo era reduzir os combates por terras e possibilitar que milhares de trabalhadores tivessem acesso às terras, porém constituiu-se como mais um dos motivos encontrados pelos militares, apoiados pelas forças conservadoras do país, para executarem o golpe de Estado em 1964 que ocorreu em 31 de Março de 1964.

A partir disso, as discussões sobre a questão agrária no Brasil foram suspensas e o que passa a ter pleno desenvolvimento é o capital financeiro favorecendo a ação do agronegócio em todo o território nacional.

Com os anos finais do regime militar, os movimentos sociais passam a ter maior abertura para as articulações, organização e desenvolvimento interno como são os casos da CPT e a do MST. Portanto, a Carta Magna de 1988, além de representar o avanço democrático do Brasil, conta também como grande triunfo o estabelecimento de direitos trabalhistas, sociais, políticos e previdenciários.

A partir da Constituição houve ampliação nos direitos trabalhistas urbanos e rurais, a exemplo disso, as mulheres passaram a ter direito à licença-maternidade de 120 dias (anteriormente eram 90). Outro grande avanço pode ser observado no capítulo III da carta o qual dispõe sobre a "política agrícola e fundiária e da reforma agrária", e em seu artigo 184 designa que:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, p. 114).

Houve também a conquista de direitos como o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, antes era garantido apenas à aposentadoria comum e pensão por morte, algumas medidas são expressas em algumas cláusulas do capítulo II da Constituição (1988), o qual discute os diretos sociais.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; [...]. XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXIV - aposentadoria; [...]. XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. (BRASIL, 1988, pp. 9-10).

O desenvolvimento da Constituição Federal de 1988 legitimou a inicialização de novos rumos que o país estava se encaminhando, a começar pela participação acentuada de diversas camadas sociais e também de setores produtivos em sua formulação, todos estavam direcionados pela retomada da democracia.

A retomada da liberdade e igualdade do Estado democrático de direito garantiu a população brasileira a ampliação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais propiciando a manutenção de vida estável, segura e democrática que todo e qualquer cidadão brasileiro merece.

Constata-se que os avanços promovidos pela carta magna de 1988 foram e permanecem sendo de extrema relevância, a esperança de um futuro inovador foi iniciada a partir dela, pois além de demarcar um novo período legitimo, propiciou o combate às desigualdades sociais e a renovação da cidadania em todo o país.

3.6 A LUTA É CONTÍNUA: O DEBATE SOBRE A TERRA NO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, DECÁDA DE 1990 E OS ANOS 2000

Apesar dos enfrentamentos realizados a favor da reforma agrária nas décadas anteriores já citadas no decorrer do texto, o Brasil entrou na década de 1990 ainda sem conquistar a tão sonhada reforma agrária. Claus Germer (1990, p. 1) reitera que "[...] a reforma agrária ainda é, e continuará sendo durante um período de tempo ainda imprevisível, o centro de qualquer pauta que proponha uma transformação estrutural, de caráter popular e democrático, na agricultura.".

A conquista para a reforma agrária se distanciou ainda mais com a adesão do Neoliberalismo ¹⁷na década de 1990, esse período foi demarcado pela forte repressão por parte do governo de Fernando Collor de Melo (eleito em 1989 de forma direta) e consequentemente fragmentou a luta a favor da população do campo e abriu espaço para a ascensão do capital. As forças para derrubar a luta dos trabalhadores rurais começaram de forma sutil, mas que já evidenciava o real interesse por parte da gestão.

Em fevereiro de 1993, a Lei n. 8.629, foi aprovada e objetivava reclassificar as propriedades rurais, a partir dessa legislação o tratamento dado aos trabalhadores rurais e principalmente os sem terra seria de modo rígido e sem abertura para quaisquer diálogos, como é possível notar em uma das cláusulas do artigo 2 dessa legislação.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. (BRASIL, 1993, p. 1)

Um ataque claro a população que realiza ocupações e que no âmbito social são tratados como cidadãos oportunistas e vagabundos, isso porque a sociedade não conhece os propósitos do povo da zona rural e que esses trabalham em prol da igualdade e evolução econômica sem desfavorecer nenhum cidadão que possui o direito a terra.

_

¹⁷ Verificar o item 2.2 o qual traz a discussão a cerca do Neoliberalismo.

No 2°congresso nacional do MST realizado em Brasília o MST desenvolveu o lema "Ocupar, Resistir, Produzir" justamente para combater a repressão crescente contra a luta social no campo. "[...] As ocupações de terras foram reafirmadas como o principal instrumento de luta pela Reforma Agrária.". (MST, 2014, p. 8).

Já Fabiano Coelho (217) reitera que a política feita por Collor não apresentava nenhuma pretensão de favorecer a realização da reforma agrária, pois,

Nas ações de Collor evidencia-se o seu descompromisso com a reforma agrária. São nomeados políticos conservadores em cargos estratégicos que trabalham em prol da reforma agrária, o que prejudicou as desapropriações de terras e o investimento nos assentamentos. Um exemplo relevante: o de Antônio Cabrera Mano Filho, nomeado por Collor para assumir o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, em 3 de abril de 1990, permanecendo até o final de seu governo. Antônio Cabrera era grande proprietário rural, filho e neto de fazendeiros. Assim, a reforma agrária estava longe de ser visualizada com bons olhos pelo novo ministro da agricultura e da reforma agrária. (COELHO, 2017, p. 321).

A politica de reforma agrária proposta por Collor estava diretamente associada aos princípios políticos da excessiva produção e exportação agrícola, favorecendo grandes proprietários de extensas propriedades, nos discursos do então presidente havia uma forte repetição sobre a ideia de modernizar o Brasil, entretanto, essa modernização sempre esteve associado à abertura ao capital estrangeiro. A crescente onda do capitalismo a nível mundial fez com que os camponeses visassem um novo modo de combater esse modelo dominante, surge então a Via Campesina (em 1992), uma organização internacional que possuía o intuito de articular os movimentos camponeses, foi aderido pelo Brasil em 1993.

O MST afirma que se trata de "[...] um movimento internacional que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrículas, mulheres camponesas e comunidades indígenas dos cinco continentes." (MST, 2014, p. 9).

Ainda na década de 90, mas sobre a governabilidade de Fernando Henrique Cardoso foi possível notar uma ampliação no êxodo rural, devido ao regime neoliberal que contribuiu para o endividamento de milhares cidadãos, inclusive, de trabalhadores rurais, agricultores etc., a repressão permaneceu ocorrendo e intensificou-se em seu governo, sendo marcado por dois grandes massacres o de Corumbiara (1995) e o de Eldorado dos Carajás (1996).

Ademais, na realidade o governo de FHC nunca possuiu e/ou concretizou um projeto de reforma agrária, tanto que "[...] 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra.", como reitera o professor Bernardo Mançano Fernandes (2003, p. 3).

No inicio dos anos 2000, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república e teve como missão principal seguir o caminho contrário do governo anterior com relação à reforma agrária, havia uma forte expectativa de toda a comunidade do campo com a possível concretização da reforma agrária, mas na prática não foi o que ocorreu.

Houve desde o final da década de 90 uma acentuação no modelo agroexportador, ampliando a monocultura de produtos como a soja, cana-de-açúcar e até mesmo a celulose. Mançano (2003, p. 3) afirma que:

No caso do Brasil, o avanço das políticas neoliberais, com o desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de grande parte de empresas estatais, provocou um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses. Nesse contexto, os ruralistas criaram a tática de destacar o agronegócio, tentando suprimir a figura do latifúndio, denominando-o de empresa rural. Ainda, nessa nova conjuntura política, os ruralistas também criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. (MANÇANO, 2003, p. 3).

O crescimento desigual e contraditório do neoliberalismo gerou uma série de problemas que dificultou a vida da população brasileira e também a concretização da reforma agrária, essa dificuldade respingou nos governos que ainda viriam, no caso de Lula que iniciou a sua vida política por meio do sindicalismo tinha a consciência política, moral e social totalmente contraria a política neoliberalista. Entretanto, durante a governabilidade enfrentou dificuldades orçamentarias, as relações políticas ainda precisavam ser fortalecidas e dentre outros, mas nota-se que com o passar do tempo, ainda assim houve o privilegiamento do agronegócio, assim como foi amplamente divulgado pelo MST:

[...] A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados. Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público. Além disso, o agronegócio se utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação, baseada em baixos salários, no uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Num contexto de crise econômica mundial, não tem condições de produzir alimentos para a população ou criar postos de trabalho para os agricultores. (MST, 2003, pp. 23-24).

Por outro lado é importante reconhecer os feitos dessa gestão como, por exemplo, em 2003, de acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2003) foram assentadas 18 13.672 (treze mil seiscentas e setenta e duas) famílias, sendo que dentro desse número cerca de 5 (cinco) mil estava em novos

_

¹⁸ Os assentados são trabalhadores rurais sem terra que trabalham individualmente ou no âmbito familiar e que participam do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA.

assentamentos.

O então presidente do INCRA, Rolf Hackbart (2003, p. 2), afirmou que "[...] das 13.672 famílias assentadas este ano, 6.960 famílias (50,91%) são de projetos criados até 2002. As 6.712 famílias (49,1%) restantes são de projetos criados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva."

Durante a gestão de Lula foi desenvolvido o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, foi elaborado a partir de diálogos com diversas camadas sociais, principalmente, com os representantes dos trabalhadores rurais.

Conforme divulgado pelo governo federal (BRASIL, 2003, p. 8):

[...] O Plano não inaugura a atuação do governo federal neste tema, mas expressa o que foi acumulado e amadurecido no primeiro ano e anuncia uma nova fase com ações, procedimentos, instruções e instrumentos adequados ao cumprimento do seu compromisso com a Reforma Agrária.

As diretrizes desse plano foram convertidas em metas a serem cumpridas entre os anos de 2003 e 2006, alguns dos objetivos eram: "[...] 400.000 novas famílias assentadas; 2 500.000 famílias com posses regularizadas; recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas". (BRASIL, 2005, p. 38).

Ao analisar a política agrária no Brasil desde período colonial até os anos 2000 é possível notar uma serie de avanços, mas também um ciclo vicioso com repetitivas inovações que na prática não são alavancadas. Há na população camponesa uma imensa esperança de uma reforma agrária concretizada de maneira justa mesmo que o país histórico do país apresente indicadores que poderiam de fato realizar uma reforma, mas que na prática não ocorreram.

A história do país é marcada por ascensões e mudanças que nunca ocorreram por terem sido interrompidas, excluída, ou fragmentada é o que aconteceu com o período de governo de Jango, FHC e Lula respectivamente, com isso, pode-se concluir que quando houve vontade para realizar a reforma não houve aliado o suficiente, por exemplo, a bancada ruralista no congresso sempre representou o maior quantitativo de parlamentares, composta por grandes fazendeiros, agroexportadores e que obviamente defendem os interesses de seus negócios com base na vigência do capitalismo, só em 2019 são 257 parlamentares que compõe a bancada, claramente, abre uma desvantagem para qualquer tentativa de reforma.

No mais, houve governos que de fato visaram favorecer a politica agraria exportadora e jamais cogitaram a hipótese para uma reforma, se quer construíram algum projeto.

4 O TRABALHADOR RURAL E A SAÚDE

Cabe nesse capítulo destrinchar a relevante discussão a cerca da saúde dos trabalhadores rurais, devido à primordialidade em compreender como as circunstâncias que esses trabalhadores estão submetidos interferem diretamente em sua saúde e como podem contribuir para o agravo tanto de suas condições sociais quanto do seu bem-estar físico. Ademais possui o propósito de averiguar quais os tipos de adoecimento acometem os trabalhadores rurais e apreender como se dá o acesso desses cidadãos à saúde pública.

4.1 A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

No que tange a saúde, o Brasil desde o século XVIII já apresentava um grande déficit em seu sistema, já que nesse período, não existiam profissionais da área da saúde que pudessem atender as demandas existentes, além disso, ainda havia a problemática referente à classe social, pois para acessar os serviços médicos, tratamentos e/ou medicamentos mesmo que naturais deveriam possuir renda o suficiente para tal.

A partir do século XX o país passou a direcionar suas atenções para a efetivação da Política Pública de Saúde no país, buscando intervir efetivamente na assistência médica e o grande destaque foi a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões. As CAPs devido a Lei Eloy Chaves publicada em janeiro de 1923 consolidando o sistema previdenciário brasileiro, pois já haviam algumas iniciativas advindas de organizações dos trabalhadores que visavam garantir benefícios caso ocorresse algum acidente, afastamento e aposentadoria após um determinado tempo de serviço prestado, foi a partir das CAPs que o país passou a direcionar seu olhar para a classe trabalhadora e as suas necessidades.

Em seguida, no ano de 1932, período do Estado Novo governado por Getúlio Vargas que os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) foram criados com o intuito de assegurar o usufruto dos benefícios previstos pela Lei, que de vem ser custeados pelo município, entidades e segurados.

Já a partir da década de 1980 com o fim da ditadura militar (período em que houve redução de verbas da saúde e redirecionadas a políticas de segurança e desenvolvimentismo), surgiram pequenas movimentações em prol de melhorias na assistência médica do país, sua descentralização e hierarquização dos serviços de saúde, a partir disso é que o movimento sanitário vai ter com outros setores o objetivo comum de racionalizar os gastos com saúde.

Dessarte, em 1982 foi implementado o Programa de Ações Integradas de Saúde (PAIS) que tinha como principal objetivo destacar a atenção primária (rede ambulatorial), além do mais, buscava a integração das instituições públicas de saúde em um molde hierarquizado, descentralizado para administrar os recursos, etc., ou seja, o PAIS trouxe os principais conteúdos que foram fundamentais para a criação do SUS e estão presentes até hoje no sistema.

A má distribuição dos recursos, os altos índices de custeios com a introdução de tecnologias do exterior no território nacional e uma assistência precária baseada, somente, a favor do sistema privado, contribuiu com o surgimento de problemáticas no quadro social do país, como por exemplo, condições de vida insalubres, falta de saneamento básico e/ou precário, fome e miséria, todo esse contexto resultou no declínio do governo militar e a crise no sistema Previdenciário, proporcionando o crescimento de movimentos sociais e formulações de propostas que atendessem a população marginalizada e esquecida do sistema de proteção social.

Diante desse contexto de alta instabilidade política e financeira em meio ao período de mobilizações em prol da liberdade democrática surgiram também demandas a favor da melhoria da assistência médica no país e da descentralização e hierarquização dos serviços de saúde.

A partir disso é que o movimento sanitário vai ter o objetivo comum junto com outros setores de racionalizar os gastos com saúde, pois para eles, o setor privado era o responsável pelo aumento e pela maior parte das despesas na saúde, porém a racionalização também traria uma maior democratização do atendimento médico alcançado os cidadãos marginalizados.

Com isso, nota-se que o movimento da Reforma Sanitária nasceu em meio a um período de luta e buscou por meio de um conjunto de ideias alcançarem mudanças necessárias para a saúde do Brasil, não, somente, o seu funcionamento, mas visava também à melhoria nas condições de vida da população que eram irregulares e refletiam a precariedade da saúde do povo brasileiro.

Portanto, nota-se que a reforma possuía um caráter denunciativo de como os gastos excessivos, o privilegiamento no acesso a saúde, a má administração e organização do sistema poderiam contribuir para um país em que as expressões da Questão Social fossem tão latentes na sociedade. Em meio ao período de redemocratização do Brasil, no ano de 1986 em Brasília-DF foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde convocada pela Presidência da República.

Essa conferência contou com uma grande participação social, foram cerca de 4.500 pessoas, entre eles, o governo, trabalhadores, usuários e alguns prestadores de serviços da área de saúde, conduzindo uma nova significação para o setor, consolidando o objetivo da Reforma Sanitária brasileira em que seus temas principais eram "A saúde como direito inerente a personalidade e a cidadania", e a "Reformulação do sistema nacional de saúde", ou seja, a conferência consagrou uma concepção ampliada de saúde como um direito universal e dever do Estado; princípios estes que seriam plenamente incorporados na Constituição de 1988.

A partir dessa conferência é que teve início o processo de desenvolvimento de um sistema público, universal e descentralizado conhecido como, SUS, pois pela primeira vez na história do país, a saúde recebeu destaque na Constituição.

Em 1990, o Brasil enfrentou algumas adversidades para a concretização do projeto da Reforma Sanitária e do SUS, pois o país enfrentava a lógica do neoliberalismo (tinha como uma de suas ações principais a restrição do Estado na regulação da vida social) fazendo com que o projeto de saúde fosse voltado para o mercado e o Estado mínimo, sendo assim, tanto a efetivação do SUS como outras políticas públicas, sendo o SUS também uma política pública instaurada por meio da Lei nº 8.080/1990, a Lei Orgânica de Saúde, não ocorreram de fato devido à instabilidade política, econômica e estrutural que o país vivenciava.

Na década de 1990 o país vivenciava o processo de adesão do sistema Neoliberal, o qual possuía a concepção de Estado mínimo, como já citado, o neoliberalismo tinha como principais objetivos a restrição do Estado na regulação da vida social, abertura econômica, o ajuste estrutural, privatizações de empresas estatais e a redução do tamanho e das capacidades do Estado, sendo assim, a efetivação do SUS precisou ser estagnada diante de um cenário caótico tanto político, quanto econômico e estrutural, pois havia dificuldades de por em prática as políticas públicas.

Com relação aos anos 2000, nota-se que na gestão do governo Lula entre 2003 e 2011, ocorreram modificações na alocação dos recursos públicos, mas também a perpetuação do Neoliberalismo, sistema em que a redução e/ou extinção de direitos prevalece com base em argumentos em que tais investimentos na área social gera um custo grande para os fundos públicos e por isso as políticas assistenciais passaram a ser destinadas a um público específico, em condições de pobreza extrema.

Entre as principais propostas implementadas por esse governo com relação a saúde, estão à criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para o atendimento pré-hospitalar móvel no âmbito da Política de Atenção às Urgências e Emergências.

Há também o Programa Farmácia Popular, o qual permite que o cidadão compre produtos com até 90% de desconto mediante o subsidio governamental em algumas farmácias privadas credenciadas, sem contar com o Programa Fome Zero e a Bolsa família.

Já com relação à saúde bucal, foi desenvolvido a Política de Saúde Bucal, garantindo a ampliação do Programa Saúde da Família e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), além disto, foram desenvolvidas ações direcionadas a grupos específicos, como a saúde da mulher, criança e do adolescente, concretizando tais ações com a realização de campanhas em escolas e na mídia acerca da prevenção de DST, AIDS e da gravidez precoce.

Existiram também ações voltadas à saúde dos quilombolas, indígenas, negros, assentados e idosos, sobretudo com a criação do Estatuto do Idoso no ano de 2003, ocorreram maiores investimentos e foco nas políticas de inclusão social, buscando promover o direito à saúde pela via de outras políticas públicas, que não apenas a garantia do acesso a ações e serviços de saúde, mas ao conjunto que proporcionasse a saúde do indivíduo, compreendendo a saúde não apenas como a falta de doenças.

Maria Inês Bravo (2009) ressalta que apesar dos avanços, é possível perceber que no governo Lula não houve o fortalecimento, por exemplo, do projeto de Reforma Sanitária para isso utiliza-se do exemplo da estruturação do Ministério da Saúde que afirma:

[...] a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde que tem como função formar recursos humanos para a saúde e regulamentar as profissões e o mercado de trabalho na área. A criação desta secretaria busca enfrentar a questão de recursos humanos para o SUS que é um grande problema de estrangulamento do sistema. Ressalta-se, entretanto que, uma das medidas fundamentais para a questão de recursos humanos refere-se a NOB de Recursos Humanos e esta ainda não foi implementada. Outro aspecto inovador na estrutura do Ministério refere-se à criação da Secretaria de Atenção à Saúde que visou unificar as ações de atenção básica, ambulatorial e hospitalar integrando as atribuições das extintas secretarias de Política de Saúde e de Assistência à Saúde (BRAVO, 2009, p. 16).

Ou seja, notoriamente o governo direcionou as suas ações para programas focalizados, mas sem realizar grandes modificações em estruturas importantes e que carecem de urgência para serem resolvidas que é o caso, por exemplo, do Sistema Único de Saúde, pois alguns princípios e diretrizes não estavam sendo de fato concretizados.

4.1.1 A saúde do trabalhador

O Brasil é conhecido mundialmente pelo seu sistema público de saúde que atende os cidadãos brasileiros gratuitamente, apesar disso, a execução da prática que envolve a relação trabalho e saúde/doença passou a ser âmbito de discussões, somente, com a Constituição de 1988, como consta em um dos seus artigos. "Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...]. II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador." (BRASIL, 1988, p. 121).

Pode-se notar que a saúde do trabalhador é um campo abrangente da saúde coletiva e precisa de atenção por apreender práticas interdisciplinares, mas também por se tratar de um processo em que a relação saúde-doença possui ligação direta com o trabalho, tendo os principais fatores causadores de doenças os riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos presentes no ambiente de trabalho.

Uma vez que a saúde e a doença estão envolvidas pelas condições que os indivíduos vivenciam é preciso captar a influência que o ambiente de trabalho propicia para submeter os trabalhadores a tais condições.

É necessário entender que a saúde do trabalhador deve ser realizada necessariamente em conjunto com outros setores do poder público, com os próprios trabalhadores de uma maneira mais organizada por conhecerem os reais riscos a que se submetem e também com o Sistema Único de Saúde. Por meio da Lei Orgânica de Saúde (8.080/90) em que se definiu no Art. 16 que é papel do Ministério da Saúde,

I - formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição; II - participar na formulação e na implementação das políticas: [...] a) de controle das agressões ao meio ambiente; b) de saneamento básico; e c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho; III - definir e coordenar os sistemas: a) de redes integradas de assistência de alta complexidade; b) de rede de laboratórios de saúde pública; c) de vigilância epidemiológica; e d) vigilância sanitária. (BRASIL, 1990, p. 8).

Considerando essa legislação, foi instituído através da Portaria de n. 1.823/2012 a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST). Essa legislação visa proteger o acesso à saúde a todos os trabalhadores como previsto no Art. 3º da PNST,

Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política. (BRASIL, 2012, p. 1).

Para o Sistema Único de Saúde por em prática a Política Nacional de Saúde do Trabalhador (a) é necessário articular mudanças nos processos de trabalho em saúde, principalmente, no que tange a organização da rede de atenção e na atuação de equipes multiprofissionais para aplicar a política, desde a atenção primária, passando pela vigilância em saúde e encaminhando-se à assistência e reabilitação para contribuir nas ações coletivas, visando cuidar da promoção, vigilância e prevenção dos ambientes, dos processos e das atividades de trabalho, inclusive, sobre os determinantes da saúde dos trabalhadores.

Nilton Freitas (2018) afirma que tem sido cada vez mais comum os quadros de adoecimento no local de trabalho para o autor a própria conservação do emprego ou a falta do mesmo é um condicionante para a aparição de estresse, enquadrando o adoecimento no aspecto de sofrimento emocional.

Sabe-se historicamente que a saúde no Brasil construiu-se de maneira precária e permanece desse modo, não há política efetiva de prevenção e muito menos de proteção que abarque a todos os brasileiros. Os anos passam, mas a saúde permanece sendo uma verdadeira fonte de lucro para os grandes empresários e gestores de planos de saúde.

De acordo com a rede "PricewaterhouseCoopers" Brasil Ltda., em "O mercado de serviços de saúde no Brasil", afirma que "[...] [o] mercado privado de assistência a saúde, operadoras e seguradoras terminaram o ano de 2012 com aproximadamente 48 milhões de beneficiários somente de planos médicos. Em 2009, havia 41 milhões, o que significa que, em três anos, houve um aumento de 17%". (PwC, 2014, p. 4).

Nota-se o crescimento dos planos de saúde também em meio à crise econômica do país como é revelado por Barbara Tavares (2017) através do site "Esquerda Diário" desenvolvido pelo Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MRT).

[...] segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os lucros das operadoras cresceram: a receita das empresas que oferecem serviços de plano de saúde cresceu 12%, e o lucro líquido aumentou 66%. Segundo especialistas, a estratégia para obter resultados melhores em ano de crise é repassar a conta para o consumidor. Há reajustes de planos coletivos — que equivalem a 80% do mercado — que chegam a 40% de seu valor. Nos planos individuais, o aumento foi equivalente a 13,55%, índice similar aos dos últimos dois anos. A própria ANS reconhece o problema e diz que a tendência é que os planos de saúde se tornem um serviço de elite. (TAVARES, 2017, p. 1).

Apesar dos diversificados avanços a partir da Constituição Federal de 1988 e posteriormente com a instauração da Lei Orgânica de Saúde em 1990 e a institucionalização

do Sistema Único de Saúde, nota-se que ainda assim falta no país infraestrutura que sustente, atenda a demanda que possui e estabilize a situação da saúde pública no Brasil.

Diante do exposto ainda é importante ressaltar que até o que já é instituído por lei como os princípios e diretrizes do SUS não são de fato cumpridos, o que reforça o agravo no funcionamento do sistema, para, além disso, ainda há outras demandas externas que contribuem para a problemática, visto que os trabalhadores rurais enfrentam diariamente a exposição a produtos químicos, mas enfrentam dificuldades para serem atendidos não só pela falta de vagas, mas também por falta de profissionais que entendam as especificidades da vida de um trabalhador do campo.

4.2 AS IMPLICAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NA SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL

Sabe-se que o Agronegócio é uma das atividades mais rentáveis do mundo, por conta disso, expandiu-se e obteve uma grande relevância econômica exatamente pela alta lucratividade que se pode obter por meio dela. O Agronegócio 19 nada mais é do que um conjunto de atividades comerciais e industriais que envolvem as produções agrícolas e pecuárias do ponto de vista econômico.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018, p. 1), "entre 1975 a 2016 [...] a produção de grãos passou de 40,6 milhões de toneladas para 187 milhões de toneladas, [já] a pecuária aumentou de 1,8 milhão de toneladas para 7,4 milhões de toneladas.".

Tal intenso crescimento só foi possível devido à intensificação de produtividade, segundo o MAPA (2018, p. 1), "[...] O salto da produção é atribuído em boa parte a melhoria no uso de insumos com efeitos diretos sobre a produtividade. O consumo de fertilizantes passou de dois milhões de toneladas, em 1975, para 15 milhões de toneladas, em 2016."

Atualmente, o desenvolvimento econômico no Brasil está diretamente associado à hegemonia do agronegócio, muito embora o Brasil não seja o principal exportador agrícola mundial, ainda assim ocupa a 3ª posição, conforme foi divulgado em 2018 pela "Food and Agriculture Organization of the United Nations" (FAO), conhecida no Brasil como Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

70

¹⁹ Paulo Nakatani, Rogério Naques Faleiros e Neide César Vargas (2012, p. 228) definem o agronegócio como "[...] o complexo industrial voltado para a agricultura, se impôs como realidade dominante, ampliando a tenebrosa articulação entre expropriação e exploração dos trabalhadores rurais."

Segundo a FAO, o Brasil finalizou o ano de 2016 com uma taxa de 5,7% no mercado mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Europa, notoriamente, o posicionamento nesse ranking foi conquistado por meio de alterações nas produções agrícolas em todo o país.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão responsável pelo controle e liberação da utilização comercial de agrotóxico, e que também tem vinculação com o Ministério da Saúde, revelou que a safra referente ao período de 2010/2011 alcançou 936 mil toneladas e movimentou 8,5 bilhões de dólares no país, todo o consumo envolve também herbicidas, inseticidas e fungicidas.

Ainda conforme a ANVISA (2010), o mercado nacional de agrotóxicos cresceu nos últimos 10 anos de modo exorbitante chegando a 190%, enquanto todo o restante do mercado mundial possui o registro de crescimento de 93% referente ao mesmo período.

Com relação à área do agronegócio, tratarei neste trabalho, em específico, sobre os produtos que são alimentícios, os quais são apresentados como *commodities*²⁰ no âmbito da exportação, como é o caso do milho, da soja, arroz e do café.

A escolha por mercadorias alimentícias se deu pela utilização massiva de agrotóxicos e consequentemente produz um número maior de cidadãos atingidos de forma direta ou indireta, sendo este o foco a ser discutido no item presente e no subsequente.

Além disso, se faz necessário distinguir as classificações existentes, pois ocorre a produção de mercadorias agrícolas que não são alimentos como: a plantação de árvores com foco na celulose ou biocombustíveis como o etanol e etc., e que poderiam facilmente confundir os leitores.

Os agrotóxicos tratam-se de substâncias ou produtos químicos utilizados no âmbito da produção agrícola, os quais garantem a produtividade das lavouras, essas substâncias podem ser classificados de diversas formas como, por exemplo, os fungicidas que tem como função principal combater fungos, inseticidas agem contra insetos, herbicida é voltado para as ervas doninhas, já as pesticidas visam eliminar qualquer tipo de praga, fumigantes são utilizados para combater as bactérias no solo, raticidas são para lidar com os roedores.

A legislação n. 7. 802 de 11 de Julho de 1989, a qual rege sobre produção, rotulagem, transporte, comercialização, importação, utilização, classificações, controle e inspeções de

_

² O termo "*commodity*" originalmente da língua inglesa possui o significado de mercadoria. As commodities (plural em inglês) são em geral produtos tidos como matéria-prima e que são produzidos em grandes proporções, podendo ser estocados sem qualquer perca de qualidade e por isso detém tanto sucesso na área de exportação.

agrotóxicos e seus respectivos componentes. No artigo 2 dessa legislação contém algumas definições com relação aos agrotóxicos e os seus componentes. Vejamos:

I - agrotóxicos e afins: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento; II - componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins. (BRASIL, 1989, p.1).

Sabe-se que a utilização excessiva dos agrotóxicos pode acarretar problemáticas em diversos setores que afetam diretamente a saúde dos trabalhadores rurais, a saúde dos consumidores de produtos agrícolas, mas atinge também o meio ambiente de modo geral como o solo, florestas, fauna e flora.

Para os pesquisadores Cibelle Mello, Silviamar Camponogara, Marta Regina, Valdecir Zavares e Carmem Lúcia Colomé (2015, p. 1), "Os pesticidas estão entre os produtos com fatores de risco mais relevantes para a saúde dos trabalhadores rurais e para o meio ambiente" (p.1) e continuam a afirmar que "essas condições interferem na qualidade de vida, impactando, negativamente, na saúde do trabalhador rural e no meio ambiente".

É possível observar também sobre a intensificação do uso nos agrotóxicos por meio dos dados divulgados pelo IBGE através do Censo Agropecuário de 2006, o qual afirma que em 2006, 1,39 milhões de estabelecimentos utilizavam agrotóxicos.

Já em 2017 o número passou a ser 1,68 milhões, além disso, houve também uma redução no quantitativo de produtores que não empregavam os agrotóxicos, pois em 2006 eram um total de 3,62 milhões e passaram para 3,2 milhões.

Pode-se concluir que a utilização exacerbada de agrotóxicos no país se deu devido ao modelo econômico agrário nacional que mantém o funcionamento do comércio de exportação como um dos principais meios de desenvolvimento financeiro do país.

Entretanto, a evolução econômica tem sido acompanhada pela desigualdade social que afeta diferentes populações e os seus respectivos territórios como, por exemplo, indígenas, agricultores e a população urbana, sem contar com as problemáticas ambientais e sanitaristas.

Para Isabelle Maria Mendes e Ângelo Giuseppe (2015, p. 118):

[...] o aumento da produtividade agrícola, associado às monoculturas e ao agronegócio de exportação, tem sido responsável por inúmeros impactos socioambientais e à saúde pública, tais como: a concentração de terras, renda e poder político em grandes produtores; o desemprego; a migração campo-cidade; e o não atendimento às demandas de segurança e à soberania alimentar dos países.

A excessiva exploração agrícola tem sido associada a graves problemas de saúde, sendo então o resultado de uma excessiva exploração agrícola por conta da exposição aos agrotóxicos, o contagio ocorre com facilidade e rapidez, já que pode ocorrer por ingestão, contato do produto diretamente na pele ou com mucosa e também por inalação.

Segundo a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC, 2018, p. 1), "Outras fontes de contágio são o ar e a água contaminada, áreas em que foram feitas aplicações e alimentos com resíduos do produto, e, no caso dos profissionais que manipulam e utilizam o produto no dia a dia.".

A recorrente incidência de intoxicação por agrotóxicos tem crescido cada vez mais a ponto de o Ministério da Saúde aprovar o desenvolvimento das "Diretrizes para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos", esse documento tem como função principal orientar os profissionais de saúde a como intervir adequadamente nos atendimentos aos pacientes intoxicados.

Para tal foi necessário que o Ministério da Saúde (MS) construísse um Comitê Elaborador que contou com a participação de profissionais que possuem conhecimentos em Toxicologia, Saúde Pública e Medicina do Trabalho, o primeiro capítulo foi publicado em 18 de outubro de 2018, abordando os aspectos gerais sobre o paciente com suspeita de exposição a qualquer agrotóxico, mas possui também informes sobre prevenção, diagnóstico e tratamento.

O MS informou que "[...] Nos capítulos posteriores serão desenvolvidos aspectos relacionados ao diagnóstico e tratamento das intoxicações [...] e sobre monitoramento da população cronicamente exposta a agrotóxicos." (MS, 2018, p. 1).

O crescimento de intoxicações pode ser traduzido em números, pois desde 2007, notase em todo o Brasil o crescimento por intoxicações, em especifico, na Região Sudeste, como é explanado pelo Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (2016), havia um quantitativo de 2,02 com incidência de intoxicações por 100.000 habitantes, entretanto, em 2013, esse número aumentou para 8,04.

Através dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2017, cerca de 40 mil pessoas já foram assistidas pelo SUS

após a exposição aos agrotóxicos, ainda segundo os registros do Ministério da Saúde que foram levantados pela Agência Pública, desse total, "[...] 26 mil pacientes tiveram intoxicação confirmada por médicos, com náuseas, diarreias ou problemas respiratórios, ou ainda alterações no sangue e na urina detectadas por exames laboratoriais.". (FONSECA, 2018, p. 1).

Apesar dos grandes esforços no combate contra a intensificação na utilidade dos agrotóxicos por parte do Ministério da Saúde ao longo dos anos atuando efetivamente no atendimento e auxilio da população diretamente afetada pelos venenos, além dos movimentos sociais e também dos trabalhadores rurais, principalmente, os que exercem a agricultura a favor de produtos orgânicos, cultivados de maneira correta e saudável.

Ainda assim, surpreendentemente, em 2019, o uso das pesticidas bateram "record", em setembro, foram liberados mais 63 novos agrotóxicos, totalizando então em 325 produtos liberado em sete meses da gestão Bolsonaro. De acordo com a Carta Capital (2019, p.1), desse total divulgado são: "[...] sete produtos inéditos no mercado brasileiro. Os demais 56 são genéricos de pesticidas que já estão à venda".

Wanderley Preite Sobrinho (2019) após ter acesso aos levantamentos realizados pelo Greenpeace publicou através do site UOL que durante os primeiros quatro meses em que Jair Bolsonaro geriu o país, houve um aumento de 42% no quesito a liberação de agrotóxicos, se comparado com o mesmo período do ano anterior (2018).

Wanderley (2019, p. 1) afirma que "[...] Trata-se do maior volume de liberação de pesticidas da história no país, em relação ao mesmo período de 2010, a alta é de 92,2%."

Através dos dados expostos é possível observar os malefícios da utilização em excesso dos agrotóxicos, apesar do papel que exerce na agropecuária e sendo assim contribuinte com a economia brasileira, os agrotóxicos apresentam altos índices de ocorrência de doenças de diversificadas tipificações pondo em risco a sociedade como um todo.

Os trabalhadores podem ser afetados diretamente por conta do contato diário, mas há riscos também para os consumidores dos produtos agrícolas, já que o agrotóxico pode ser encontrado em pequenas partículas de resíduos nos alimentos, geralmente, a substância química poder ser encontrada na casca do produto, mas pode ser retirada na lavagem ou podem agir diretamente no organismo devido à ingestão de plantas e/ou de seus frutos, sendo este uma das formas mais agressivas de intoxicação porque não há garantia de retirada completa da substancia após o contato e/ou ingestão.

4.2.1 As principais doenças que acometem os trabalhadores rurais

No item anterior, a discussão principal permeou no campo do agronegócio e nos impactos que a abusiva utilização de agrotóxicos pode causar aos trabalhadores rurais. ²¹Já neste item o enfoque se dará diante dos adoecimentos que esses cidadãos podem adquirir durante o seu exercício laboral, de inicio permanecerei com as discussões acerca dos agrotóxicos, pois como explanado anteriormente, são produtos com intensa utilização.

Esse abuso, inclusive, ganhou destaque na edição de Outubro de 2015 do jornal francês "Le Monde" um dos jornais mais importante, aclamado e respeitado no mundo, devido ao seu compromisso em oferecer análises e opiniões contundentes e diplomáticas, divergindo dos demais jornais que prestam serviços de registro.

O "Le Monde" publicado em 29 de Outubro de 2015, ironizou ao afirmar que "Au Brésil, « le condiment préféré, c'est le pesticide »", o que pode ser traduzido como: No Brasil, o tempero favorito são os pesticidas, como é característico do jornal, toda a reportagem possuiu o caráter denunciativo, pois foi desenvolvido a partir de uma visitação em uma das raras fazendas de produtos orgânicos do Brasil na cidade de São Paulo, conhecida como fazenda Santa Adelaide.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2014), cerca de 500 mil pessoas são contaminadas por agrotóxicos a cada ano no Brasil. Marina Rossi do El País (2015, p.1) reforça esses dados e o traduz em quantitativo e afirma que basicamente os brasileiros tomam "[...] um galão de cinco litros de veneno a cada ano.".

Esse consumo pode ocorrer de diversificados modos, inclusive, pela alimentação como já foi pontuado.

Em 2016, representando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Karen Friederich (2016), apresentou informações cruciais com relação ao consumo desses tipos de substâncias no Brasil. Segundo Friederich (2016) "[...] 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos", o que notoriamente ocasiona doenças transmitidas por alimentos (DTA).

75

²¹ Mayara Floss (2018) afirma que no Brasil, a população rural trata-se de povos que detem em seu modo de vida, relações e reproduções sociais diretamente ligados ao campo, floresta, água, agropecuária e dentre outros. Ainda segundo Floss (2018, p.1), "[...] São camponeses, trabalhadores rurais assentados, comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos; pescadores artesanais e marisqueiras; as que habitam ou trabalham nas reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas; aquelas atingidas por barragens e muitos outros.".

A OMS classifica as DTAs como as doenças causadas pela ingestão de alimentos e/ou água contaminados, além disso, afirma que existem mais de 250 tipos de DTA em todo o mundo, sendo que a maioria delas são infecções causadas por bactérias, parasitas, vírus e substâncias químicas. A Organização Mundial da Saúde (2018, p. 1) destaca que:

As doenças transmitidas por alimentos (DTA) são uma importante causa de morbidade e mortalidade em todo o mundo. Em muitos países, durante as últimas duas décadas, têm emergido como um crescente problema econômico e de saúde pública. [...] Há previsões de que o problema aumente [...], especialmente com as várias mudanças globais, incluindo crescimento da população, pobreza, exportação de alimentos e rações animais, que influenciam a segurança alimentar internacional.

Em Maio de 2019, foram publicados informes referente ao ano de 2018 sobre os Surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos no Brasil (2019), divulgado pelo Ministério da Saúde, que obteve as informações através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), nos dados expostos no gráfico na página 8 do informe, é possível observar que entre 2009 e 2018, houve um crescente aumento de surtos de DTAs em todas as regiões do Brasil, no Nordeste, por exemplo, o quantitativo de surtos no ano de 2009 era de 50, já em 2014 teve um aumento para 250 e em 2018 esse quantitativo teve uma redução para 200.

De modo geral nota-se também o crescimento de cidadãos expostos ao DTA, pois em 2009 os expostos contabilizavam em um total de 24.014 com 1.328 hospitalizados, em 2016, esse quantitativo chegou a 200.896 e com 1.406 hospitalizados, por fim, em 2018 foram 57.297 expostos e 916 hospitalizados.

Em 2013, a ANVISA, revelou que dos 50 agrotóxicos mais utilizados no Brasil, 22 são proibidos na União Europeia, mantendo o posto do país como o maior consumidor de agrotóxicos. Neste mesmo ano, a ANVISA tornou público que 36% das amostras analisadas nas verduras, legumes, cereais e frutas encontravam-se impróprias para o consumo humano principalmente porque continham substâncias químicas.

Os dados amplamente divulgados pela OMS, sendo alguns já supracitados neste trabalho, apontam que os agrotóxicos afetam intensamente a saúde dos trabalhadores rurais e agrícolas, mas também a de consumidores de alimentos contaminados, os pesticidas podem alcançar, inclusive, os cidadãos que residem em áreas próximas dos locais de produção agrícola, e há também as comunidades que lidam diariamente com os resíduos de agrotóxico por conta da pulverização na aérea.

As pessoas afetadas devido à ingestão de alimentos inapropriados não apresentam um quadro clínico específico porque a DTA pode deter diversificadas causas, mas geralmente apresentam alguns sintomas como náuseas, vômitos, diarreia, dores abdominais, febre e falta de apetite.

O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) que tem como função principal a coleta, a análise e a divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento notificados no país, expôs que em 2015 na região Nordeste os Casos de Intoxicação por Agrotóxico de Uso Agrícola por Unidade Federada, Segundo Zona de Ocorrência, chegou a 76 casos na zona rural e 476 na zona urbana, além de 10 ignorados, no total, esse quantitativo chega a 16,8%.

Neste mesmo ano foram registrados na região Sudeste 373 Casos de Intoxicação por Agrotóxico de Uso Agrícola por Unidade Federada, por meio de circunstâncias registradas, esse quantitativo representa o número de pessoas da região que foram atingidas pelos agrotóxicos através do meio ocupacional, ou seja, no trabalho. Porém, o que de fato chama atenção é o número alarmante de pessoas que utilizam os agrotóxicos na tentativa de cometerem suicídio, somente, em 2015 foram registrados 1.302 casos em todo o país. Os registros são realizados pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATS),

Em 2015, a Abrasco desenvolveu um dossiê intitulado de "Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde", no dossiê contém classificações dos efeitos e/ou sintomas agudos e crônicos que os agrotóxicos podem ocasionar, a exemplo disto tem o pesticida que pode apresentar-se em dois formatos, tanto em modo agudo que pode ser identificado por sintomas tais como: "Fraqueza, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões, náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias" (ABRASCO, 2015, p. 59) e geralmente atingem quem trabalha diretamente com o agrotóxico.

Como também há a versão crônica e tem maior incidência nas pessoas que consomem esses alimentos e são notados a partir dos: "Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossomiais e dermatites de contato, [além de], lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropatias periféricas, alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade." (ABRASCO, 2015, p. 59).

Nota-se que o próprio título do documento evidencia o seu objetivo, o qual traz em detalhes o perigo de produtos químicos ativos no Brasil e os riscos que os mesmos trazem para a saúde dos brasileiros, para, além disso, estão contidos nele informações sobre um forte

aumento na incidência de câncer, distúrbios endócrinos, neurológicos, má-formação congênita e dentre outros devido à massiva utilização de agrotóxicos.

Conforme a estimativa do Instituto Nacional do Câncer – Inca, em um *ranking* nacional, acreditava-se que cerca de 141.250 novos casos de câncer iriam emergir a cidade de São Paulo que é o estado que ocupa a primeira posição.

Tal pesquisa expõe que o câncer é a principal causa de mortes em 516 dos 5.570 municípios brasileiros, ou seja, em 10% das cidades. De acordo com a OMS 80% dos casos de câncer estão associados à exposição de agentes químicos.

O Rio Grande do Sul (RS) é conhecido por deter o maior número de municípios onde o câncer é a primeira causa de morte, totalizando em 140, e foi justamente no RS identificado mais de 92 mil toneladas de agrotóxicos entre os anos de 2012 e 2014, conforme foi divulgado pelo Atlas do Agrotóxico de 2017. Para Larissa Bombardi (2018, p. 2), a autora do Atlas e coordenadora do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP): "Os casos [...] de intoxicação são sempre a ponta do *iceberg* de algo mais complexo, de doenças crônicas como o câncer. O mapeamento desses casos agudos ilustra uma situação mais profunda. É possível afirmar essa correlação".

A partir da entrevista realizada com Márcia Sarpa Campos Mello, uma das idealizadoras do dossiê da Abrasco e pesquisadora do Inca, Tom Belmonte, pode constatar que há ligações entre câncer e agrotóxicos em populações rurais, Márcia pontuou que durante a sua pesquisa a qual tem como foco principal investigar a correlação existente entre os produtos químicos e o desenvolvimento de câncer, notou que:

Há alguns tipos mais comuns relacionados a essa exposição, como o linfoma de Hodgkins, que não é um tumor sólido, mas um câncer relacionado ao sistema linfático. E também dados que indicam aparecimento de câncer de mama e próstata a partir da exposição contínua no ambiente de trabalho ou então a exposição ambiental de pessoas que moram perto de lavouras que usam esses agrotóxicos. (MELLO, 2018, p. 3)

Outras problemáticas que envolvem a saúde dos trabalhadores rurais está contida na falta de Equipamentos de Proteção Individual, os chamados de EPIs, esses equipamentos são regulamentados por lei por meio da Portaria nº86 de 3 de Março de 2005, o qual estabelece a Norma Regulamentadora 31, a NR 31.

Com relação a Medidas de Proteção Pessoal, a Norma dispõe que "É obrigatório o fornecimento aos trabalhadores, gratuitamente, de equipamentos de proteção individual (EPI)" (BRASIL, 2005, p. 20).

Ademais, ainda destaca que é de responsabilidade do empregador rural fornecer os EPIs, além de exigir a utilização dos equipamentos por parte dos empregados. São considerados EPIs os equipamentos que visam à proteção da cabeça, olhos e face que são os casos de capacetes, óculos, protetores faciais e chapéus. Há também os protetores auriculares objetivando a preservação da audição.

Além da proteção das vias respiratórias por meio de respiradores com filtros mecânicos, químicos, combinados entre químicos e mecânico e aparelhos de isolamento, "autônomos ou de adução de ar para locais de trabalho onde haja redução do teor de oxigênio." (BRASIL, 2005, p. 20).

Os EPIs devem proteger também a região dos membros superiores compostos por luvas e mangas de proteção e dos membros inferiores que são constituídos por botas impermeáveis e antiderrapantes com cano longo ou botina com perneira. Sem falar nas proteções do corpo inteiro que são os mais conhecidos popularmente, dentre eles, aventais, jaquetas, coletes, faixas de sinalização, capas e; macacões.

O trabalho no campo possui riscos para além do âmbito da intoxicação, sendo esses tão agressivos, quanto, que são os casos de acidentes com máquinas agrícolas, com ferramentas manuais como a enxada, foice, martelo, serrote, etc., ou até mesmo acidentes provocados por animais.

Os trabalhadores também estão expostos a terem contatos a qualquer momento com agentes infecciosos e parasitários endêmicos que provocam doenças conhecidas como esquistossomose, à malária e dentre outros, essa modalidade de adoecimento é preocupante devido ao intenso potencial de transmissão para outros seres vivos, podendo ser da mesma espécie ou não.

Outros agravos que também não são muito discutidos são as exposições a raios solares por extensos períodos e a exposição a ruídos como é destacado pelos autores Jandira Maciel, Eliane Novato, Horácio Pereira e Márcio Magalhães (2005, p. 894), os quais afirmam que a,

Exposição a ruído e à vibração que estão presentes pelo uso dos motosserras, colhedeiras, tratores etc. O ruído provoca perda lenta e progressiva da audição, fatiga, irritabilidade, aumento da pressão arterial, distúrbios do sono etc. Já a exposição à vibração ocasiona desconforto geral, dor lombar, degeneração dos discos intervertebrais, a "doença dos dedos brancos.

As enfermidades dos trabalhadores de modo geral podem em grande parte provim das atividades que exercem em seus respectivos trabalhos e com os trabalhadores rurais não é diferente, principalmente, por se tratar de uma atividade laboral que exige bastante esforço físico devido ao excesso de peso que carregam das sacas de soja, feijão, milho, café e etc., bem como pelos movimentos de caminhada por todo o território em que trabalha.

Esses exercícios diários são os principais reesposáveis pelo maior índice de desenvolvimento de problemas motores como as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) que atualmente é intitulada de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e que atingem em grande escala os produtores rurais que trabalham na colheita de flores, café, plantas e dentre outros.

De acordo com a professora do curso de Fisioterapia de UNIARA, Andréa Corrêa, "O LER dá a entender que a repetitividade é o único fator que leva a essas alterações, quando na verdade é apenas um deles." (CORRÊA, 2018, p. 3).

Para além do estado físico, o mundo do trabalho também pode trazer prejuízos à saúde mental, cidadãos de modo geral podem ser vítimas de um conjunto de problemas, tais como a divisão do trabalho, intensas e extensas jornadas de trabalho sem pausas para descanso ou uma alimentação adequada, sem contar com as cobranças relacionadas à produtividade, assim como a falta de autonomia, imposição de decisões, intriga entre os colegas de trabalho e o não reconhecimento são alguns dos fatores que podem gerar depressão, estresse e ansiedade.

Essas doenças podem ter os seus sintomas camuflados, pois os indícios são similares a manifestações de características comuns e provenientes da jornada de trabalho associados é claro, a parte física, como o cansaço, nervosismo e insatisfação, mas que na verdade são características de Distúrbios Psiquiátricos Menores (DPM).

Por meio da pesquisa "Condições psicossociais adversas no trabalho, transtorno mental, qualidade de vida e auto-avaliação de saúde entre trabalhadores de uma instituição financeira" defendida pelo médico Luiz Sérgio Silva, em 2011, na Faculdade de Medicina da UFMG com cerca de 2,5 mil trabalhadores, sorteados aleatoriamente constatou-se que dentre os participantes, 43% apresentaram algum tipo de DPM, associadas principalmente às más condições de trabalho.

Pode-se notar que os transtornos mentais estão cada vez mais comuns na esfera do trabalho podendo surgir de variados modos, desde o assédio moral a jornadas de trabalho esgotantes.

Na medida em que crescem esses episódios traumáticos a autonomia, liberdade e o reconhecimento vem sendo reduzidos propiciando um aumento de transtornos psiquiátricos

e/ou doenças mentais no trabalho. De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social divulgado em Janeiro de 2018, referente ao ano de 2017, foram concedidos a população rural cerca de 13.404 benefícios de Auxílio-doença, já o Auxílio-doença Acidentário chegou a 206. Segundo Carneiro et al (2014), conforme citado por Isabelle Maria Mendes e Ângelo Giuseppe (2017, p. 123)

[...] dentre as causas apuradas de todos os Auxílios Doenças e Auxílios Acidentes concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos anos de 1999 e 2005, o maior percentual foram os advindos de lesões por envenenamento e consequências de causas externas, com 78,1% em 1999 e 78,3% em 2005.

Outras características da atividade laboral podem também propiciar o adoecimento dos trabalhadores, como os ruídos que a depender do tempo de exposição podem ocasionar alterações danosas por agir sobre o sistema nervoso ocasionado fadiga, nervoso, alterações mentais, hipertensão, além da possibilidade da perca temporária ou definitiva da audição, o que tem se tornado cada vez mais comum, por conta, da exposição ao caos sonoro das máquinas e ferramentas.

Outro exemplo são as temperaturas em níveis extremos como o calor excessivo, principalmente, os trabalhadores rurais que exercem as suas atividades expostos ao sol o que pode provocar desidratação, inflamação da pele, fadiga física e insolação, enquanto os níveis de frio propiciam rachaduras na pele, agravamento de doenças reumáticas e respiratórias, sem contar que contribui para a umidade do ar e para o agravamento no interior de locais fechados que podem ficar cercados de morfo, infiltrações e poeira, caracterizando o local de trabalho insalubre e que geralmente não passam por fiscalizações para analisar quais medidas a serem tomadas.

A saúde no sentido geral já carrega consigo o peso da sua importância para o homem, ao analisar a saúde do trabalhador, é necessário compreender a problemática de que o mesmo ambiente em que eleva o cidadão perante a sociedade é o mesmo que pode o adoecer criando a dicotomia entre função e prazer, dignidade e descrédito.

Muito embora existam disposições legais, todavia, na prática a legislação não é cumprida, e isso pode ser facilmente comprovado a partir de dados científicos explanados ao decorrer do presente item, há notoriamente um extenso número de cidadãos trabalhadores afetados por irregularidades nos locais em que exercem as suas atividades laborais.

A exposição aos produtos químicos escarna o processo de consolidação do agronegócio no Brasil e o seu incessável e destemido poder e sede por expansão e consequentemente obtenção do lucro.

Evidentemente, não há importância por parte dos produtores agrícolas, empresas e renomados investidores do setor agropecuário como todo esse contexto pode afetar os pequenos produtores e até mesmo os consumidores, pois as atenções são totalmente voltadas para a aquisição de altas taxas de produção para assim manter-se dentro da competição financeira, partindo dessa perspectiva, é fácil compreender o porquê desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos.

Não há dificuldades em escutar, ler ou conhecer histórias de trabalhadores do campo e como esses são atingidos pela displicência humana, geralmente, os trabalhadores rurais exercem essa profissão desde a infância, como se fosse uma espécie de herança familiar, aprende-se desde jovem com os pais a como cuidar da terra, do plantio, da irrigação, dos fertilizantes, dos animais e dentre outras.

Ainda no campo da contaminação, quando paramos para observar percebemos que essas pessoas desde a sua infância estão expostas a substâncias de alto risco, sem qualquer tipo de proteção, para acessar aos serviços médicos ainda nos dias atuais é com muita dificuldade, pois se trata de uma problemática perpetuada ao longo da história do país. Todo esse contexto em que o cidadão trabalhador estar inserido faz com que mais cedo ou mais tarde o mesmo adoeça.

4.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MEIO RURAL

As Políticas Públicas de Saúde no Brasil tratam-se de ações governamentais que visam regular e organizar as funções públicas do Estado, tais intervenções podem ser atividades do governo executadas diretamente pelo Estado, mas podem ser também atuações que são relacionadas à regulação de serviços realizados por agentes econômicos.

Com a publicação da Constituição Federal de 1988 foi instituída a Seguridade Social como o principal padrão de proteção social a ser institucionalizada no país, e, neste caso, a saúde que é tida como um direito de todos passou a ter políticas discutidas e definidas como um fundamental cumprimento da Constituição.

Com isso, nota-se que as políticas públicas e os debates políticos que elas acarretam foram inseridos recentemente na história do país, principalmente, no setor da saúde em que a sua reorganização mostra-se com a implementação, financiamento e organização do Sistema

Único de Saúde, além das suas possibilidades e limites de efetivação que só podem ocorrer com base nos princípios e diretrizes constitucionais.

Constitucionalmente (1988) a política de saúde é estabelecida como "Art.196°: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.".

Existem também diretrizes como as que constam no artigo 198 os quais devem ser o guia norteador de execução da política de saúde e deve ser comprida de acordo com o que está previsto, como a: "I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade.". (BRASIL, 1988, p. 121).

Apesar dos avanços citados anteriormente, somente 23 anos depois da publicação da carta constitucional, em 2011, é que o Brasil estabelece a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, a PNSIPCF, através da portaria nº 2.866 de 2 de Dezembro de 2011, instituída no campo do Sistema Único de Saúde como é destacado em seu primeiro artigo:

Art. 1º Esta Portaria institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com o objetivo de promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. (BRASIL, 2011, p. 1).

A legislação obteve grande destaque pelos avanços embutidos na mesma, já que passou a estabelecer definições fundamentais, como por exemplo, sobre a agricultura camponesa, agricultura familiar, populações do campo e da floresta, povos e comunidades tradicionais, reserva extrativista e dentre outras. Já com relação aos objetivos (Artigo 3, inciso III) é de suma importância salientar que possuem o propósito de assegurar o ingresso da população de campo e da floresta a serviços de saúde tanto de média quanto de alta complexidade, urgência e emergência visando um trabalho de humanização e qualidade.

Visa também a diminuição de vulnerabilidades relacionadas à saúde das populações o campo e da floresta por meio de ações associadas à saúde do idoso, da mulher, das pessoas portadoras de deficiência, do homem, do trabalhador, da criança e do adolescente com foco também na saúde sexual, violência domestica e sexual. Há também o objetivo que destaca a saúde do trabalhador:

III - reduzir os acidentes e agravos relacionados aos processos de trabalho no campo e na floresta, particularmente o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos e mercúrio, o advindo do risco ergonômico do trabalho no campo e na floresta e da exposição contínua aos raios ultravioleta. (BRASIL, 2011, p.4).

É possível notar que a política dispõe-se a contemplar as particularidades da população que vive nos campos e floresta prestando os serviços do SUS que se configura como universal, mas que ainda não se concretizava como tal já que não havia especificidades nas prestações de serviço e no funcionamento em si do SUS que abarcasse as demandas que essas populações detém e que a partir dessa política ganhou visibilidade, principalmente, porque foi constituída a partir da participação dos movimentos sociais, da população da floresta e do campo, assim como destacou o Ministério da Saúde (2015, pp. 10-11) o qual afirma que:

[...] essa Política não é somente para as populações do campo, da floresta e das águas, mas principalmente das populações do campo, da floresta e das águas. Essa afirmação se dá pelo fato de que essa Política foi elaborada por diversos atores, vozes, olhares, escutas, ou seja, os movimentos sociais do campo, da floresta e das águas foram os grandes protagonistas. É essencial entender que o tempo da população urbana não é o tempo das populações do campo, da floresta e das águas, e que sua realidade é resultado de sua história econômica, política e cultural, fundada no extermínio dos povos indígenas, na escravidão, na marginalização do rural, nos conflitos e nas lutas populares de resistência.

Durante a XXI Jornada de Pesquisa da Unijuí em 2016, as autoras Letiane Peccin Ristow, Iara Denise Endruweit Battisti e Micheli dos Santos desenvolveram o relatório técnico-científico intitulado "Políticas Públicas e Saúde dos Trabalhadores Rurais expostos a agrotóxicos" e pontuaram alguns informes referentes às políticas públicas.

Para as autoras, "As políticas públicas no âmbito do governo federal preveem ações de abrangência ampla, com planejamento, crédito ou recursos orçamentários para execução em nível local, seja nos estados ou nos municípios, portanto, são norteadoras das demais políticas.". (RISTOV; BATTISTI; SANTOS, 2016, p. 3).

Alguns dos exemplos das referidas políticas públicas diante da organização federativa, temos o Plano Plurianual (PPA), desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o qual geralmente, possui o tempo médio de 4 anos de duração e traz consigo o objetivo de aperfeiçoar as ações governamentais, sendo que a cada renovação há mudanças nas temáticas a serem discutidas pelo PPA.

Em 2017, o MAPA, divulgou que esse aprimoramento é concretizado com o auxílio de "[...] outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)." (2017, p.1).

No período de 2016 a 2019, o enfoque do MAPA permeará no âmbito da pesquisa e inovações do setor agropecuário, a defesa da agropecuária de modo geral, mas também a favor de um novo modelo de agropecuária que vem se consolidado, a sustentável. O MAPA afirma ainda que "[...] é papel do PPA 2016/2019, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos." (MAPA, 2017, p. 1).

Analisando o Plano Plurianual, é possível observar que o MAPA desempenha a sua atuação por meio de políticas regulatórias utilizando-se de fiscalizações, avaliações, distribuição de informações, disponibilização de diversificadas ferramentas para acelerar o processo de analises e dentre outros. Outra exemplificação de política pública ocorre no âmbito da segurança, saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, tais politicas são desenvolvidas com o objetivo de incentivar investimentos nos setores da saúde e segurança no trabalho para que possa ocorrer um efetivo combate a acidentes e doenças ocupacionais.

Por exemplo, o Ministério da Previdência Social (MPS), desenvolveu algumas políticas por meio do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, como por exemplo, o desenvolvimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) no ano de 2002 e também o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PLANSAT), em 2012. Segundo a secretaria de previdência (2014) o PPP trata-se de:

[...] um formulário que possui campos a serem preenchidos com todas as informações relativas ao empregado, como por exemplo, a atividade que exerce, o agente nocivo ao qual está exposto, a intensidade e a concentração do agente, exames médicos clínicos, além de dados referentes à empresa. O formulário deve ser preenchido pelas empresas que exercem atividades que exponham seus empregados a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física (origem da concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição). (MPS, 2014, p.1)

Já o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho foi desenvolvido em 2012 emergiu com o objetivo de instaurar ações que propiciassem a redução no número de acidentes e mortes de funcionários em serviço, além é claro, do fornecimento de assistência aos acidentados como é afirmado na cartilha da política:

I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho; (PNSST, 2012, p. 18).

Já os princípios são compostos pela universalidade; diálogo social; promoção, proteção e prevenção; e a integralidade. Para além do aprimoramento na segurança e saúde do trabalhador, a Previdência Social em conjunto com o Ministério do Trabalho regulamentou também algumas normas regulatórias que preveem medidas sobre a utilização de EPIs aos trabalhadores rurais, pecuaristas e exploradores florestais.

Por fim, é de suma importância destacar que a necessidade da constante intervenção dos órgãos públicos no que se refere à saúde dos trabalhadores, especialmente, os rurais, já evidencia de fato que o processo de desenvolvimento econômico de modo desordenado traz graves consequências para a população, enquadrando o país em estado de alerta devido aos intensos consumos e exposições aos diversificados fatores que contribuem para o agravo da saúde dos trabalhadores brasileiros.

Nota-se também que o surgimento de políticas públicas tanto no âmbito de prevenção quanto o de promoção a saúde emergiram tardiamente, como é possível perceber as políticas promovidas na esfera federal obtiveram espaço e aprovação a partir dos anos 2000 com o desenvolvimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (2002) e o Nexo-Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) em 2007, cinco anos mais tarde.

4.3.1 A saúde do trabalhador rural através de análises de textos

Neste item busco como linha central de pesquisa compreender como ocorre o acesso da população rural ao Sistema Único de Saúde no Brasil para tal foi utilizado textos sobre a temática os quais foram encontrados na livraria científica eletrônica online conhecida como "Scielo" ²², na Biblioteca Virtual em Saúde Brasil a BVS, além de revistas dedicadas ao Serviço Social como Temporalis, Serviço Social e Sociedade, Serviço Social em Revista e Serviço Social e Saúde. Utilizou-se como referencial o tipo de pesquisa exploratória tendo como método a análise bibliográfica, além disso, foi adotada também como método de pesquisa teórica a perspectiva Marxista.

Karl Marx (1818 -1883) foi um filósofo, economista e revolucionário que trouxe fortes contribuições para o âmbito da sociologia e da história. Marx é conhecido mundialmente pelas publicações de livros renomados em parceria com o seu amigo Friedrich Engels (1820-1895) e são através das provocações do jovem Engels com relação à economia política que Marx vai direcionar as suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna que se

_

²² Na língua inglesa essa abreviação refere-se a "Scientific Electronic Library Online".

estabeleceu na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa. A pesquisa é voltada predominantemente para a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade o que resultou nas bases da sua teoria social. Para Marx (2007, p.48),

A premissa de que parte da ciência positiva da história são os indivíduos humanos reais, sua ação e condições reais de vida. Premissa à qual se chega por via empírica, dispensando filtragens filosofantes. A premissa de toda a história é a existência de indivíduos humanos viventes. Neste fato concreto se funda o materialismo histórico.

O materialismo histórico desenvolvido por Marx tem como base a observação da realidade através da análise das estruturas e superestruturas que cercam um determinado modo de produção (estes são históricos e ocorrem devido à forma que o homem encontrou em suas relações para desenvolver e perpetuar a sua espécie), ou seja, a história da humanidade sempre esteve associada ao homem como o produtor de suas próprias condições de vida e, por conseguinte, baseia-se firmemente no mundo material, além disso, o materialismo busca compreender também as classes sociais e as suas relações como também a forma de pensar de uma determinada sociedade e as estruturas políticas.

Para que o homem possa desenvolver a sua história é necessário viver, mas para que isso ocorra é preciso que ele possua condições de moradia, alimentação, vestimentas e dentre outro, tanto para suprir tais necessidades quanto também para produzir a vida material. Para isso é necessário que o homem, através do trabalho, transforme a natureza, pois os capitalistas (detentores do capital), os quais fazem parte da classe dominante, compram a mão de obra dos trabalhadores, e a classe proletária a qual precisa de um salário para suprir suas necessidades vende todo o seu trabalho exercido, ou seja, ambos possuem uma relação de dependência.

Entretanto não é uma relação equilibrada já que se trata de um vinculo exploratório, é possível então perceber que o principal fundamento da história, pela perspectiva Marxista, é a atividade humana, o trabalho e é através dele que o ser social produz a si mesmo.

O foco dos estudos do autor é, portanto a parte fundamental para as discussões trazidas neste trabalho, afinal, é de suma relevância discutir a questão agrária, a disputa pela terra e problemáticas com relação à desigualdade sobre a perspectiva do autor que dedicou 40 anos de sua vida a estudar e produzir sobre o capitalismo e as consequências ocasionadas pelo mesmo.

O suporte utilizado neste trabalho foi à pesquisa exploratória, desenvolvida com a finalidade de possibilitar uma maior aproximação com o conteúdo a ser estudado. Nesse

sentido, foi realizado levantamento bibliográfico com suporte em livros, artigos etc. visando adquirir informações mais conclusivas e específicas sobre o objeto de estudo.

Esta etapa possibilitou esquematizar melhor cada objetivo por meio de leitura com caráter investigativo e seletivista do material proposto de pesquisa. De acordo com Armando Piovesan e Edméa Rita Temporini (1995, p. 321) isso quer dizer que,

Em outras palavras, a pesquisa exploratória [...] tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é melhor compreendido no contexto social onde ocorre. Nessa concepção, esse estudo tem um sentido geral diverso do aplicado à maioria dos estudos: é realizado durante a fase de planejamento da pesquisa, como se uma subpesquisa fosse e se destina a obter informação do Universo de Respostas de modo a refletir verdadeiramente as características da realidade. [...] A pesquisa exploratória, permitindo o controle dos efeitos desvirtuadores da percepção do pesquisador, permite que a realidade seja percebida tal como ela é, e não como o pesquisador pensa que seja.

As leituras realizadas em bancos de dados de fontes credibilizadas e livros foram estruturadas em 04 eixos, tais como: a) a busca do contexto histórico com relação à luta pela terra no Brasil; b) a análise sobre o acesso da população rural, principalmente, os trabalhadores ao Sistema Único de Saúde; c) a relação entre o Serviço Social e a questão agrária; d) o debate sobre a questão agrária no Brasil desde a colonização até os anos 2000 e as implicações na vida do trabalhador rural.

Estas informações caracterizam a pesquisa também como explicativa, segundo Gil (2002) este tipo de pesquisa define-se como a que "[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.". (GIL, 2002, p. 42).

Para a materialização deste trabalho de pesquisa foi realizado a pesquisa documental, de acordo com Gil (2008) as coletas de dados comuns são direcionadas para serem aplicadas de forma direta com as pessoas, mas há a possibilidade de obter dados sobre as pessoas de modo indireto, através de jornais, livros, registro estatísticos, fotos, filmes, papéis oficiais, os são obtidos de maneira indireta.

Além disso, Gil (2008, p. 147) afirma que: "[...] Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas.".

A pesquisa é voltada para a apreensão da saúde do trabalhador rural que lida diretamente com os agravos da questão agrária no Brasil e visa compreender como esses cidadãos garantem o acesso a serviços de saúde para a manutenção do seu bem estar físico, mental e social.

Os textos encontrados na pesquisa bibliográfica são correspondentes ao quarto eixos, no total sobre a temática da saúde foram utilizados apenas 04 textos, pois os textos encontrados de modo geral não tratam especificamente da saúde do trabalhador rural e sim de estudos de caso específicos em assentamentos ou análises sobre as ações dos movimentos sociais sobre a saúde. Por conta disso foi necessário realizar pesquisas nos sites do Ministério da Saúde e no do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pesquisando especificamente sobre a temática da saúde do trabalhador, neles foram encontradas portarias ministeriais, políticas e programas de governo voltados para a saúde da população rural.

Além de dados estatísticos referentes à utilização de agrotóxicos que afetam diretamente a saúde do trabalhador rural e do quantitativo de médicos disponíveis para o atendimento da população da zona rural. A seguir constará no quadro 1 os textos 04 textos encontrados e os detalhes a cerca de cada um.

Quadro 1: Informações gerais sobre os textos selecionados e analisados

Título do Texto	Autor (a)/ Autores (as)	Natureza
Agronegócio e Agrotóxicos: Impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro.	Isabelle Maria Mendes de Araújo e Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira	Resultado de pesquisa científica do instituto de Saúde Coletiva do Instituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Agrotóxicos: Risco à Saúde do Trabalhador Rural	Mara Regina Domingues, Márcia Rodrigues Bernardi, Elisabete Yurie Sataque Ono e Mario Augusto Ono	Artigo com reflexões sobre a temática por docentes do departamento de Biologia, Bioquímica, Ciências patológicas da Universidade Estadual de Londrina.
Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil?	Vanira Matos Pessoa, Magda Moura Almeida e Fernando Ferreira Carneiro.	Artigo construído por doutores do departamento de Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) após o XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva — Abrascão 2018. da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro.	Frederico Peres	Artigo associado a Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Observa-se que dos 04 textos trabalhados apenas um não traz discussões sobre o avanço do agronegócio enquanto um modelo econômico explorador da classe trabalhadora, pois Mara Regina Domingues, Márcia Rodrigues Bernardi, Elisabete Yurie Sataque Ono e Mario Augusto Ono (2004) dedicaram-se a discutir a perspectiva clínica das consequências geradas por esse modelo, por isso, discorrem ao longo do texto sobre os riscos que os agrotóxicos trazem a saúde de trabalhadores e de toda a sociedade.

No texto buscam classificar a tipologia de agrotóxicos, há a classificação das intoxicações, além de apresentar algumas formas de desintoxicação também, somente, no final do texto há uma breve abordagem sobre os trabalhadores rurais, sem quaisquer aprofundamentos sobre o modelo de agricultura vigente no país ou até mesmo porque os trabalhadores estão inseridos nesse âmbito e adoecendo cada vez mais.

Os autores finalizam o texto afirmando que deve haver um equilíbrio na utilização dos insumos agrícolas, já que os agrotóxicos contribuem no controle de inúmeras doenças e pragas, reconhecem que:

[...] os agrotóxicos passaram a ser utilizados em grande escala, observou-se também que os efeitos tóxicos não se limitavam apenas aos alvos a que se destinavam, mas apresentavam risco à saúde humana e animal, e ao meio ambiente. [...] Entre os que mais sofrem com o uso exagerado dos agrotóxicos, estão sem dúvida, os trabalhadores rurais, que preparam as caldas, fazem a aplicação, preparam e limpam as máquinas de pulverização, fazem a colheita de culturas tratadas com pesticidas. (DOMINGUES; BERNARDI; ONO; ONO, 2004, p. 52).

Por fim, ressaltam que a redução dos riscos que os agrotóxicos trazem está diretamente associada à adesão de novas tecnologias e do fornecimento de informações para auxiliar as pessoas que lidam diretamente com os insumos.

Em contra partida, Isabelle Maria Mendes de Araújo e Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira (2017) buscaram debater a saúde do trabalhador pela perspectiva clínica, mas também política, os autores trazem contribuições a cerca do desenfreado uso de agrotóxicos que favorecem a alta produtividade agrícola, portanto, eles afirmam que:

Apesar do aumento da capacidade de geração de oferta de alimentos no Brasil e no mundo, é importante salientar que o aumento da produtividade agrícola, associado às monoculturas e ao agronegócio de exportação, tem sido responsável por inúmeros impactos socioambientais e à saúde pública, tais como: a concentração de terras, renda e poder político em grandes produtores; o desemprego; a migração campocidade; e o não atendimento às demandas de segurança e à soberania alimentar dos países. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 118).

Isabelle Maria Mendes e Ângelo Giuseppe (2017) referiram-se de modo geral sobre o estabelecimento agrário no país, mas sem retomar o histórico colonial desse processo, apenas traz discussões a cerca do modelo de agronegócio a partir de 1990, além disso, realiza críticas com relação ao Neoliberalismo adotado pelo Brasil e que contribuiu na intensificação do uso abusivo de agrotóxico. De acordo com os autores,

As políticas econômicas se mostram mais voltadas para atender aos interesses de setores de produção do que às necessidades fundamentais dos consumidores. Nesse sentido, a produção de alimentos está direcionada a manter a alta produtividade e lucro numa lógica que atenda às exigências de mercado. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 119).

Em seguida os autores passam a discutir sobre as consequências para a saúde da população com relação ao abuso dos insumos e como exemplificação utilizam gráficos com dados da década 2000 sobre um "[...] crescimento expressivo do número de intoxicações por agrotóxicos, especialmente pelo uso agrícola, acompanhando o crescimento das intoxicações no Brasil" (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 124), os dados encontrados são alarmantes, os autores revelam que:

Em 2005 há um pico de casos de intoxicação por agrotóxicos, no caso do Nordeste mais de 1.200 casos. Essa região apresentou também a maior taxa de letalidade por intoxicação humana do país nesse ano: 6,89% (1.349 casos e 93 óbitos) devido a intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola. No Brasil, no mesmo ano, a letalidade foi de 3,23%, e as demais regiões apresentaram: Norte, 3,23%; Sudeste, 1,75%; Centro-Oeste, 4,48%; e Sul, 2,17% (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TOXICOFARMACOLÓGICAS, 2005, *apud* ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 125).

Já Frederico Peres (2009) inicia o seu texto discutindo um pouco sobre os paradigmas contidos em toda a sociedade com relação à população rural, para isso, traz contribuições do IBGE sobre as classificações da área urbana e também da rural. Em seguida apresenta dados que compreendem o período de 1960 até os anos 2000 sobre o crescimento no quantitativo de pessoas que residem em zonas rurais.

O autor aborda sucintamente sobre a expansão do agronegócio e as implicações na vida dos brasileiros, portanto, destaca os intensos processos de êxodo rural do país e também a redução de processos produtivos da agricultura familiar que segundo o mesmo isso ocorre por conta da pluralidade de atividades produtivas nos dias atuais, as quais ocorre em um mesmo espaço em modo simultâneo.

Frederico Peres (2009) então revela que a modernização que adentrou a zona rural transformou o funcionamento da agricultura tradicional (a familiar), além disso, o autor revela

que não é somente de benefícios que a adesão de novas formas de produzir pode trazer, pois para ele os instrumentos tecnológicos são tão bons, quanto podem trazer malefícios cios também e é assim que o autor inicia as discussões no campo da saúde.

Partindo dessa perspectiva Peres (2009) busca reiterar que os cidadãos que compõe a agricultura familiar estão mais propícios a sofrerem com os efeitos da utilização de agrotóxicos

[...] Isso se dá em razão de diversos determinantes, dentre os quais: a) a baixa assistência técnica recebida por estes indivíduos para o manuseio correto desses agentes químicos, agravada pelo fato de, em algumas localidades, essa assistência ser prestada exclusivamente por técnicos ligados ao comércio de agrotóxicos; b) as práticas exploratórias de venda desses insumos químicos, que ignoram qualquer alternativa de controle de pragas menos agressivas à saúde e ao ambiente; c) a nãoclareza de informações contidas nos rótulos e bulas de agrotóxicos, associada aos baixos índices de escolaridade observados nesse grupo. (PERES, 2009, p. 1998).

Ao longo do texto busca trazer elementos que caracterizem os riscos da intensiva produção de alimentos com auxilio de insumos agrícolas ou até mesmo os que são produzidos e voltados para a mutação genética, justamente por isso que o Frederico Peres (2009, p. 2002) afirma que "[...] Hoje, os principais determinantes do quadro das relações entre saúde, trabalho e ambiente parecem estar relacionados às grandes forças motrizes representadas pelas políticas governamentais de incentivo a determinadas cadeias produtivas".

Os autores Vanira Matos Pessoa, Magda Moura Almeida e Fernando Ferreira Carneiro (2018) trazem ao longo do texto as desigualdades perpetuadas entre as zonas urbanas e rurais, salientam também que a invisibilidade dos cidadãos que ocupam o âmbito rural permanece ocorrendo, trazem ao decorrer do texto os avanços concretizados pelo governo federal, mas que foram impulsionadas pela resistência, principalmente, dos trabalhadores e dos movimentos sociais no Brasil, por exemplo, os autores destacam a criação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e Águas (PNSIPCFA).

Além disso, buscam descrever como as desigualdades sociais (fruto do desenvolvimento agrário do país e posteriormente perpetuando a partir da expansão do agronegócio) contidas no bojo do Capitalismo podem ser facilmente identificadas através das adversidades em acessar políticas públicas, portanto, os autores destacam como exemplo "[...] a falta de acesso à educação, transporte público, comunicação, saneamento e acesso insuficiente aos serviços de saúde em todos os seus níveis" (PESSOA; ALMEIDA; CARNEIRO, 2018, p. 305).

Ademais, Vanira Matos Pessoa, Magda Moura Almeida e Fernando Ferreira Carneiro (2018) reiteram que por conta da priorização do setor econômico, milhares de brasileiros

estão sem se quer com as suas necessidades básicas supridas, a exemplo disto, os autores trazem a dificuldade que os trabalhadores rurais enfrentam para acessar regularmente a água potável e ressaltam que "[...] variações climáticas que afetam a disponibilidade de água, a poluição de fontes hídricas disponíveis, conjugadas com uma reduzida oferta da rede pública de abastecimento de água, têm afetado severamente as condições de sobrevivência dessa população.". (PESSOA; ALMEIDA; CARNEIRO, 2018, p. 306).

Curiosamente desses 04 textos, nenhum deles aprofundou verdadeiramente a discussão ampla sobre a questão agrária e muito menos o debate da acumulação primitiva advinda das análises feitas por Marx.

Portanto, conclui-se que os textos não foram desenvolvidos para focalizar as suas respectivas discussões no contexto histórico da questão agrária brasileira, o debate sempre é direcionado para o campo clínico da saúde dos indivíduos que trabalham e/ou residem na zona rural.

Sem contar que somente um texto trouxe a relação da saúde do trabalhador e o acesso ao SUS por meio de políticas e programas, os demais, buscaram trabalhar as causas e consequências para a saúde da população rural e do trabalho no campo sem destrinchar como se devem suceder os serviços de saúde disponibilizados pelo Estado perante aos cidadãos que vivenciam o drama da relação trabalho-doença.

4.3.2 O acesso da população rural ao sistema único de saúde: uma análise sobre a perpetuação da desigualdade entre as áreas rurais e urbanas

O Sistema Único de Saúde trata-se de um conjunto de ações e serviços de atenção à saúde prestada por órgãos públicos e complementares pela iniciativa privada conveniada e contratada.

Durante os seus quase 30 anos de efetivação o SUS tem se mostrado cada vez mais revolucionário em diversificados aspectos, chegando a ser reconhecido internacionalmente por conta do Programa Nacional de Imunização (PNI) que é responsável por 98% do mercado de vacinas do país, por proporcionar e garantir a toda população o acesso gratuito as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, inclusive, as 10 vacinas especiais para grupos em condições clínicas específicas, como portadores de HIV, disponíveis nos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE).

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes a garantir assistência integral e completamente gratuita a seus usuários, além disso, é caracterizado também como o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo com um crescimento de 63,85%, segundo o Ministério da Saúde, em 2014, houve cerca 23.226 procedimentos.

Ainda assim, há um distanciamento entre o SUS na realidade cotidiana para o SUS constitucional, já que a proposta de um sistema público universal ainda não se concretizou de fato e por conta disso ainda há distinção entre a proposta do movimento sanitário e o da prática social do sistema público de saúde vigente.

A referida não efetivação trata-se basicamente da dificuldade da concretização em si do SUS, desde o inacesso em Unidades Básicas de Saúde (UBS - considerada a porta de entrada no SUS), ou a realização de procedimentos cirúrgicos e até mesmo a retirada de medicamentos, o inacesso ao SUS pode ser constatado através dos dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em 2013, a qual revelou que no ano de 2012, cerca de aproximadamente 16 milhões de pessoas obtiveram consultas médicas através do SUS.

Porém, 1.432 milhões não conseguiram atendimentos de saúde pelo Sistema Único, isso porque 32,7% dos cidadãos afirmaram não conseguir atendimento por falta de vagas, 38,8% revelaram que o atendimento não foi possível por falta de médicos e 28,5% apresentaram outros motivos.

Fernando Carneiro, Anamaria Tambellini, José da Silva, André Búrgio, Waltency, Francisco Viana e Valéria Bertoin (2007, p. 210) destacam que:

Os dados do censo de 2000 são expressivos das condições de saúde de cinco milhões de famílias rurais que vivem com menos de dois salários mínimos mensais e possuem os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo, caracterizando uma situação de pobreza decorrente das restrições ao acesso aos bens e serviços indispensáveis à vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004d, p. 3).

A partir disso, é possível perceber que a saúde no Brasil avançou consideravelmente, mas ainda está distante do ideal, acredita-se que um dos desafios atuais para a realização plena do SUS constitucional esteja diretamente associado ao combate das desigualdades sociais.

O Brasil e os seus hábitos e costumes de viver foram considerados pela ONU (CÚPULA, 1995) inapropriados para a saúde, por conta de problemáticas que envolvem a insalubridade habitacional, pobreza, ausência e/ou precariedade de saneamento básico, que são características que compõe a desigualdade social, pois como já explanado, esse quadro é resultado do desenvolvimento discrepante econômico do país.

Em 1999, o IBGE, divulgou dados referentes ao desenvolvimento social do Brasil, no referido período havia cerca de 40 milhões de brasileiros pobres e dentro deste grupo 16,6 milhões eram indigentes representando 12% da população brasileira nos grandes centros urbanos, além disso, 9 milhões de famílias sofriam de desnutrição crônica. Perante esse cenário é possível compreender porque cada vez mais o brasileiro adoece, já que os fatores cruciais para a manutenção da saúde de qualquer cidadão são praticamente inexistentes.

Outro desafio para a efetivação do SUS é a melhoria na gestão do sistema e na distribuição dos recursos, a qual é administrada de modo tripartite, portanto, os níveis de governo, federal, estadual e municipal são os responsáveis pelo arrecadamento de recursos que posteriormente deverão ser investidos no setor da saúde. A gestão trata-se da atividade que tem como responsabilidade dirigir o SUS, por meio da coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria.

Entretanto, com a introdução do modelo neoliberal no Brasil que visa à redução das responsabilidades do Estado no atendimento à saúde propiciou o rompimento com o principio da universalidade, sem contar com o repasse dessas demandas para Organizações Não Governamentais (ONGs), e cidadãos brasileiros com a idealização de solidariedade e contribuições para a melhoria da vida de outros cidadãos.

Diante disso, obteve-se como resultado a não participação do Estado para a concretização das políticas sociais instaurando caos e agravando a saúde do brasileiro.

Com isso é possível perceber que a saúde pública brasileira viveu e ainda vive uma profunda crise no seu sistema de saúde e para possíveis melhorias deve ser levado em consideração o Projeto da Reforma Sanitária já que com isso os princípios de equidade, universalidade, descentralização e participação social que compõem o SUS serão postos em prática de fato e garantirá direitos para a população e consequentemente ampliará a qualidade de vida do brasileiro, pois o sistema irá corresponder às necessidades da população. Para Maria Inês Souza Bravo (2009, p. 21),

[...] o desafio posto na atual conjuntura que tenha por objetivo superar as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e que foram aprofundadas no governo Lula é um amplo movimento de massas que retome as propostas de superação da crise herdada e avance em propostas concretas.

Além disso, a autora indica também algumas propostas que foram discutidas no 8° Simpósio sobre Política Nacional de Saúde (2005), os quais podem contribuir na fortificação do Projeto de Reforma Sanitária, que são:

[...] Defesa da Seguridade Social como política de proteção social universal; Defesa intransigente dos princípios e diretrizes do SUS: universalidade, equidade, integralidade, participação social e descentralização; [...] Cumprimento da deliberação do Conselho Nacional de Saúde "contrária a terceirização da gerência e gestão de serviços e de pessoal do setor saúde, assim como, da administração gerenciada de ações e serviços, a exemplo das Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou outros mecanismos com objetivos idênticos. (BRAVO,2009, pp. 21-22)

Falar sobre o acesso da população a saúde é também falar sobre o estabelecimento de políticas públicas, as quais possuem a função de atender demandas especificas da população, portanto, é de desmedida relevância abordar também o inacesso de cidadãos ao sistema de saúde, para, além disso, a discussão versará pela perspectiva de minorias, nesse caso, a população rural, a qual historicamente sofre com o tratamento desigual com relação às áreas urbanas.

Em 1997, durante a conferência de Durban, ocorreu o 2º Congresso Mundial de Saúde Rural, objetivando a melhores condições na admissão da população rural ao setor da saúde, portanto, os profissionais de saúde rural de todo o mundo que estavam reunidos em Durban na África do Sul, propôs que mundialmente houvesse ampliação nos avanços da saúde do povo rural e continuaram a afirmar que:

Nós reconhecemos as contribuições significativas e o progresso de poucos países e organizações, porém expressamos nossa profunda preocupação e consternação em relação à negligência continuada com as pessoas que vivem em zonas rurais. Estamos profundamente entristecidos pelo fato de, em muitas partes do mundo, a maioria da população viver em absoluta pobreza sem os benefícios da educação ou atenção à saúde, com terríveis consequências à saúde dessas pessoas. (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 10).

A partir dessa conferência, as discussões sobre o modo de vida da população rural ganhou mais visibilidade, entretanto, ainda não o suficiente para sanar o conjunto de problemas que permanecem cercando essa população.

Segundo os dados divulgados em 2015 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 84,72% da população brasileira, reside em áreas urbanas, enquanto 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, dentro desse quantitativo, a região Nordeste é a que abriga o maior quantitativo de habitantes em áreas rurais, chegando a um quantitativo de 26,88%.

Com relação ao quantitativo de médicos por habitantes, a Organização Mundial de Saúde instaurou como parâmetro ideal a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes,

entretanto, no Brasil, a relação média observada em 2003 através da comparação dos dados do Cadastro Nacional de Médicos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Censo Populacional do IBGE, era de 1/622 habitantes, quantitativo muito menor do que o esperado. Apenas nas regiões Nordeste e Norte estavam próximos do parâmetro proposto pela OMS, com uma média de 1/1.063 e de 1/1.345 habitantes, respectivamente.

Porém, em alguns estados à média nem chega a ser alcançada, por exemplo, no Distrito Federal o quantitativo é de 1/309 habitantes e o do Rio de Janeiro é de 1/302 habitantes evidenciando a má distribuição territorial de médicos no Brasil. O CFM (2003) revelou que:

Este resultado demonstra uma alarmante concentração de médicos nas capitais brasileiras e carência no interior do país, situando-se no Centro- Oeste e Nordeste a maior concentração de médicos em capitais brasileiras. Registra-se, porém, uma exceção na região Norte, visto que das seis capitais, Rio Branco/AC, Macapá/AP e Boa Vista/RR apresentam relação superior a 1/1.000 hab., fato que não se observa nas demais capitais do país. (CFM, 2003, p. 4)

Após 15 anos da divulgação desses dados, o Brasil, em 2018, alcançou um marco histórico com o maior número de médicos, ao avaliar os dados divulgados pela pesquisa Demografia Médica no Brasil realizada pela Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), observa-se que embora tenha ocorrido a amplificação no quantitativo de profissionais, ainda assim não houve uma distribuição coerente desses profissionais.

Ainda conforme a pesquisa há uma estimativa que em 2020, o Brasil poderá ultrapassar a marca de meio milhão de médicos.

Em entrevista, o coordenador da pesquisa e também professor do departamento de medicina da FMUSP, Mário Scheffer, afirmou que "[...] Faltam médicos nos pequenos municípios, nas periferias das grandes cidades e em vários serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) — na atenção primária, em prontos-socorros e em ambulatórios de especialidades.". (SCHEFFER, 2018, p. 14).

Na atual demografia médica, observa-se que alguns quantitativos foram invertidos, atualmente, a região Sudeste possui a maior densidade médica por habitante, representando 2,81%, enquanto o Nordeste está com 1,41%, toda a região possui 80.623 médicos para uma população de 57.254.159 habitantes. A partir disso, é possível observar a permanência das desigualdades na distribuição dos médicos em todo o território nacional.

Ao tomar conhecimento desses dados é de extrema importância preocupar-se com os cidadãos que residem na zona rural, pois muito embora o povo do campo tenha logrado êxitos em toda a sua trajetória com avanços cruciais como a instauração da PNSIPCFA em 2014 (de

modo tardio), ainda enfrentam dificuldades básicas para a manutenção da sua saúde, nutrição e até mesmo a sua segurança alimentar, os dados evidenciam a permanência das desigualdades com relação à saúde, portanto, o descaso e o inacesso seguem sendo perpetuados.

Além disso, é importante ressaltar que a manutenção da saúde dessa população é desigual até mesmo na omissão de conhecimentos sobre esses cidadãos, não se trata apenas da falta de atendimento médico, mas também da falta de profissionais que tenham entendimento sobre os costumes, a cultura, etnia sobre os diferentes povos que habitam o setor rural do país, trata-se de obter a sabedoria sobre as especificidades dessas populações e a partir disso buscar melhor atende-los, trabalhar em prol de suas necessidades específicas e elucidar as suas questões.

Esse debate é destacado também por Carlos Coimbra (2018, p.1) em sua publicação sobre saúde rural no Brasil através da Revista Pública de Saúde e destaca que:

"[...] Ao se levar em consideração o fato de os grandes diagnósticos nacionais de saúde raramente contemplarem estratos de populações rurais em seus planos amostrais, ficam limitadas quaisquer tentativas de tecer generalizações acerca da saúde de povos indígenas, caiçaras, caboclos, ribeirinhos, caipiras, quilombolas, pantaneiros, boias-frias, garimpeiros, dentre tantos outros."

Por falta de entendimento sobre as particularidades dos cidadãos que envolvem características ambientais, sociais e culturais dos que habitam a zona rural, Carlos Coimbra (2018, p.2) volta a afirmar que não há grandes possibilidades de "[...] ações de saúde ou desenvolver políticas públicas adequadas em áreas rurais".

Por conta disso, os diagnósticos médicos, geralmente, são direcionados a doenças parasitárias endêmicas e para o setor de saúde ocupacional, âmbitos conhecidos como "comuns" e que na aplicabilidade não soluciona todas as demandas.

A desigualdade no aspecto da saúde entre a zona urbana e a zona rural pode ser analisada em diversos âmbitos, por exemplo, em 2010, o censo demográfico do IBGE revelou que 72,2% da população rural ainda acessa água apenas por meio de poços, cacimbas, açudes e barreiros, o que notoriamente potencializa o surgimento de doenças.

A situação obtém um agravamento nas regiões em que o clima semiárido predomina, pois o acesso à água se torna ainda mais difícil, pois os rios normalmente são intermitentes³ com altos níveis de evaporação tornando o sistema hidrológico insuficiente.

²³O comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco classifica os rios intermitentes como: " [...] aqueles cujos leitos secam ou congelam durante algum período do ano" (CBHSF,2014, p.1), ou seja, no período de

No intuito de solucionar a falta de profissionais de saúde na zona rural, em 2013, durante a gestão de Dilma Rousseff, foi desenvolvido o Programa Mais Médicos (PMM), de acordo com o portal do governo federal, esse programa "[...] veio para enfrentar o problema histórico da falta de médicos e para aprimorar a Atenção Básica no Brasil, principalmente nas regiões mais carentes." (BRASIL, 2015, p. 1).

O programa tem o seu funcionamento ativo por conta da parceria entre o governo federal, os estados e municípios, sua função principal era e é o preenchimento de vagas de profissionais de saúde nos locais em que há baixo ou nenhum quantitativo que atendesse as demanda da população.

Conforme divulgado no portal do governo federal, em 2015, o PMM contava com 18.240 vagas em 4.058 municípios de todo o território nacional, ou seja, havia uma cobertura de 73% das cidades brasileiras e de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

O programa também prevê a resolução de outros dois eixos intitulados de educação e infraestrutura, o primeiro refere-se à criação de novas vagas de graduação e residência médica no intuito de qualificar os profissionais, em 2013, o governo federal revelou que:

O programa vem fazendo uma profunda reestruturação na formação médica do país. É por esse eixo que será possível fazer frente, em caráter permanente, ao problema da falta de profissionais, solucionando-o de maneira definitiva. Assim, integram o Programa um plano de expansão da graduação e da residência médica e importantes mudanças no modo de formar médicos e também especialistas. (BRASIL, 2013, p. 2).

Já com relação ao eixo de infraestrutura, o programa objetiva também investimentos para novas construções, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde, como é destacado no portal do programa (BRASIL, 2013, p. 2) "[...] São investidos mais de R\$ 5 bilhões para o financiamento de 26 mil obras em quase 5 mil municípios, das quais aproximadamente 10,5 mil já estão prontas e outras 10 mil encontram-se em fase de execução.". Em 2015, após dois anos de funcionamento, o governo federal divulgou alguns resultados com relação ao programa, ressaltando que obteve sucesso na tentativa de suprir as demandas concluindo essa fase:

[...] de forma inequívoca a insuficiência ou mesmo ausência desses profissionais nas periferias das grandes cidades, nos pequenos municípios, comunidades quilombolas

chuva a água permanece em curso porque todo a sua extensão está preenchida, mas quando ocorre a estiagem o rio desaparece temporariamente.

indígenas e assentadas, sertão nordestino, populações ribeirinhas, entre outras, que nunca contaram ou não conseguiam fixar médicos. (BRASIL, 2015, p. 1).

Ademais, o programa garantiu atendimento a cerca de 63 milhões de brasileiros que não eram assistidos anteriormente a existência do programa. As consultas médicas nas UBS tendem a solucionar 80% dos problemas que os cidadãos apresentam, esses atendimentos envolvem a saúde da mulher, da criança, do idoso, adulto, há cuidados com a saúde mental, acompanhamentos de pré-natal, e de pacientes portadores de doenças crônicas.

Com base no relatório desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), além do relatório de pesquisa elaborado por 14 universidades que em conjunto compõem a Rede Observatório do Programa Mais Médicos concluiu-se que houve um aumento de 33% nas consultas quando comparado ao período de inicialização dos médicos entre dezembro de 2013 e abril de 2014.

Após seis anos de funcionamento e importantes avanços, o PMM, foi encerrado em 2019 pelo atual governo federal, a idealização da gestão de Jair Bolsonaro é desenvolver um novo projeto que possa substituir o PMM. Durante toda a sua trajetória o programa teve como destaque a participação de médicos cubanos, devido a uma parceria entre o Brasil e Cuba por intermédio da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS).

Dessa parceria, além de suprir as áreas mais distantes nos estados brasileiros, Cuba mantinha grande parte dos salários dos profissionais que atuavam em áreas brasileiras. Entretanto, após as eleições de 2018 que elegeram Bolsonaro como o novo presidente da republica, os laços políticos passaram a ser estremecidos, pois em dezembro desse mesmo ano, a gestão que ainda iria assumir o cargo teceu duras críticas ao sistema político da ilha caribenha.

Além disso, foi anunciado também que para a continuação da parceria entre Cuba e Brasil, deveria ocorrer validação dos diplomas, por conta dessa instabilidade, a ilha pôs fim à parceria e retirou seus profissionais do país, ocasionando instabilidades na estrutura de todo o atendimento, principalmente, em pequenos municípios brasileiros.

Com a partida dos médicos cubanos, em Fevereiro de 2019, foi anunciado que seriam abertas 8.500 vagas em diferentes localidades do país. Em agosto, junto com o ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, o Jair Bolsonaro assinou a medida provisória que criou o programa Médicos pelo Brasil, o qual foi criado em função de substituir o Mais Médicos, a medida deve entrar em vigor assim que for publicada Diário Oficial da União e só se tornará

legislação caso o texto venha a ser aprovado pelo Congresso Nacional com previsão de vencimento em 120, limite que tem validade até o final de novembro.

O novo programa tem características similares ao PMM, às mudanças que vem a ocorrer se tratam mais a respeito do processo seletivo, formação, contratação e curso. Anteriormente os candidatos poderiam se inscrever pela internet, porém, no novo programa haverá de fato um processo seletivo com critérios técnicos e objetivos, com relação à formação, a partir de agora todos os profissionais inscritos terão a obrigatoriedade de uma formação de dois anos em Medicina de Família e Comunidade para após isso ocorrer à contratação, além disso, a contratação passará a ser regida pelo sistema de Consolidação das Leis do Trabalho.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (2019), cerca de 28 milhões de brasileiros foram afetados com a saída dos médicos cubanos do PMM, pois o acesso à saúde foi limitado de modo brusco e imediato, isso pode ser constatado através da reportagem desenvolvida pela jornalista Aliny Gama para o portal UOL, em Belo Monte (AL), segundo os dados apurados a partida de três médicos cubanos que estavam associados ao Programa de Saúde da Família de Belo Monte (sertão de Alagoas) tem trazido prejuízos à população em geral.

As informações prestadas pelas autoridades e usuários do SUS, em Novembro de 2018 (período de realização das entrevistas), deixam claro que não havia nenhum médico atuando na referida cidade e caso houvesse a necessidade de quaisquer atendimentos médicos, a população deveria se direcionar para o município mais próximo, conhecido como Batalha, o qual fica a 28 km de distancia de Belo Monte e para dificultar ainda mais a vida dos pacientes, Aliny Gama (2018) esclarece que:

Belo Monte não possui hospital nem transporte coletivo. O trajeto é bem complicado: é necessário percorrer 25 km de estrada de terra até chegar ao trecho da AL-125 que é asfaltado. Em várias partes, só cabe um veículo por vez. Se há dois, em direções opostas, um dos motoristas é obrigado a subir no mato para o outro carro passar. Ou seja, as condições precárias da estrada restringem o socorro rápido. (GAMA, 2018, p. 2).

Sabe-se que no total o estado de Alagoas contava com os serviços de 128 médicos cubanos, após o fim da parceria entre Cuba e o Brasil e consequentemente a saída dos médicos do PMM, Belo Monte passou a contar com um único médico plantonista que se desloca até o município aos sábados para realizar os atendimentos até que as vagas sejam ocupadas novamente.

A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) utilizou os dados do Grupo de Trabalho de Medicina Rural da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, para debater a diferenciações que ocorrem no acesso aos serviços de saúde entre as zonas urbanas e rurais. Segundo o SBMFC, atualmente, mais de 50% da população mundial é rural, mas apenas 23% dos profissionais de saúde atuam nesse meio.

A SBMFC no intuito de desvelar esse desequilíbrio traz como exemplificação o município de Manaus, a capital do estado Amazonas e destaca que nesse município há um médico para 574 habitantes, enquanto no interior do Amazonas há um médico para 8.944 habitantes.

Sabe-se da escassez de recursos materiais e financeiros que proporcionariam aos pacientes rurais um atendimento mais resolutivo e acolhedor, entretanto, na prática além da ausência desses fatores, a população precisa lidar também com a falta de profissionais e serviços de saúde em geral.

Com base nos dados expostos em todo o item, é nítida a diferença no acesso a serviços de saúde dentro do SUS, portanto, a inclusão de estudos étnicos, sociais e culturais em graduações do campo da saúde tem sido cada vez mais urgente.

Além disso, não basta uma formação teórica, a prática, a vivência em comunidades rurais tem que ser real, os assistentes sociais, médicos, psicólogos, enfermeiros e dentistas precisam conhecer as histórias, a vida e as dificuldades que a população rural brasileira vivencia diariamente e é justamente a partir do desempenho no cotidiano que melhor pode-se compreender quais as demandas devem de fato ser sanadas.

A população rural detém o direito de um atendimento médico de qualidade e excelência, merecem profissionais que compreendam as especificidades de sua vida sofrida como trabalhador rural em um país que historicamente aniquilou a sua história e toda a sua luta para manter-se vivo, não há mais espaço para invisibilidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda a história do Brasil, desde a colonização até o século XXI é possível verificar a intensificação da exploração, miséria, violência e expropriação da população do campo. O modo como à estrutura fundiária foi constituída e permanece estruturada evidencia a perpetuação do favorecimento aos latifundios de todo o país.

O Brasil é constituído historicamente pela violência contra os indígenas, pela exploração da força de trabalho da população negra que aqui fora escravizada, derramamento de sangue e o suor do trabalhador camponês, mesmo com as emancipações garantidas, a população que trabalhou para alavancar a economia desse país não obteve nada em troca, nem mesmo um centímetro da terra que lavrou, esse processo apresenta resquícios até hoje, entretanto, com novos moldes, mas prevalecendo a exploração da população do campo, enquanto ocorre a concentração de terras e o enriquecimento da classe burguesa.

O novo meio de exploração apresenta-se como a modernidade que deve ser alcançada como objetivo primordial que é o caso da industrialização da agricultura, a partir dela houve ampliações em produções de campo fazendo com que cada vez mais a terra tenha adquirido valores exorbitantes e é justamente por isso que a cobiça pelo pertencimento da mesma continua a ocorrer.

Ao analisar todo esse contexto partindo da perspectiva Marxista com relação ao capitalismo e as graves consequências que esse sistema implica, podemos observar que direta ou indiretamente a busca pela urbanização prejudica continuamente a vida dos que habitam no campo.

O advento do crescimento econômico e o enquadramento nos moldes do capitalismo faz com que a população rural sempre tenha que se adequar a situações que convém a burguesia, não importa se contém uma associação cultural, étnica, social, politica e também econômica na relação da população do campo e o seu modo de vida e as suas terras porque ao final ele precisará se submeter à condição de explorado para suprir suas necessidades – embora a remuneração não seja equivalente ao trabalho exercido –, mas que em compensação enriquece a classe burguesa que garante o seu enriquecimento excluindo os direitos do proletário.

É em meio a esse cenário que o Serviço Social é acionado para atuar efetivamente em prol do equilíbrio nas relações, pois muito embora tenha o seu projeto ético-politico voltado para reafirmar os seus respectivos compromissos com a classe trabalhadora, os profissionais dependem também da classe burguesa por ser majoritariamente a sua empregadora.

Portanto, os assistentes sociais enquanto trabalhadores também precisam de recursos para a manutenção do seu sustento, e apesar da dicotomia presente na ação dos profissionais, é importante salientar que o foco principal sempre permeará sobre a justiça social.

Por fim, cabe explanar as apreensões obtidas com relação às análises de textos que foram realizadas, notoriamente, a discussão com relação à saúde do trabalhador rural e como se dar o acesso desses cidadãos aos serviços de saúde voltou-se para a perspectiva clínica que os autores possuem ao tratar-se dessa temática, porém, é importante frisar que o caminho percorrido por camponeses ao longo de toda a história do país até a chegada do século XXI não pode ser resumida em causas e efeitos de uso de insumos agrícolas, não que esse debate não tenha a sua importância, entretanto, é preciso primeiramente compreender as motivações que levaram os trabalhadores a esse crescente estado de adoecimento.

Sendo assim, percebeu-se que faltou nos textos o debate a cerca do estabelecimento da questão agrária no Brasil, as implicações da acumulação primitiva contida nesse processo, para que então os leitores pudessem compreender como a exploração do trabalhador rural se perpetuou desde a colonização do Brasil até os dias atuais e que se apresenta com uma nova roupagem, mas mantendo o ciclo ininterrupto de expropriação, desigualdade e exploração.

Ademais, é possível verificar que muito embora os textos apresentem dados – obtidos por meio de portais e sites governamentais – e perspectivas diversificadas dos autores com relação à desigualdade social, nenhum deles fazem qualquer associação com a Questão Social. As desigualdades sociais são objetos de intervenção do Serviço Social, profissão que tem na "[...] *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho". (IAMAMOTO, 2010, p. 27).

Porém, nos leva a pensar que o Serviço Social precisa apropriar-se dessa temática e produzir teoricamente a sua perspectiva sobre a comunidade rural do Brasil, o baixo quantitativo de artigos encontrados evidencia que a profissão ainda não tem aprofundamento sobre o tema, não há produções especificas que verbalizem a perspectiva social da questão agraria no Brasil e as demandas que emergem a partir desse contexto. As produções encontradas permeiam com maior incidência pelo âmbito da saúde coletiva

Além disso, nota-se que essa população sofre com a exclusão até mesmo no campo acadêmico, não há muitos estudos sobre a população rural, geralmente, os textos são vinculados a assentamentos ou então são construídos pela perspectiva de movimentos sociais.

Parafraseando José Saramago ²⁴ "é necessário sair da Ilha para ver a Ilha. Não nos vemos se não saímos de nós", ou seja, os debates citados anteriormente são tão importantes quanto analisar a questão agrária no Brasil e as suas implicações na vida da população rural através das contribuições do Serviço Social, mas é preciso renovar e ampliar a produção intelectual, obtendo uma visibilidade maior para que as discussões sejam ampliadas ao ponto de favorecer a comunidade rural a oportunidade de ecoar a sua voz e as suas necessidades para a sociedade. Precisamos sair da bolha concentrada de discussões semelhantes e olhar em volta as outras camadas da classe trabalhadora que também carecem de atenção e luta.

²⁴ SARAMAGO, J. O Conto da Ilha Desconhecida. Portugal: Assírio & Alvim, 1998.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F.; PINHO,R. **Pau-brasil.Caesalpinia echinata**. Árvore nacional. São Paulo, 2007.
- AMORIM, J,M. Capitalismo, Questão Agrária e os Movimentos Sociais. Revista GeoAmbiente, Goiás, n 7 Julho/Dezembro de 2006.
- ARANHA, H. A ocupação das propriedades rurais improdutivas: análise das ações de ocupação dos trabalhadores rurais sem terra e a questão agrária no Brasil. 2011. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/25323/a-ocupacao-das-propriedades-rurais-improdutivas/3. Acesso em: 14 mai. 2019.
- ARAÚJO, I,M,M; OLIVEIRA, A,G,R,C. **Agronegócio e Agrotóxicos:** Impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro. v. 15, n 1. Rio de Janeiro: Trab. educ. saúde, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000100117. Acesso em: 03 nov 2019.
- BACELAR, J. Capitanias Hereditárias. 2014. Disponível em: https://www.historia-brasil.com/colonia/capitanias-hereditarias.htm. Acesso em: 18 abri. 2019.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).
- BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60p.
- BRASIL. Comissão Transparente de Saúde e Segurança no Trabalho. **Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.** Brasília, 2012. Disponível em: < http://sa.previdencia.gov.br/site/2014/08/Cartilha-Plano-Nacional-de-SST.pdf>. Acesso em: 06 nov 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 23 out 2019.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 1.106, de 16 de Junho de 1970**. Brasíia, 2970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em 05 nov 2019.
- BRASIL. **Decreto nº74.794, de 30 de Novembro de 1974.** Brasília, 1974. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 09 nov 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de JULHO de 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1179.htm. Acesso em 05 nov 2019.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasil, 2005. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/pnra/II_PNRA.pdf>. Acesso em 12 nov 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> . Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Brasília, 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.** Brasília: 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 21 out 2019

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 DE JULHO de 1989.** Brasília: 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm. Acesso em: 06 nov 2019.

BRASIL. **LEI Nº 4.214, DE 2 DE MARÇO DE 1963.** Brasília, 1963. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm. Acesso em: 05 nov 2019.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.** Rio de Janeiro: 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 12 set 2019.

BRASIL. **Mais Médicos.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.maismedicos.gov.br/conheca-programa>. Acesso em 06 nov 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa. Acesso em: 07 nov 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **O Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – Plansat**. Brasília: Ministério da Economia, 2014. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/politicas-de-prevencao/o-plano-nacional-de-seguranca-e-saude-no-trabalho-plansat/. Acesso em 10 nov 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças transmitidas por alimentos**: causas, sintomas, tratamento e prevenção. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: http://saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos#>. Acesso em: 06 nov 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiente_populacoes_campo_floresta_agua s.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde do Trabalhador.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. v. 1.. Brasília, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agrotoxicos_otica_sistema_unico_saude_v1_t.1.p df>. Acesso em: 04 nov 2019.

- BRASIL. **Portaria nº 86, de 3 de Março de 2005** . Brasília: 2005. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/portaria_mte_86_05.pdf>. Acesso em: 07 nov 2019.
- BRITO, F.; SOUZA, J. **Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações** intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo Perspec. vol.19 n.4 São Paulo Oct./Dec. 2005.
- CARNEIRO, F,F. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p. Disponível em:https://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso em: 05 nov 2019.
- DE OLIVEIRA, I,M. **Breve História da Terra no Brasil**. 2007. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/artigos/709480. Acesso em: 13 abri. 2019.
- DE SOUZA, A.; SAWAIA, B, B. **A Saúde como Potência de Ação:** uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Rev. psicol. polít., vol.16, n.37, São Paulo, Setembro/Dezembro de 2016.
- DINIZ, M. **Sesmarias e posse de terras:** política fundiária para assegurar a colonização brasileira. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03. Acesso em: 15 abri. 2019.
- DOMINGUES, M,R; BERNARDI, M,C; ONO, E,Y; ONO, M,R. **Agrotóxicos: Riscos à Saúde do Trabalhador Rural.** Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 25, p. 45-54, jan./dez. 2004
- DOMINGUES, M,R; BERNARDI, M,R; ONO, E,Y,S; ONO, M,A. **Agrotóxicos**: Risco à Saúde do Trabalhador Rural. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 25, p. 45-54, jan./dez. 2004 . Disponível em:http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/3625/2929. Acesso em 06 nov 2019.
- DUARTE, K,A. **Serviço Social e Questão Agrária:** Apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.
- DUARTE, R,A. **Doenças relacionadas aos trabalhadores agropecuários.** São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/doencas-relacionadas-aos-trabalhadores-agropecuarios/64958>. Acesso em: 05 nov 2019.
- EL PAÍS. **Governo vai encerrar Mais Médicos, que será substituído por plano de carreira federal.** Brasil, 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/06/politica/1549465717_978725.html>. Acesso em 10 nov 2019.
- FAORO, R. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1976, v. 1.
- GAMA, A. **Sem cubanos, cidade de área rural só vai ter médico uma vez por semana.** Belo Monte, 2018. Disponível: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/11/25/sem-cubanos-cidade-de-area-rural-so-vai-ter-medico-uma-vez-por-semana.htm>. Acesso em: 08 nov 2019.
- GATINOIS, C. **Au Brésil, « le condiment préféré, c'est le pesticide ».** Paris: Le Monde, 2015. Disponível em: https://www.lemonde.fr/planete/article/2015/10/29/au-bresil-le-condiment-prefere-c-est-le-pesticide_4799294_3244.html. Acesso em: 05 nov 2019.

- GIL, A, Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas S.A. 6 ed. São Paulo, 2008
- GIL, A,C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIRAUD, L,J. **O crash da Bolsa de Nova Iorque e a queima de café.** 2008. Disponível em: https://revistacafeicultura.com.br/?mat=18047>. Acesso em: 19 out. 2019
- GOULART, J. **Comício de 13 de Março de 1964.** Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31. Acesso em: 23 out 2019.
- HOLLANDA, S. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- IAMAMOTO, M, V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 19. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- INCA. Ministério da Saúde. **Agrotóxicos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.inca.gov.br/alimentacao/agrotoxicos. Acesso em: 05 nov 2019.
- INCA. Ministério da Saúde. **INCA estima que haverá cerca de 600 mil casos novos de câncer em 2018**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://www.inca.gov.br/imprensa/inca-estima-que-havera-cerca-de-600-mil-casos-novos-de-cancer-em-2018>. Acesso em: 06 nov 2019.
- LAVINAS, L. **Pobreza e exclusão:** traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica, v.4, n.1, p.25-29, junho 2002 impressa em outubro 2003.
- LOUREIRO, K. Neoliberalismo e Questão agrária: as consequências para o campo brasileiro. Espiríto Santo, 2002. Disponível em: http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/klitia4.htm. Acesso em: 28 ago 2019
- MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, K., 1818-1883. **O Capital:** Crítica da economia política: livro I, vol.2/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MATTOS, E; INOCCENTINI, T.; BENELLI, Y. Capitanias Hereditárias e desenvolvimento: Herança colonial sobre desigualdade e instituições. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012. Disponível em: ">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Mattos%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19493/CEPESP_Innocentini%3B%20Benelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bibliotecadigital.fgv.br/
- MST. **Nossa História.** 2014. Disponível em: https://mst.org.br/nossa-historia/. Acesso em: 07 nov 2019.
- NAKATANI,P.; FALEIROS,R.N; VARGAS, N.C. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 213-240. Abr./jun. 2012.
- NETTO, J,P. Introdução ao método da teoria social. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
- http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,% 20Jose% 20Paulo/Introducao% 20a o% 20metodo% 20da% 20teoria% 20social% 20ou% 20Introducao% 20ao% 20metodo% 20de% 20 Marx.pdf>. Acesso em 10 nov 2010.
- NETTO, P; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- PAULINO, E. **Capitalismo Rentista e Luta pela Terra:** A Fragilidade do Parâmetro de Renda monetária no Estudo dos Assentamentos Rurais. Revista Nera Ano 9, N. 8 Janeiro/Junho de 2006.
- PESSOA, V,M; ALMEIDA, M,M; CARNEIRO, F,F. **Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil?.** Rio de Jnaeiro: Saúde Debate, v. 42, n. 1, p. 302-314, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0302.pdf. Acesso em: 29 out 2019.
- PRIORI, A., et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A modernização do campo e o êxodo rural. pp. 115-127.
- **Privatizações A distopia do capital**. Direção: Silvio Tendler, Produção: Maycon Almeida. Brasil: Maycon Almeida, 2014. Disponível em: http://www.pt.org.br/silvio-tendler-lanca-filme-sobre-privatizacoes
- PWC. **O mercado de serviços de saúde no Brasil.** PwC Brasil, 2014. Disponível em: < https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/assets/saude/healthcare-port.pdf>. Acesso em: 29 out 2019.
- REIS, R, R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. Lua Nova, n.86, São Paulo, 2012.
- SANTOS, J,F,A. **A relação da questão agrária com a questão social**: Um solo de expressões para o Serviço Social. UECE, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-45578-15062018-192850.pdf>. Acesso em: 22 out 2019.
- SANTOS, J. **Particularidades da "questão social" no Brasil**: mediações para seu debate na "era" Lula da Silva. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.
- SANTOS, R,S; MASSON, G,A. **Serviço Social e questão agrária**: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político- profissional. Londrina,2018.Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34817/24657>. Acesso em: 23 out 2019.
- SCHEFFER, M. et al. **Demografia Médica no Brasil 2018**. São Paulo: FMUSP, CFM, Cremesp, 2018. 286 p. Disponível em: < http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/DemografiaMedica2018%20(3).pdf>. Acesso em: 08 nov 2019.
- SEVERO, D.; DA ROS, M,A. **A Participação no controle social do SUS**: concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Saúde soc., vol.2, supl.1, São Paulo, maio de 2012.
- SOBRINHO, W,P. Com Bolsonaro, liberação de agrotóxicos cresceu 42%, diz estudo. São Paulo, 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/05/17/com-bolsonaro-liberacao-de-agrotoxicos-cresceu-42-diz-estudo.htm. Acesso em: 04 nov 2019.
- STÉDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320p.
- STEDILE, J.P.). A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. 304p.